

# Contabilidade & Gestão

Portuguese Journal of Accounting and Management

Revista Científica da Ordem dos Contabilistas Certificados

# 23

NOVEMBRO 2019







## ÍNDICE

Editorial .....	5
Análise das Ênfases nas Empresas Integrantes da Euronext Lisbon: Um Estudo Longitudinal .....	7
Aplicação do SNC-AP nas Entidades do Serviço Nacional de Saúde e Autarquias Locais .....	33
Caracterização do Relato de Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas .....	57
Análise Económico-financeira de uma Unidade Apícola na Serra da Gardunha ..	97
I. Estatutos .....	127
II. Notas aos autores .....	131
III. Versão em inglês das notas aos autores.....	135
IV. Conselho Editorial .....	139
Ficha Técnica .....	143
Contactos .....	144



## EDITORIAL

**A** evolução e o crescimento de uma profissão está intimamente dependente do seu maior ou menor relacionamento com a academia, ou seja, com os centros de saber. A contabilidade e os contabilistas certificados não fogem a essa regra. É da investigação científica de casos concretos e particulares que nasce a luz e se gera o progresso, contribuindo fortemente para uma prestação de contas informada, responsável e rigorosa.

Criada em maio de 2004, a revista «Contabilidade & Gestão» (Portuguese Journal of Accounting and Management) é a publicação de matriz científica da Ordem dos Contabilistas Certificados e tem como objetivo primordial servir a comunidade académica contabilística portuguesa e a comunidade dos países de língua portuguesa, sendo um espaço importante para a difusão de investigação nesta área específica. Mas queremos ir mais longe. Pretendemos que a revista «Contabilidade & Gestão» continue a ser uma publicação de referência intramuros, mas almejamos dar-lhe uma consistente projeção internacional, que ainda não tem. Para tal, necessitamos do ativo e dinâmico contributo da comunidade de investigadores nacionais e estrangeiros. Se assim for, esta revista tem tudo para alcançar uma longa vida. Por isso, continuamos a desafiar todos os orientadores de dissertações de mestrado e teses de doutoramento que incentivem os seus alunos a submeterem artigos a esta publicação.

O número 23 desta revista é composto por quatro artigos. O primeiro dos quais, «Análise das Ênfases nas Empresas Integrantes da Euronext Lisbon: Um Estudo Longitudinal» tem o objetivo de analisar as ênfases reportadas nos relatórios de Certificação Legal das Contas (CLC) das empresas integrantes da Bolsa de Valores de Lisboa. O estudo de Maria do Carmo Gião Alves, Rui Manuel da Costa Robalo e Helena Coelho Inácio apresenta várias conclusões de relevo, a primeira delas tem a ver com o facto de se evidenciar que existe aumento do número de relatórios de CLC com opinião não modificada, com destaque nos períodos subsequentes ao início de uma crise financeira de âmbito mais local.

A partir de 1 de janeiro de 2018 todos os serviços e organismos da administração central, regional e local, que não tenham natureza, forma e designação de empresa pública, bem como o subsetor da Segurança Social e as entidades públicas reclassificadas, passaram a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística – Administração Pública (SNC-AP). No segundo artigo desta revista, os professores da Universidade do Algarve, Carlos Nunes, Joaquim Sant’Ana Fernandes e Cristina Gonçalves procuraram tirar ilações sobre «A aplicação do SNC-AP nas Entidades do Serviço Nacional de Saúde e Autarquias Locais.» Para tal, auscultaram os responsáveis pela contabilidade (preparadores) de 113 entidades do

Serviço Nacional de Saúde e Autarquias Locais sobre a mudança de referencial e as respetivas implicações.

«Caracterização do Relato de Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas» é a proposta que nos trazem Pedro Miguel Moutinho da Silva e João Pedro Figueiredo Ferreira de Carvalho Oliveira. Este artigo caracteriza o estado atual do relato de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas, identificando e estudando os casos atuais e passados de relato e investigando os seus benefícios e obstáculos. Os autores sugerem ainda que as IES criem funções administrativas exclusivamente ou prioritariamente dedicadas à sustentabilidade.

Finalmente, o último contributo é da autoria de Ana Sofia Garcia Ramos, da Universidade de Sevilha. «Análise Económico-financeira de uma Unidade Apícola na Serra da Gardunha», foi um artigo que se fundamentou na revisão da literatura, conceitos, legislação e normas que regulam a atividade apícola e, por outro lado, no estudo da viabilidade económico-financeira com a análise de um projeto de investimento baseada em requisitos estratégicos, técnicos, económicos e financeiros, permitindo analisar e avaliar o seu desempenho e sucesso empresarial.

A investigadora conclui que existem diferentes variáveis que influenciam o sucesso do projeto e a viabilidade deste tipo de unidade.

Motivos de sobra para uma exploração detalhada das páginas interiores desta revista. Votos de uma boa e proveitosa leitura!

A Bastonária  
Paula Franco



# **Análise das Ênfases nas Empresas Integrantes da Euronext Lisbon: Um Estudo Longitudinal**

**Maria do Carmo Gião Alves**

Câmara Municipal de Coruche  
Praça da Liberdade, 2100-121 Coruche, Portugal  
carmo.giao@cm-coruche.pt

**Rui Manuel da Costa Robalo**

Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Instituto Politécnico de Santarém  
CICF – Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade  
Complexo Andaluz, Apartado 295, 2001-904 Santarém, Portugal  
rui.robalo@esg.ipsantarem.pt

**Helena Coelho Inácio**

Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro  
GOVCOPP – Unidade de investigação em Governança, Competitividade e  
Políticas Públicas  
Rua Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro,  
3810-902 Aveiro, Portugal  
helena.inacio@ua.pt





## **Análise das Ênfases nas Empresas Integrantes da Euronext Lisbon: Um Estudo Longitudinal**

### **Resumo**

Este estudo tem o objetivo de analisar as ênfases reportadas nos relatórios de certificação legal das contas (CLC) das empresas integrantes da Euronext Lisbon, centrando-se no período compreendido entre 2005 e 2016. Foram examinadas 593 CLC, identificando-se um total de 396 ênfases de diferentes naturezas.

Este estudo apresenta várias contribuições relevantes. A primeira delas tem a ver com o facto de se evidenciar que existe aumento do número de relatórios de CLC com opinião não modificada com ênfases nos períodos subsequentes ao início de uma crise financeira de âmbito mais local. A segunda contribuição deste estudo tem a ver com o facto de providenciar evidência de que as ênfases relacionadas com a continuidade são também as que mais aumentaram nos períodos seguintes ao início de uma crise financeira mais local. Por último, a terceira contribuição deste estudo tem a ver com a tendência crescente do número de relatórios de CLC emitidos por empresas Big 4 ao longo de todo o período do estudo, não estando esta tendência relacionada com períodos de crise financeira de âmbito mais global e/ou local.

**Palavras-chave:** Auditoria Financeira, Certificação Legal das Contas, Crise Financeira, Ênfases, Estudo Longitudinal, Euronext Lisbon, Big 4.

### **Abstract**

This study aims to analyse the emphasis reported in the reports of legal certification of accounts (LCA) of Euronext Lisbon member companies, focusing on the period between 2005 and 2016. A total of 593 LCA were examined, identifying a total of 396 emphasis from different natures.

This study provides several relevant contributions. First, it provides evidence that there is an increase in the number of LCA reports with unmodified opinion, which report emphasis on the periods following the onset of a more local financial crisis. Second, it provides evidence that the emphasis related to continuity were also the ones that increase the most in the periods following the onset of a more local financial crisis. Finally, the third contribution of this study relates to the growing trend of reporting reports carried out by Big 4 companies throughout the study period, not being this trend related to periods of more global and/or local financial crisis.

**Keywords:** Financial Audit, Legal Certification of Accounts, Financial Crisis, Emphasis, Longitudinal Study, Euronext Lisbon, Big 4.





## 1. Introdução

Decorrentes dos escândalos contabilísticos e financeiros que têm ocorrido ao longo dos anos nas mais importantes praças financeiras mundiais, a credibilidade dos mecanismos de aferição da informação financeira tem sido posta em causa. Relembre-se a ambiguidade de alguns casos que têm surgido nos últimos tempos em termos de fraude financeira internacional, nomeadamente os casos da Enron e da Parmalat, entre outros, e mais recentemente em Portugal os casos Banco Português de Negócios e Banco Espírito Santo. Deste modo, é pertinente e necessário efetuar estudos sobre os relatórios de auditoria, porquanto aqueles certificam a credibilidade e veracidade da informação financeira vertida pelas empresas nos seus relatórios e contas.

A certificação legal das contas (CLC) é o documento que traduz a opinião do revisor oficial de contas relativamente à imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, sendo a parte visível do trabalho do auditor. Ao planear e executar uma auditoria às demonstrações financeiras o revisor/auditor deve exercer um julgamento profissional, independente e sério, porquanto a repercussão do efeito económico de relatórios de auditoria com reservas ou com parágrafos de ênfase pode indiciar situações graves ou situações menos claras nas empresas.

Ballesta e García-Meca (2005) referem que desde 1960 os investigadores analisam empiricamente os fatores explicativos e as consequências das reservas emitidas pelo revisor/auditor. Estes autores referem ainda que o revisor/auditor pode tornar-se vulnerável à pressão dos órgãos de gestão da entidade auditada relativamente à qualificação de uma CLC, ficando mais propenso a evitar qualquer conflito com os órgãos de gestão e, conseqüentemente a emitir uma CLC limpa. Neste contexto, por exemplo, Martínez-Blasco *et al.* (2016) referem que o mercado de capitais espanhol não reage tão claramente e rapidamente à opinião qualificada quanto seria de esperar, mas referem notar-se uma maior utilidade do relatório no período analisado (2002-2010). No caso português também têm sido elaborados estudos para aferir o efeito do tipo de opinião de auditoria, nos quais se enquadra o estudo realizado por Heliodoro *et al.* (2016) que concluiu que a mudança de auditor se relaciona com o tipo de opinião qualificada emitida.

Tem assim existido uma preocupação com a investigação (e.g. Carson *et al.*, 2014; Inácio e Fernandes, 2012), que, debruçando-se sobre o estudo das CLC, tem mostrado que tendencialmente existe um aumento de relatórios de auditoria modificados por matérias que não afetam a opinião do revisor/auditor comparativamente aos motivados por matérias que a afetam. Será útil avaliar se esta tendência aumenta em contextos de pós-crisis, sejam estas de natureza global, como o choque da crise financeira do final de 2007, ou de natureza mais

local, como seja a recessão portuguesa iniciada em 2011. Por exemplo, o Banco de Portugal (2014) refere que a economia portuguesa, a par da zona euro, entrou num período recessivo a partir de 2011, realçando ainda a elevada turbulência nos mercados financeiros a nível global e a incerteza quanto à capacidade da União Europeia aperfeiçoar o enquadramento institucional de forma a assegurar a estabilidade financeira. Neste mesmo relatório é ainda mencionado que a ausência de procedimentos para gerir uma crise da dívida soberana criou incerteza e aumentou o tempo necessário para encontrar soluções, levando as empresas nacionais para a atividade de exportação.

Face ao referido anteriormente vários autores têm orientado a sua investigação para a área das ênfases (e.g. Carson *et al.*, 2014; Cheffers *et al.*, 2010; Geiger *et al.*, 2014). Carson *et al.* (2014) estudaram as ênfases reportadas nos relatórios de auditoria em empresas australianas no período compreendido entre 2005 e 2013. Estes autores encontraram uma tendência de crescimento de parágrafos com ênfases, reportando uma subida de 12,96% em 2005 para 32,34% em 2013 das opiniões não modificadas com ênfases constantes nos relatórios de auditoria das empresas cotadas. Este estudo evidencia ainda que foi nos anos em que se começou a falar de crise financeira global que ocorreu esta tendência de crescimento das opiniões não modificadas com ênfases. Similar tendência de crescimento foi encontrada por Cheffers *et al.* (2010) nos Estados Unidos da América (EUA), evidenciando um aumento de 14% em 2003 para 21% em 2008 das opiniões não modificadas com ênfases por incerteza de continuidade. Também Geiger *et al.* (2014), analisando 414 relatórios de auditoria de empresas dos EUA, entre 2004 e 2010, constataram um aumento de opiniões não modificadas com ênfases.

Os estudos mais recentes, que se debruçaram sobre a evolução das opiniões não modificadas com ênfases, tendem a relacionar o aumento destas com os efeitos de crises económico-financeiras. Torna-se, assim, pertinente levar a cabo um estudo longitudinal em Portugal sobre a evolução das opiniões produzidas pelos revisores/auditores nas CLC das empresas integrantes da Euronext Lisbon. Três fatores são tidos em conta: em primeiro lugar, a crise financeira global do final de 2007 que afetou os países europeus; em segundo lugar, o Estado português assinou em 2011 um memorando de entendimento com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, tendo estas três instituições, denominadas de Troika, imposto um conjunto de medidas económicas e financeiras que tiveram impacto nas empresas portuguesas; em terceiro lugar, as empresas integrantes da Euronext Lisbon estão mais expostas aos riscos das crises económico-financeiras de âmbito mais global.

Face ao exposto, este estudo tem o objetivo de analisar as ênfases reportadas nos relatórios de CLC das empresas integrantes da Euronext Lisbon, centrando-se no período compreendido entre 2005 e 2016. Decidiu-se que o período

do estudo, para além de atender aos efeitos da crise global, deveria também contemplar os efeitos do período de intervenção da Troika. Adicionalmente, considerou-se conveniente contemplar pelo menos alguns anos antes da crise financeira mundial com vista a poder estudar a influência desta na produção de opiniões não modificadas com ênfases. A opção por 2005 teve este facto em atenção, bem como o facto de as empresas integrantes do Euronext Lisbon estarem sujeitas à aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/02 a partir de 1 de janeiro de 2005. Assim, o período de 2005–2016 tem ainda a vantagem de possibilitar a comparação parcial dos resultados deste estudo com o de Carson *et al.* (2014) que atende ao período de 2005–2013 na Austrália e o de Inácio e Fernandes (2012), o qual também atendeu à evolução das opiniões não modificadas com ênfases em 21 empresas cotadas na Euronext Lisbon no período 2001–2008. Por fim, estendeu-se o período de análise até 2016 para englobar um período mais longo de pós intervenção da Troika.

Este estudo está organizado em várias secções. A próxima secção apresenta a revisão da literatura, seguindo-se a metodologia de investigação na secção 3. Posteriormente, os resultados decorrentes desta investigação serão apresentados e discutidos na secção 4. Por último, na secção 5, serão apresentadas as conclusões, contribuições e limitações desta investigação.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1. Normas de Auditoria e Certificação Legal das Contas

Em Portugal, até aos períodos anteriores a 1 de janeiro de 2016, a elaboração das CLC assentou nas disposições da Diretriz de Revisão/Auditoria (DRA) 700, depois desta data passou a aplicar-se as *International Standards on Auditing* (ISA), nomeadamente a ISA 700, 701, 705 e 706. Ainda relativamente à CLC, o n.º 2, b) do art.º 45.º da Lei nº 140/2015 (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) estabelece que deve “*Incluir uma opinião de auditoria, que pode ser emitida com ou sem reservas, ou constituir uma opinião adversa, e apresentar claramente a opinião do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas sobre: i) Se as contas dão uma imagem verdadeira e apropriada, de acordo com a estrutura de relato financeiro aplicável; ii) Se for caso disso, se as contas cumprem os requisitos legais aplicáveis*”.

A CLC apresenta-se como o documento de trabalho produzido pelo revisor/auditor que é do conhecimento do público, estando sempre sujeito a análises, críticas e ponderações. Com o decorrer dos anos, a CLC conheceu alterações significativas devidas, por um lado, ao próprio âmbito do trabalho a efetuar e, por outro lado, ao referencial normativo aplicável às de-

monstrações financeiras. Assim, no período em análise salientam-se duas alterações, uma em 2005 e outra em 2016. Em 2005 a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas procedeu através da Circular n.º 47/05, de 5 Julho, à alteração do modelo de relatório de revisão/auditoria para as contas individuais, de forma a adaptar a CLC à alteração do n.º 3 do artigo n.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), introduzida pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, incluindo-se no texto do relatório a referência à estrutura do relato financeiro aplicada, e à necessidade da CLC incluir um parecer (opinião) do revisor/auditor sobre se o relatório de gestão é ou não concordante com as respetivas contas do exercício. Estas alterações já constavam, de uma forma geral, dos referidos modelos de CLC previstos na DRA 700.

No que se refere à estrutura do relato financeiro, o modelo de CLC passou a incluir, no item 1 “Introdução”, a expressão “*Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com ...*”, devendo a mesma ser completada de acordo com o referencial contabilístico e de relato financeiro adequado, uma vez que se passou a poder utilizar, em Portugal, referenciais contabilísticos diferentes.

Relativamente ao parecer (opinião) sobre se o relatório de gestão é ou não concordante com as contas do exercício, a alínea e) do n.º 1 do art.º 451.º do CSC passou a exigir que o modelo de CLC passasse a contemplar os seguintes dois itens adicionais (5 e 9) que, pela sua importância, transcrevemos:

*“5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. .../...”*

*9. É também nosso parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.”*

Exige-se assim que o revisor/auditor recomende ao órgão de gestão da empresa que efetue a compatibilização entre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, com o objetivo de acautelar as situações de tal evidência em prol dos interesses da empresa. Tais exigências decorrem das alterações aos artigos 66.º e 508.º-C do CSC relativos, respetivamente, ao relatório de gestão (contas anuais individuais) e ao relatório consolidado de gestão, introduzidas pelo Decreto-Lei 35/2005. Como consequência, o relatório de gestão relativo às contas dos exercícios iniciados em 2005 passou a contemplar uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a empresa se defronta, referências de desempenho não financeiras relevantes para as atividades específicas da empresa, incluindo informações sobre questões ambientais e questões relativas aos trabalhadores.

Em suma, assiste-se a um crescendo da importância do relatório de gestão no conjunto dos documentos de prestação de contas a submeter à assembleia geral de sócios/acionistas, o que se traduz numa maior exigência da sua verificação/revisão por parte do revisor/auditor.

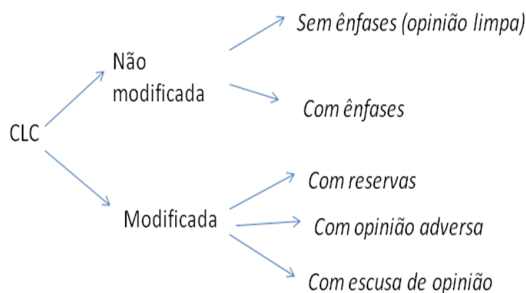
A última alteração, em 2016, resultou da aplicação direta, em Portugal, das ISA. Esta aplicação antecipou-se ao processo de harmonização da União Europeia, e visou colmatar a desatualização das DRA. Desta forma foi introduzido em 2016 o novo modelo de relatório de auditoria resultante do processo de melhoria do conteúdo informativo do relatório levado a cabo pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) da International Federation of Accountants (IFAC).

O novo modelo passou a ter novos conteúdos e estrutura. As alterações mais relevantes prendem-se com a passagem do parágrafo da opinião para o início da CLC, a inclusão de um parágrafo relativo às matérias mais relevantes da auditoria e outro específico para quando há incertezas de continuidade, assim como, a organização do relatório em duas partes: uma primeira, que trata das demonstrações financeiras e deve, essencialmente, ser a mesma para todas as auditorias que apliquem as ISA; uma segunda, que se destina a quaisquer matérias adicionais que podem ser exigidas por regulamentos específicos.

## 2.2. Certificação Legal das Contas e Tipos de Opinião do Auditor

Os modelos de CLC sucedem do tipo de opinião que o revisor/auditor entender mais adequada face à prova obtida. Assim sendo, podemos ter dois modelos principais: a CLC com opinião não modificada e a CLC com opinião modificada, podendo em cada um destes modelos encontrar diferentes opiniões do revisor/auditor (ver Figura 1).

Figura 1 – Tipos de opinião do auditor



Uma CLC com opinião limpa, ou não modificada sem ênfases, deve ser expressa quando o revisor/auditor concluir que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa, em todos os aspectos materialmente relevantes. Traduz uma opinião totalmente concordante com as demonstrações financeiras, ou seja, uma opinião isenta de reservas e situações relevantes a relatar.

No entanto, há situações em que a opinião não é modificada, mas o auditor decide emitir uma opinião com ênfases. De acordo com o §24 da DRA 700 e §7 da ISA 706 as ênfases salientam matérias que estão devidamente tratadas nas demonstrações financeiras, mas que pela sua importância o auditor entende serem necessárias para a compreensão das demonstrações financeiras. Quando um revisor/auditor emite uma CLC com ênfases limita-se e referir a existência de situações que não afetam a sua opinião. Entre tais situações podemos encontrar as seguintes: derrogações de princípios contábilísticos destinados a assegurar a imagem verdadeira e apropriada; alterações de políticas contábilísticas; inexistência de demonstração dos resultados por funções e/ou da demonstração dos fluxos de caixa; acontecimentos subsequentes; inexistência/ineficácia do sistema de controlo interno; ineficiência do sistema de informação de gestão; e não obtenção da declaração do órgão de gestão. Estas ênfases tanto podem aparecer numa situação de CLC com opinião não modificada como numa CLC com opinião modificada, uma vez que uma opinião não pode ser modificada baseada em ênfases. Assim, o §22 da DRA 700 referia que um relatório de CLC “... pode ser modificado por matérias que não afetam a opinião e por matérias que a afetam, podendo ambas coexistir num mesmo relatório”.

Para existir uma CLC com opinião modificada, de acordo com o §2 da ISA 705, o revisor/auditor tem de apresentar pelo menos um dos três tipos de opinião constantes na Figura 1: com reservas, opinião adversa ou escusa de opinião. De acordo com o §30 da DRA 700, a opinião com reservas surge sempre que existam limitações de âmbito, desacordos, incertezas fundamentais não divulgadas e derrogação de princípios contábilísticos ou alteração de políticas contábilísticas sem o acordo do revisor/auditor e não devidamente divulgadas. Isto acontece quando o revisor/auditor não pode declarar que as demonstrações financeiras, no seu todo, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da empresa, porque as mesmas estão afetadas por situações cujos efeitos ou possíveis efeitos são materiais. O §7 da ISA 705 remete, igualmente, para o mesmo tipo de origem das reservas, desacordos ou limitações, evidenciando que os efeitos, ou possíveis efeitos, devem dar origem a reservas quando são materiais, mas não profundos para as demonstrações financeiras. Quando são materiais e profundas dão origem a opinião adversa ou escusa de opinião.





Uma CLC pode ter a opinião modificada devido à escusa de opinião por parte do revisor/auditor. Isto acontece quando existam limitações de âmbito profundas e significativas que não permitam ao revisor/auditor a obtenção de evidência suficiente, apropriada e, por conseguinte, não se encontra em condições de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras no seu todo. Nestes casos, o revisor/auditor emite uma CLC com escusa de opinião.

Por último, uma CLC pode ainda ter a opinião modificada tendo por base uma opinião adversa, devendo ser expressa pelo revisor/auditor quando os efeitos dos desacordos forem de tal forma profundos, que afetam de forma significativa as demonstrações financeiras podendo induzir em erro os seus destinatários.

### **2.3. Certificação Legal das Contas e Opinião com Ênfases**

Estabelecido por norma própria, a ISA 706, o parágrafo de ênfase possui a função de chamar a atenção dos utilizadores para as informações consideradas relevantes na adequada interpretação das demonstrações financeiras e não contempladas nos demais parágrafos do relatório. Independente do tipo de relatório expresso pelo revisor/auditor – relatório sem reservas, com reservas, opinião adversa ou com escusa de opinião – o parágrafo de ênfase pode ser utilizado para trazer informação relevante aos utilizadores da informação, lembrando-se, ainda, que o assunto enfatizado pela ênfase não configura e nem modifica a opinião do revisor/auditor.

A ênfase revela-se como comunicação adicional do revisor/auditor com os usuários do seu relatório que, de acordo com o §1(a) e §6(a) da ISA 706, é a inclusão de um parágrafo referente a assunto que está apropriadamente apresentado no corpo das demonstrações financeiras ou adequadamente divulgado nas notas explicativas, mas o revisor/auditor considera-o vital para a compreensão das demonstrações e decide chamar a atenção do usuário para esse assunto. No modelo de CLC anterior a 2016 este parágrafo vinha logo a seguir à opinião, no final da CLC. No atual modelo, a opinião é o primeiro parágrafo, seguido da base para a opinião, sendo que de acordo com o §9 da ISA 706, o parágrafo de ênfase deve ser incluído no relatório imediatamente após o parágrafo da base da opinião e fazer uso do título “Ênfase” ou outro título apropriado, como também indicar que o assunto abordado não modifica a opinião do revisor/auditor.

Ainda como exigências normativas, a ênfase deve ter sempre a menção da nota explicativa a que se refere e fazer referência clara ao assunto, de tal forma que não utilize assuntos que não tenham sido abordados pelo conjunto completo das demonstrações financeiras, sugerindo assim que as informações não foram devidamente apresentadas.

O parágrafo de ênfase deve limitar-se a chamar a atenção do utilizador da informação para aquilo que está divulgado nas demonstrações financeiras, com o cuidado dele não apresentar mais informações do que a própria nota explicativa da administração, pois isso sugere que essas notas não apresentam as divulgações necessárias, o que na prática requereria uma reserva e não uma ênfase. Esta situação não deve acontecer pois o §A7 da ISA 706, estabelece que o parágrafo de ênfase não deve substituir uma opinião modificada (com reserva, adversa ou escusa de opinião), nem divulgação a efetuar nas demonstrações financeiras por aplicação do referencial contabilístico, assim como, não substitui a emissão de um relatório com incertezas de continuidade que devem estar referidas em parágrafo próprio.

Tendo por base o §A5 da ISA 706, os assuntos apresentados no parágrafo de ênfase são geralmente relacionados com incertezas (litígio, contingência, comparabilidade), grande catástrofe que tenha efeito, ou que ainda continue a ter efeito sobre a posição patrimonial e financeira da empresa, utilização de novas políticas contabilísticas, desde que permitido, com significativo impacto, um acontecimento do período subsequente relevante, transações relevantes com partes relacionadas. De salientar que até à aplicação do novo modelo de relatório, em 2016, as incertezas de continuidade que de acordo com a ISA 570 deveriam ser divulgadas pelo auditor, mas não eram razão da modificação da opinião, davam lugar à emissão de ênfases. Assim, as questões de incerteza de continuidade até 2015 são referidas em ênfases e a partir de 2016 dão origem a um parágrafo próprio “Incerteza material relacionada com a continuidade”.

A DRA 511 estabelece que se os efeitos ou possíveis efeitos do incumprimento dos deveres fiscais forem materialmente relevantes, o revisor/auditor deve tratá-los na CLC como uma ênfase, se estiverem adequadamente divulgados no anexo às demonstrações financeiras. Torna-se, assim, necessário que o auditor esteja atento às constantes mudanças, procurando estar atualizado com as normas e as regras que regem a elaboração de um relatório de auditoria.

#### **2.4. A Crescente Importância das Ênfases na Certificação Legal das Contas**

Os relatórios de CLC que contêm ênfases têm vindo a ser analisados tendo por base o antes, o durante e o após crises económico-financeiras. A crise financeira global que teve início em finais de 2007 não é exceção, havendo a preocupação de aferir até que ponto a evolução das ênfases foi consistente com o evoluir da crise (e.g. Carson *et al.*, 2011, 2014).

Existem estudos (e.g. Krishnan *et al.*, 2007; Nogler, 2008; Xu *et al.*, 2011; Inácio e Fernandes, 2012) que consideram que o aumento de ênfases sobre questões

como sejam a continuidade ou a comparabilidade, são um indicador de aumento de qualidade do trabalho de auditoria. Krishnan *et al.* (2007) estudaram o facto de os antigos clientes da Arthur Anderson serem tratados com maior benevolência do que outros clientes. Os autores demonstraram existir evidência de pareceres de auditoria modificados relativamente à continuidade das atividades e um aumento do número de relatórios modificados por este motivo para os ex-clientes da Arthur Andersen, principalmente as empresas de maior dimensão.

Nogler (2008) analisou 1.204 empresas cotadas em bolsa, que apresentaram falência no período compreendido entre 1 de janeiro de 1997 e 31 de dezembro de 2005 nos EUA. O autor demonstrou que no período subsequente à falência da Enron, os revisores/auditores de empresas cotadas emitiram mais relatórios de auditoria com ênfases de continuidade em empresas com dificuldades do que no período prévio à falência.

Evidência semelhante foi encontrada na Austrália a partir de 2008 por Xu *et al.* (2011) ao constatarem que no que se refere à preocupação com a incerteza os relatórios de auditoria com opinião não modificada com ênfases têm tendência a aumentar. Os autores reportam um aumento de 12% de 2005 para 2007, um aumento de 18% de 2007 para 2008 e um aumento de 22% de 2008 para 2009, verificando-se um aumento do número de relatórios com ênfases.

Por sua vez em Portugal, o estudo de Inácio e Fernandes (2012) concluiu que as ênfases sofreram uma diminuição pouco acentuada ao longo do período de análise (2001-2008), para as 21 empresas do PSI-20, não havendo um aumento de ênfases relativas ao que se considera questões sensíveis, como por exemplo a continuidade.

Outros estudos em análise verificaram que os parágrafos com ênfases têm tendência a aumentar (e.g. Carson *et al.*, 2014; Cheffers *et al.*, 2010; Geiger *et al.*, 2014). Por exemplo, o estudo de Carson *et al.* (2014) demonstra que os relatórios de auditoria na Austrália referentes ao período de 2005 a 2013 evidenciaram um aumento substancial de relatórios de auditoria com ênfases. Em 2005, 13% do total de relatórios de auditoria tinham ênfases, tendo este indicador subido para 22% em 2009. Após a crise financeira global há uma continuação desta tendência, verificando-se 25% e 32% de relatórios de auditoria com ênfases em 2012 e 2013, respetivamente.

De acordo com Leventis *et al.* (2011), a eficácia da função de auditoria externa tem sido questionada por vários agentes, como instituições financeiras, investidores, jornalistas e políticos. Outros autores (e.g. Sikka, 2009; Humphrey *et al.*, 2009; McTague, 2011) têm argumentado que durante e após a crise financeira global, vários reguladores, investidores e participantes do mercado se quei-

xaram que os revisores/auditores não cumpriram adequadamente o seu papel, porquanto não evidenciaram de forma clara nos relatórios o que seria uma advertência/ênfase, tendo ocorrido posteriormente que algumas dessas empresas acabaram por abrir falência.

Por sua vez, Geiger *et al.* (2014) consideram que a suscetibilidade de os revisores/auditores emitirem uma opinião com incerteza de continuidade previamente à sua falência, aumentou após o início da crise financeira global. De acordo com os autores, tanto as empresas de auditoria integrantes das Big 4 como as não-Big 4 aumentaram significativamente a tendência em emitir opiniões sobre a continuidade das atividades após o início da crise financeira global, aumentando assim os relatórios com ênfases. Também Sanoran (2018) concluiu que as não-Big 4 foram, no período pós crise financeira global, mais conservadoras quanto aos problemas de continuidade, reduzindo as falhas de emissão de relatórios sem ênfases de continuidade anteriores a inícios de falência.

Também Carson *et al.* (2011) afirmam que os revisores/auditores respondem à crise financeira dando maior atenção a questões normais de exploração. Os autores referem também que os revisores/auditores aumentaram o número de opiniões qualificadas de continuidade e incerteza das atividades durante 2008 em países como o Reino Unido, Austrália e França, aumentando o número de relatórios com ênfases nesse período.

No rescaldo da crise financeira global, a elaboração de relatórios de auditoria sobre as incertezas de continuidade das atividades recebeu atenção considerável do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) (2008, 2011a, 2011b) e do Financial Accounting Standards Board (FASB) (2008, 2011, 2012, 2013) nos EUA, bem como a partir de uma ampla escala de reguladores globais (European Commission, 2010; House of Lords, 2011; FRC, 2013).

Muitos críticos, incluindo alguns membros do grupo consultivo de investidores do PCAOB, têm referido que os revisores/auditores não advertem de forma adequada os *stakeholders* sobre as falhas iminentes dos clientes sobre a continuidade das atividades (PCAOB, 2011b). Na sequência desta discussão a IFAC estabeleceu no novo modelo um parágrafo próprio para as incertezas de continuidade.

Damascena *et al.* (2011) defendem que o revisor/auditor emite parecer com parágrafos de ênfase quando, na sua opinião, encontram motivos que afetam as demonstrações financeiras e/ou quando ocorre incerteza em relação a algum facto relevante sobre a realidade económica e financeira da entidade. Os resultados encontrados no estudo de Damascena *et al.* (2011) evidenciam que os motivos que mais provocaram parágrafos de ênfases são a existência de prejuízos contínuos, passivo a descoberto e deficiência de ativo corrente. Portanto,

essas evidências sugerem a importância das questões de continuidade para o relatório de auditoria, nomeadamente para o parágrafo das ênfases. Este facto justifica a alteração introduzida em 2016 pela IFAC no modelo de relatório. Adicionalmente, também sugere a necessidade de maior especificação nos pareceres dos revisores/auditores, a fim de garantir que não houve problemas na determinação do objeto de trabalho da auditoria, no planeamento do revisor/auditor ou na obtenção de evidências sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação contabilística adotados.

Por sua vez, Tsiouridou e Spathis (2014) defendem que as opiniões dos revisores/auditores não estão relacionadas com a gestão dos resultados. Os autores consideram que características como a rentabilidade e a dimensão são determinantes para a incerteza da continuidade das atividades como opinião emitida no relatório de auditoria conduzindo a ênfases. Os autores consideram ainda que a crise financeira tem afetado a saúde financeira das empresas e isso reflete-se no aumento de pareceres de auditoria que não afetam a opinião do revisor/auditor, isto é, no aumento de ênfases nos relatórios de auditoria.

### 3. Metodologia de Investigação

Este estudo segue uma abordagem longitudinal, analisando as CLC das empresas integrantes da Euronext Lisbon no período de 2005 a 2016. A CLC continua a ser o documento mais utilizado na análise do relato de auditoria, dadas as vantagens que lhe são atribuídas, nomeadamente pela obrigatoriedade de elaboração, pelo facto do seu acesso ser relativamente fácil a longo prazo, de ser dirigido a vários *stakeholders* e apresentar maior credibilidade. Por sua vez, a CLC faz parte integrante do relatório e contas que é também um meio de divulgação de informação, satisfazendo as necessidades informativas dos diferentes *stakeholders*, tal como referem vários autores (e.g. Wilmshurst e Frost, 2000; Deegan *et al.*, 2002; Llena *et al.*, 2007).

A escolha do período temporal 2005-2016 assentou em várias razões. A primeira deveu-se à intenção de ter informação de alguns períodos anuais antecedentes da crise financeira de finais de 2007 por forma a poder-se estudar se havia alterações nas opiniões dos auditores que pudessem estar relacionadas com a referida crise. A segunda razão teve a ver com o facto do período anual de 2016 ser a última data com dados completos (à data de início da elaboração deste estudo), e por contemplar CLC de períodos anuais após a entrada (maio/2011) e a saída (maio/2014) da Troika em Portugal. Pretendeu-se também compreender se existiram alterações nas opiniões dos auditores que pudessem estar relacionadas com este tipo de crise financeira mais local. Por último, o período

escolhido permite comparar os resultados deste estudo com o estudo de Carson *et al.* (2014), o qual ocorreu num contexto diferente, mas em período temporal parcialmente coincidente (2005 a 2013).

A escolha das empresas integrantes da Euronext Lisbon prendeu-se com o facto de estas empresas estarem mais sujeitas aos efeitos de crises financeiras. As CLC destas empresas foram obtidas através do *site* da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (<http://web3.cmvm.pt/>), do *site* das próprias empresas e de recolha presencial na sede da Bolsa de Valores de Lisboa, em Lisboa. No total foram recolhidos 593 relatórios de CLC de empresas pertencentes a diferentes setores de atividade: indústria, alojamento e restauração, construção, financeiras, serviços, telecomunicações, entre outros.

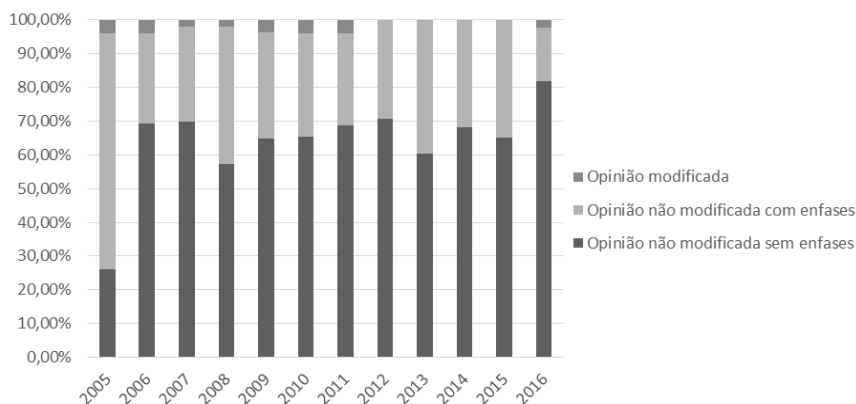
Para classificar a opinião do auditor foi utilizada a tipologia seguida por Carson *et al.* (2014) e por Inácio e Fernandes (2012). Esta tipologia atende aos tipos de opinião do auditor de acordo com as normas internacionais de auditoria (ver Figura 1, apresentada na secção 2.2.). Resultaram daqui as seguintes classificações da opinião do auditor: (1) opinião não modificada sem ênfases, (2) opinião não modificada com ênfases, (3) opinião modificada com reservas, (4) opinião adversa e (5) escusa de opinião. Cada uma das 593 CLC recolhidas foi classificada numa destas cinco tipologias. Em cada uma destas CLC foi também identificada a empresa de auditoria que a emitiu.

Dado o objetivo deste estudo, procedeu-se à identificação de todos os tipos de ênfases evidenciadas nas CLC das empresas integrantes da Euronext Lisbon. Uma vez que se pretendia fazer uma análise comparativa com o estudo desenvolvido por Carson *et al.* (2014), agruparam-se os diferentes tipos de ênfases de acordo com a seguinte classificação: (1) comparabilidade, (2) mudança de normativo, (3) continuidade (considerando, em 2016, o parágrafo próprio) e (4) outros. Também se agruparam as CLC que evidenciavam ênfases por ano e por empresas de auditoria.

## 4. Apresentação e Discussão dos Resultados

### 4.1. Análise Geral dos Relatórios de CLC por Tipo de Opinião

Esta subsecção inicia-se com uma análise geral sobre o peso dos relatórios de CLC com opinião modificada, opinião não modificada com ênfases e opinião não modificada sem ênfases (ver Gráfico 1). Para efeitos de comparabilidade, em 2016, o parágrafo das incertezas de continuidade foi considerado como uma ênfase.

**Gráfico 1 – Distribuição dos relatórios CLC por tipo de opinião (2005–2016)**

São de salientar três observações gerais. A primeira delas é que existe em 2005 uma elevada percentagem de relatórios de CLC com opinião não modificada com ênfases, comparativamente aos anos seguintes. A tal situação não é alheia a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/02 a partir de 1 de janeiro de 2005, com a qual se procura aumentar o grau de transparência e de comparabilidade das contas das empresas. A adoção deste novo normativo tornou-se obrigatória em 2005 para as contas consolidadas das empresas cotadas em bolsa com sede situada num Estado membro da União Europeia, e facultativo noutras situações. Como se pode constatar no Gráfico 1, cerca de 70% dos relatórios de CLC apresentaram uma opinião não modificada com ênfases. Esta percentagem desce nos anos seguintes, embora com oscilações ao longo do período em análise.

A segunda observação geral tem a ver com a inexistência de relatórios de CLC com opiniões modificadas a partir do ano de 2012, com exceção do ano de 2016. Esta exceção segue um padrão semelhante ao verificado em períodos anteriores a 2012. Por exemplo, o pequeno número de empresas (duas) com relatórios de CLC com opinião modificada nos anos anteriores, 2010 e 2011, passaram a evidenciar opinião não modificada com ênfases (ver Tabela 1). Pode constatar-se ainda na Tabela 1 que ao longo de todo o período do estudo (2005–2016) não se observaram relatórios de CLC com opinião modificada que tivessem por base opinião adversa ou escusa de opinião.

A terceira observação geral diz respeito ao aumento do número de relatórios de CLC com opinião não modificada com ênfases entre 2006 e 2016, particularmente em períodos de crise financeira em Portugal (ver Tabela 1). Verifica-se um aumento de 26,92% em 2006 para 40,74% em 2008, ano em que se começam a sentir os efeitos da crise financeira global. Verifica-se também um aumento de 27,45% em 2011 para 39,58% em 2013, coincidente com o período de presença da Troika em Portugal.

Tabela 1 – Distribuição dos relatórios CLC por tipo de opinião (2005–2016)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>OPINIÃO NÃO MODIFICADA</b>												
Opinião não modificada sem ênfases	26,00%	69,23%	69,81%	57,41%	64,81%	65,38%	68,63%	70,83%	60,42%	68,18%	65,12%	70,45%
Opinião não modificada com ênfases	70,00%	26,92%	28,30%	40,74%	31,48%	30,77%	27,45%	29,17%	39,58%	31,82%	34,88%	25,00%
Total opinião não modificada	96,00%	96,15%	98,11%	98,15%	96,30%	96,15%	96,08%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	95,45%
<b>OPINIÃO MODIFICADA</b>												
Reservas	4,00%	3,85%	1,89%	1,85%	3,70%	3,85%	3,92%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,55%
Opinião adversa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Escusa de opinião	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total opinião modificada	4,00%	3,85%	1,89%	1,85%	3,70%	3,85%	3,92%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,55%
Total de relatórios de auditoria	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Em suma, verifica-se neste estudo alguma variação na “Opinião não modificada com ênfases” ao longo do período de análise (2005–2016). Excluindo o ano de 2005, que apresenta um valor anormalmente elevado, como já explicado anteriormente (ano de mudança de normativo), verificamos uma tendência de aumento de ênfases em períodos de crise, situação semelhante à verificada nos estudos de Geiger *et al.* (2014) e Carson *et al.* (2014). Geiger *et al.* (2014) constataram ainda que quer as empresas Big 4 quer as não-Big 4 aumentaram significativamente a tendência em emitir opiniões não modificadas com ênfases nos períodos subsequentes ao início da crise financeira global.

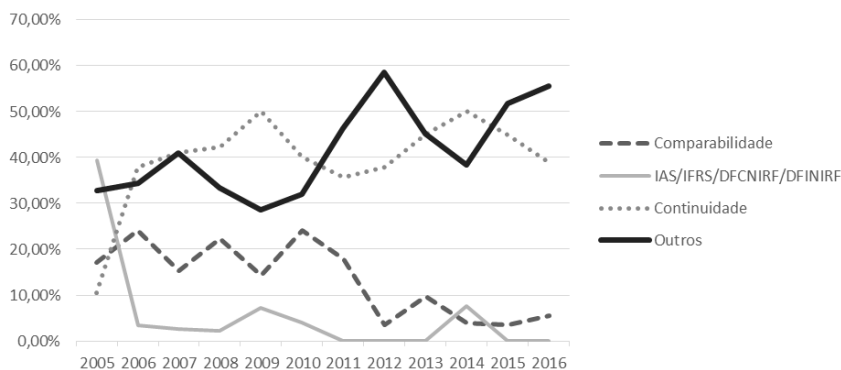
#### 4.2. Análise dos Relatórios de CLC por Tipos de Ênfases

Dos vários tipos de ênfases encontrados nos relatórios de CLC das empresas integrantes da Euronext Lisbon no período 2005–2016, destacamos a comparabilidade, as mudanças de normativo e a continuidade (ver Gráfico 2). Os outros tipos de ênfases evidenciados pelos referidos relatórios de CLC (e.g. provisões; perdas nas demonstrações de resultados; aplicação do artigo 35 do CSC; ações judiciais; método de equivalência patrimonial; alterações políticas e alterações de auditores) foram agrupados no item “Outros”.

Em termos de evolução dos principais tipos de ênfases encontradas ao longo do período analisado (2005–2016), constatam-se comportamentos diferenciados, conforme podemos ver no Gráfico 2. Em primeiro lugar, saliente-se a relevância das ênfases relacionadas com a mudança de normativo em 2005, as quais perderam relevância a partir desta data. A mudança de normativo que ocorreu em 2005 em Portugal (e nos restantes países da União Europeia) fez com que a opinião não modificada com ênfases aumentasse neste ano, atingindo um valor de 39,47% do total das ênfases, com tendência decrescente nos anos seguintes, situações análogas às reportadas no estudo de Inácio e Fernandes (2012). Também o estudo de Carson *et al.* (2014) evidenciou que a mudança de normativo, ocorrida em 2010 na Austrália, originou o aparecimento de relatórios de CLC com “opinião não modificada com ênfases”.



Gráfico 2 – Comportamento dos principais tipos de ênfases (2005-2016)



Em segundo lugar, verifica-se uma diminuição de ênfases relacionadas com a comparabilidade nos últimos anos do estudo, nomeadamente a partir de 2010, dada a estabilidade de aplicação de normativo contabilístico em Portugal. Similar tendência já havia sido reportada no estudo de Inácio e Fernandes (2012) relativamente às empresas integrantes do PSI-20. Saliente-se que a comparabilidade resulta de uma análise evolutiva da informação disponível, permitindo confrontar a informação objeto de análise com o mesmo tipo de informação relativa a períodos anteriores. A diminuição deste tipo de ênfases encontra-se relacionada com a necessidade de o auditor detetar comportamentos desviantes nas demonstrações financeiras e, conseqüentemente, situações menos claras.

Em terceiro lugar, constata-se um aumento de ênfases relacionadas com a continuidade, apresentando os relatórios de CLC uma variação crescente de 2005 até 2009, com 10,53% e 50,00% respetivamente. Verifica-se que também existe um decréscimo das ênfases relacionadas com a continuidade entre 2009 e 2011, atingindo neste último ano 35,71%. A partir de 2011 verifica-se novamente um crescimento deste tipo de ênfases, atingindo cerca de 50% em 2014. Tal pode ser explicado pelo facto de a opinião do auditor/revisor ser influenciada pela permanência da Troika em Portugal desde 2011. Este tipo de tendência em períodos de crise é consistente com outros estudos (e.g. Carson *et al.*, 2014; Geiger *et al.*, 2014), os quais também reportam o aumento de ênfases relacionadas com a continuidade nos relatórios de CLC nos períodos subsequentes ao início da crise financeira global. O presente estudo tem ainda a vantagem de relacionar o aumento deste tipo de ênfases com uma crise financeira de âmbito mais local, sendo esta uma importante contribuição deste estudo.

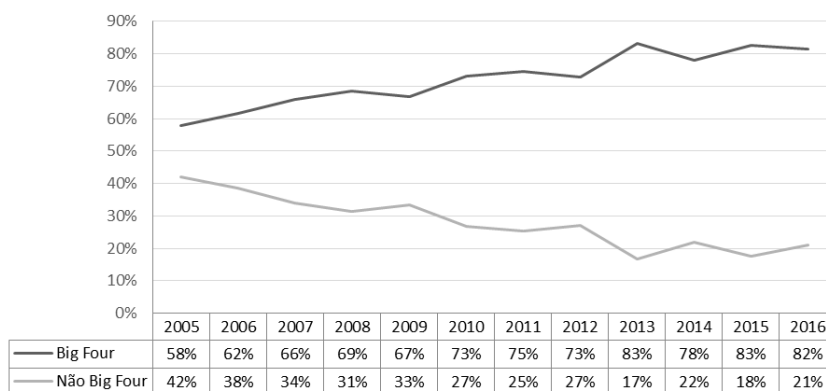
Por último, verifica-se que as ênfases incluídas em “Outros” têm valores tendencialmente altos. Esta situação resulta do facto de estarem incluídas neste item um conjunto diversificado de ênfases, como já foi referido nesta secção.

Como se pode verificar no Gráfico 2 existem algumas variações deste item ao longo do período do estudo, atingindo o seu maior valor em 2012. Para esta realidade contribuíram as ênfases relacionadas com as alterações de políticas contabilísticas levadas a cabo pelo grupo Sonae e as ênfases evidenciadas nas CLC das empresas Compta, Estoril Sol e Futebol Clube do Porto, relacionadas com a aplicação do artigo 35.º do CSC.

### 4.3. Relatórios de Auditoria Emitidos por Tipos de Empresas de Auditoria

O Gráfico 3 apresenta os relatórios de CLC do período de 2005-2016 distribuídos por 2 grupos de empresas de auditoria: as Big 4 e as não-Big 4. O grupo das empresas Big 4 é constituído pelas 4 maiores empresas de auditoria: a PriceWaterhouseCoopers, a Ernest and Young, a KPMG e a Delloite. Todas as outras empresas de auditoria fazem parte do grupo das empresas classificadas como não-Big 4. Ao longo do período em análise verifica-se uma tendência crescente do número de CLC emitidas por empresas Big 4, passando de 58,0% em 2005 para valores percentuais acima dos 80% nos últimos anos do período de análise. Pode afirmar-se que continuam a ser as Big 4 as empresas de auditoria mais solicitadas em Portugal para a realização de CLC, à semelhança de outros países (e.g. Carson *et al.*, 2014; Geiger *et al.*, 2014). No entanto, este estudo apresenta uma tendência crescente que não é verificada em outros estudos (e.g. Carson *et al.*, 2014). Estes autores identificaram uma diminuição na média de empresas auditadas pelas Big 4 nos períodos seguintes ao início da crise financeira global.

Gráfico 3 – Relatórios CLC distribuídos por Big 4 e não-Big 4 (2005-2016)



## 5. Conclusão

No presente estudo analisaram-se os relatórios de certificação legal das contas (CLC) das empresas integrantes da Euronext Lisbon no período compreendido entre 2005 e 2016. Esta análise teve o objetivo de estudar longitudinalmente o comportamento da evolução das ênfases reportadas pelos auditores nos relatórios de CLC e relacionar esse comportamento com períodos de crise financeira.

Este estudo apresenta várias contribuições. A primeira delas tem a ver com o aumento do número de relatórios de CLC com opinião não modificada com ênfases nos períodos subsequentes ao início de uma crise financeira. Verifica-se um aumento deste tipo de opinião a seguir à crise financeira iniciada em finais de 2007, bem como nos períodos seguintes à entrada da Troika em Portugal. Estes resultados são consistentes com os resultados evidenciados em estudos realizados em outros contextos nacionais (e.g. Carson *et al.*, 2014; Geiger *et al.*, 2014). Mas a particularidade do presente estudo está em verificar esta tendência no contexto de uma crise financeira de âmbito mais local.

A segunda contribuição deste estudo tem a ver com o tipo de ênfases que mais varia em períodos de crise financeira. Dos tipos de ênfases analisadas separadamente neste estudo (continuidade, comparabilidade e mudanças de normativo), as ênfases relacionadas com a continuidade apresentam uma variação crescente nos períodos seguintes ao início de uma crise financeira, seja esta de âmbito mais global ou de âmbito mais local. Um relevante contributo deste estudo resulta do facto de ter obtido evidência do aumento deste tipo de ênfases após o início de uma crise financeira de âmbito mais local.

Por último, a terceira contribuição deste estudo tem a ver com a tendência crescente do número de CLC emitidas por empresas Big 4 ao longo de todo o período do estudo. Neste estudo não se consegue identificar uma relação entre este comportamento e o surgimento de crises financeiras, sejam estas de âmbito global ou de âmbito mais local. Este resultado é ainda mais relevante se tivermos em conta que existem estudos (e.g. Carson *et al.*, 2014) que não revelaram variações significativas na média de empresas auditadas pelas Big 4, reportando até alguma diminuição desta média nos períodos seguintes ao início da crise financeira global.

Não há investigação sem limitações e esta não é exceção. A principal limitação deste estudo está relacionada com o facto de ter atendido apenas a empresas cotadas no mercado de capitais português. Apesar de existirem estudos que atendem apenas a empresas cotadas num só contexto nacional (e.g. Carson *et al.*, 2014; Inácio e Fernandes, 2012), sugerimos que em investigações futuras se estenda esta investigação a empresas portuguesas não cotadas e sujeitas a certificação legal das contas.

Uma outra sugestão de investigação futura é a de replicação deste estudo em outros contextos nacionais sujeitos a crises financeiras de âmbito mais local. Atendendo a que existem outros países europeus que, tal como Portugal, estiveram sujeitos à intervenção financeira da Troika, seria pertinente conhecer a evolução das ênfases nas CLC das empresas cotadas destes países durante um período que abrangesse o antes e o pós-intervenção inicial da Troika.

## Referências Bibliográficas

Ballesta, J. and García-Meca, E. (2005) Audit qualifications and corporate governance in Spanish listed firms. *Managerial Accounting Journal* 20(7), pp.725-738.

Banco de Portugal (2014) “Relatório do Conselho de Administração: A economia portuguesa”, in Banco de Portugal. Lisboa.

Carson, E., Simnett, R. and Trønnes, P.C. (2011) “Report to International Auditing and Assurance Standards Board”, In IAASB Report, International consistency in audit reporting behaviour: Evidence from going concern modifications. New York. Disponível em: [http://files.iaaer.org/research/IAASB\\_Report\\_Final\\_working\\_version\\_9\\_January\\_2012.pdf?1406556333](http://files.iaaer.org/research/IAASB_Report_Final_working_version_9_January_2012.pdf?1406556333).

Carson, E., Zhang, Y. and Fargher, N. (2014) “Audit reports in Australia 2005 - 2013: A preliminary findings”. In CPA Australia. Melbourne.

Cheffers, M., Whalen, D. and Thrun, M. (2010) “Going concern review”, in Audit analytics report index. Sutton, MA. Disponível em: [http://www.audit-analytics.com/doc/AuditAnalytics\\_GoingConcernRpt\\_04-10.pdf](http://www.audit-analytics.com/doc/AuditAnalytics_GoingConcernRpt_04-10.pdf)

Circular n.º 47/05 (2005) Modelo de relatório de revisão/auditoria para contas individuais. Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Código das Sociedades Comerciais (CSC). Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86. Diário da República, 1ª Série, n.º 201, Parte A, alterado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março.

Damascena, L., Firmino, J. and Paulo, E. (2011) Estudo sobre os pareceres de auditoria: Análise dos parágrafos de ênfase e ressalvas constantes nas demonstrações contábeis das companhias listadas na Bovespa. *Contabilidade Vista & Revista* 22(2), pp.125-154.

Decreto-Lei n.º 35/2005. Diário da República, 1.ª série A, n.º 34, de 17 de fevereiro.



Decreto-Lei n.º 224/2008. Diário da República, 1.ª série, n.º 226, de 20 de novembro.

Deegan, C., Rankin, M. and Tobin, J. (2002) An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997 – A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 15(3), pp.312-343.

DRA 511 (2005) *Verificação do cumprimento dos deveres fiscais e parafiscais*. Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

DRA 700 (2001) Relatório de revisão/auditoria. Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

European Commission (2010) *Audit policy: Lessons from the crisis*. Brussels, BE: Green paper, European Commission.

Financial Accounting Standards Board (FASB) (2008) *Proposed statement of financial accounting standards, going concern* (File Reference No. 1650-100). Norwalk, CT: FASB.

Financial Accounting Standards Board (FASB) (2011) *Disclosures about risks and uncertainties and the liquidation basis of accounting*. Norwalk, CT: FASB.

Financial Accounting Standards Board (FASB) (2012) *Minutes of the board meeting* (May 2). Norwalk, CT: FASB.

Financial Accounting Standards Board (FASB) (2013) *Proposed accounting standards update, presentation of financial statements (Topic 205): Disclosure of uncertainties about an entity's going concern presumption*. Norwalk, CT: FASB.

Financial Reporting Council (FRC) (2013) *Implementing the recommendations of the Sharman panel: Revised guidance on going concern and revised international standards on auditing (UK and Ireland)*. London, U.K.: The Financial Reporting Council.

Geiger, Marshall A., Raghunandan, K. and Riccardi, W. (2014) The global financial crisis: U.S. bankruptcies and going-concern audit opinions. *Accounting Horizons* 28(1), pp.59-75.

Heliodoro, H., Carreira, F. and Lopes, M. (2016) The change of auditor: *The Portuguese case*. *Revista de Contabilidade – Spanish Accounting Review* 19 (2), pp.181-186.

House of Lords (2011) *Auditors: Market concentration and their role – Select Committee on Economic Affairs* (2nd Report of Session 2010-11). London, U.K.: The Stationery Office Limited.

Humphrey, C., Loft, A. and Woods, M. (2009) The global audit profession and the international financial architecture: Understanding regulatory relationships at a time of financial crisis. *Accounting, Organizations and Society* 34(6/7), pp.810–825.

Inácio, H. and Fernandes, L. (2012) Alterações normativas e efeitos na opinião do auditor – Evidência do PSI 20. *Estudos do ISCA* 3(4), pp.1–20.

International Standard on Auditing (ISA) 570 (Revised) (2018) *Going concern*. IAASB Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Others Assurances, and Related Services Pronouncements. New York: IAASB.

International Standard on Auditing (ISA) 700 (Revised) (2018) *Forming an opinion and reporting on financial statements*. IAASB Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Others Assurances, and Related Services Pronouncements. New York: IAASB.

International Standard on Auditing (ISA) 701 (2018) *Communicating key audit matters in the independent auditor's report*. IAASB Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Others Assurances, and Related Services Pronouncements. New York: IAASB.

International Standard on Auditing (ISA) 705 (Revised) (2018) *Modifications to the opinion in the independent auditor's report*. IAASB Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Others Assurances, and Related Services Pronouncements. New York: IAASB.

International Standard on Auditing (ISA) 706 (Revised) *Emphasis of matter paragraphs and other matter paragraphs in the independent auditor's report*. IAASB Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Others Assurances, and Related Services Pronouncements. New York: IAASB.

Krishnan, J., Raughunandan, K. and Yang, J. (2007) Were former Andersen clients treated more leniently than other clients? Evidence from going-concern modified audit opinions. *Accounting Horizons* 21(4), pp.423–435.

Lei n.º 140/2015. Diário da República, 1.ª serie A, n.º 174, de 7 de setembro.

Leventis, S., Weetman, P. and Caramanis, C. (2011) Agency costs and product market competition: The case of audit pricing in Greece. *British Accounting Review* 43(2), pp.112–119.

Llena, F., Moneva, J. and Hernandez, B. (2007) Environment disclosures and compulsory accounting standards: The case of Spanish annual reports. *Business Strategy and the Environment* 16, pp.50–63.



Martinez-Blasco, M., Garcia-Blandon, J. and Vivas-Crisol, L. (2016) El informe de auditoría con salvedades: ¿una mayor independencia y competencia del auditor aumenta su contenido informativo? *Revista de Contabilidad - Spanish Accounting Review* 19(1), pp.89-101.

McTague, J. (2011) Auditors in the doghouse. *Barron's Online*. Disponible em: <http://www.barrons.com/articles/SB50001424052970203757604576204502663552710>

Nogler, G. (2008) Going concern modifications, CPA firm size, and the Enron effect. *Managerial Auditing Journal* 23(1), pp.51-67.

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) (2008) *Audit considerations in the current economic environment: Staff audit practice*. Washington, DC: PCAOB.

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) (2011a) *Concept release on possible revisions to PCAOB standards related to reports on audited financial statements*. Washington, DC: PCAOB.

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) (2011b) *Standing advisory group meeting*. Washington, DC: PCAOB.

Regulamento (CE) n.º 1606/2002. Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, de 11 de setembro.

Sanoran, K. (2018) Auditors' going concern reporting accuracy during and after the global financial crisis. *Journal of Contemporary Accounting & Economics* 14, pp.164-178.

Sikka, P. (2009) Financial crisis and the silence of the auditors. *Accounting, Organizations and Society* 34(6/7), pp.868-873.

Tsipouridou, M. and Spathis, C. (2014) Audit opinion and earnings management: Evidence from Greece. *Accounting Forum* 38(1), pp.38-54.

Wilmshurst, T. and Frost, G. (2000) Corporate environmental reporting: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 13(1), pp.10-26.

Xu, Y., Jiang, L., Fargher, N. and Carson, E. (2011) Audit reports in Australia during the global financial crisis. *Australian Accounting Review* 21(1), pp.22-31.







# **Aplicação do SNC-AP nas Entidades do Serviço Nacional de Saúde e Autarquias Locais**

## **Carlos Nunes**

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da UALG  
Campus da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, Portugal.  
cmnunes@ualg.pt

## **Joaquim Sant'Ana Fernandes**

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da UALG  
Campus da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, Portugal  
jsfer@ualg.pt

## **Cristina Gonçalves**

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da UALG  
Campus da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, Portugal  
cjesus@ualg.pt



## Aplicação do SNC-AP nas entidades do Serviço Nacional de Saúde e Autarquias Locais

### Resumo

A partir de 1 de janeiro de 2018 todos os serviços e organismos da administração central, regional e local, que não tenham natureza, forma e designação de empresa pública, bem como o subsetor da segurança social e as entidades públicas reclassificadas, passam a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística-Administração Pública. Auscultaram-se os responsáveis pela contabilidade (preparadores) de cento e treze entidades do Serviço Nacional de Saúde e Autarquias Locais sobre a mudança de referencial e as respetivas implicações. Em média, estes valorizam positivamente, quer o Plano Oficial de Contabilidade Pública, quer o Sistema de Normalização Contabilística-Administração Pública, contudo sem diferenças significativas. No entanto, constata-se uma diferença significativa na opinião sobre o Plano Oficial de Contabilidade Pública quanto ao reconhecimento das operações atendendo à sua forma legal mas valorizando o Sistema de Normalização Contabilística-Administração Pública quanto a comparabilidade da informação com outras entidades públicas.

**Palavras-Chave:** Perceção dos preparadores; Plano Oficial de Contabilidade Pública; Sistema de Normalização Contabilística-Administração Pública; Transição.

### Abstract

Since January 1st of 2018 all services and organisms of central, regional and local administration, that don't have a nature, form and designation of public company as well as subsector of social security and the reclassified public entities, must apply the Accounting Normalization System-Public Administration. The accounting managers (preparators) of a hundred and thirteen entities of national health services and local municipalities have been listened about the change of referential and respective implications. On average, these changes value positively not only the Official Plan of Public Accountability, but also the Accounting Normalization System-Public Administration, without significant differences. However, there is a significant difference in the opinion about the Official Plan of Public Accountability, on the recognition of operations attending to their legal form, but valuing the System of Accounting Normalization-Public Administration concerning the comparability of the information with other public entities.

**Keywords:** Perception of preparators; Official Plan of Public Accountability; Accounting Normalization System-Public Administration; Transition.



## 1. Introdução

Até início da década de 90, do século passado, os objetivos centrais dos sistemas contabilísticos das entidades públicas relacionavam-se com o controlo, quer da execução orçamental, quer da legalidade das operações, sendo as obrigações e os direitos reconhecidos quando se verificava a entrada e saída de valores monetários, pelo que o regime do caixa era o modelo contabilístico predominante na administração pública portuguesa. O ponto de viragem ocorreu em 1992 com a designada Reforma da Administração Financeira do Estado e com a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) em 1997. Deste modo, foram estabelecidas as condições para a alteração de um paradigma - de eminentemente orçamental para a prestação de informação orientada para a tomada de decisão. Olha-se para a contabilidade como um sistema de informação que fornece os dados que suporta o processo de prestação de contas e a tomada de decisão, revelando-se um instrumento de extrema importância (e.g., Unerman e Chapman, 2014).

Volvidos que foram sensivelmente vinte anos, após a entrada em vigor do POCP, a sua alteração era expectável e de facto ocorreu com a aprovação do Sistema de Normalização Contabilística-Administração Pública (SNC-AP), em setembro de 2015, aproximando as normas da contabilidade pública ao SNC empresarial e ao *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board*. Esta reforma visa dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e de um sistema financeiro mais eficiente e mais próximo dos sistemas atualmente adotados a nível internacional. Com a entrada em vigor do SNC-AP a partir de 1 de janeiro de 2018, o POCP e os respetivos planos setoriais serão revogados.

Deste modo, os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, assim como as entidades públicas reclassificadas, passam a reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar as suas operações e outros acontecimentos de acordo com o referencial SNC-AP (artigo 3.º, Decreto-Lei n.º 192/2015).

Neste contexto, e partindo dos estudos de Nunes, Fernandes e Gonçalves (2016, 2017), aplicado às entidades do SNS, pretende-se aferir, como objetivo geral, a opinião dos preparadores destes dois tipos de entidades a introdução do SNC-AP e em especial sobre determinados aspetos do subsistema da contabilidade financeira:

- (1) a adequação do POCP *versus* SNC-AP às finalidades de relato financeiro;
- (2) as alterações previsíveis nos principais agregados do balanço;

(3) sobre o domínio técnico dos profissionais (preparadores) do SNC-AP e dificuldades na sua adoção.

Selecionou-se os responsáveis pela contabilidade, na sua qualidade de preparadores das demonstrações financeiras (DF), independentemente de possuírem, ou não, certificação profissional, isto é, inscritos na Ordem dos Contabilistas Certificados, das Autarquias Locais e das entidades que integram o SNS. Circunscreve-se a análise ao SNS e às Autarquias Locais, dado a sua relevância social, número de trabalhadores e pelos meios financeiros que gerem. Em 31/12/2016, o SNS possuía 122.269 trabalhadores ativos e as Autarquias Locais 117.706. Quanto à despesa gerada, o SNS gastou 9,13 mil milhões de euros e as Autarquias Locais 2,32 mil milhões de euros (dados retirados, respetivamente, dos *sites* da Administração Central do Sistema de Saúde e da Associação Nacional dos Municípios Portugueses).

Recorreu-se ao questionário de Nunes *et al.* (2016, 2017). Apesar de se inquirirem os preparadores de dois tipos de entidades públicas, estes deparam-se com um problema comum, pois aplicam atualmente o POCP (base dos planos setoriais) e vão migrar para o SNC-AP, pelo que são realidades comparáveis.

Conclui-se, em termos gerais, que não existem diferenças significativas na valorização atribuída a ambos os normativos, contudo constata-se diferenças significativas na opinião sobre o POCP quanto ao reconhecimento das operações atendendo à sua forma legal e uma maior valorização do SNC-AP quanto a comparabilidade da informação com outras entidades públicas.

O estudo contribui para providenciar evidência empírica sobre os efeitos da adoção do SNC-AP e antecipar o efeito da transição.

Para além desta primeira secção, o presente artigo é constituído por mais três. Assim, numa segunda secção enquadra-se o tema e formulam-se as hipóteses de investigação e na terceira descreve-se o estudo empírico, seguindo-se uma quarta, e última, com as principais conclusões e limitações da investigação.

## 2. Enquadramento do tema e definição das hipóteses

Ao longo dos anos, o Estado, como ente jurídico e social, evoluiu profundamente e a atividade financeira tornou as organizações um lugar de relevo, o que contribui de forma decisiva na formação das instituições (e.g., Marques e Almeida, 2004). A corrente da Nova Gestão Pública (*New Public Management*) conduziu a várias alterações no sector público que impulsionaram a reforma da administração financeira do Estado em Portugal, iniciando-se em 1990 com



a Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro – Lei de Bases da Contabilidade Pública definindo novas regras e procedimentos contabilísticos para o SPA (e.g., Carvalho, Silveira, Caiado e Simões, 2017).

Esta corrente, que defende a aplicação dos princípios da gestão privada à administração pública, tem motivado a reestruturação em cadeia das várias áreas da gestão pública, nomeadamente através do relato financeiro e têm tido uma influência marcante nas estratégias de reforma da Administração Pública dos países mais desenvolvidos.

Outro marco relevante para a contabilidade pública ocorreu em 1986, com a adesão de Portugal à antiga Comunidade Económica e Europeia, quando foi expectável “uma reforma da contabilidade pública portuguesa semelhante à dos países mais desenvolvidos” (Nogueira e Carvalho, 2006: 2). Todavia, o que se verificou foi somente uma alteração ao Plano Oficial de Contabilidade (POC), em 1989, decorrente da IV Diretiva da Comunidade Europeia, sendo esse diploma considerado um instrumento determinante para o desenvolvimento da contabilidade em Portugal (*vide* Pires, 2009).

Apenas com o processo de reforma da Administração Pública, a partir dos anos 90, se estabeleceu as condições para a publicação da referida Lei de Bases da Contabilidade Pública, com o objetivo de aproximar a contabilidade pública ao sistema contabilístico seguido pelas empresas privadas (e.g., Nogueira e Carvalho, 2006). Esse novo sistema de contabilidade pública, designado por POCP foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/1997, de 3 de setembro.

Na realidade, o POCP foi um marco histórico para a contabilidade do setor público, uma vez que a sua publicação se enquadra, por um lado, na reforma da administração financeira do Estado e, por outro, “constitui um instrumento indispensável para dotar o Estado de um sistema de contas adequado às necessidades de uma Administração Pública moderna” (POCP, ponto 1 – Introdução). Com a aprovação do POCP, foi constituída, no âmbito do Ministério das Finanças, a Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP), cuja missão era assegurar a normalização e acompanhar a aplicação e o aperfeiçoamento do POCP e dos planos setoriais públicos, de uma forma gradual, garantindo a necessária segurança e eficácia (artigo 4.º, Decreto-Lei n.º 232/1997). Refira-se que todos estes planos tiveram por base o POC, normativo que, entretanto, foi substituído pelo SNC. A CNCAP foi extinta em 2011 e as suas atribuições foram integradas na Comissão de Normalização Contabilística. A mencionada CNCAP já referenciava a necessidade de um “novo Sistema Público de Normalização Contabilística”, no âmbito de um conjunto de orientações genéricas relativo à consolidação de contas no setor público administrativo, o que se concretizou com a aprovação do SNC-AP.

Em suma, se tradicionalmente os sistemas de contabilidade pública estão focados na abordagem da receita-despesa e na avaliação do custo histórico, com o processo de harmonização internacional generaliza-se a adoção do regime do acréscimo (*accrual accounting*) e enfatiza-se a abordagem do balanço e a mensuração ao justo valor (Hints, 2007; Oulasvirta, 2014). De facto, a diversidade de sistemas de contabilidade pública e a necessidade crescente de responsabilidade financeira e política exigiam um sistema de contabilidade mais amplo e mais completo (Grossi e Pepe, 2009; Christiaens, Reyniers e Rollé, 2010; Oulasvirta, 2014), em que a sua estrutura conceptual deve ter em conta o contexto institucional das entidades públicas e as suas reais necessidades de informação financeira (Gomes, Fernandes e Carvalho, 2015; Carvalho e Carreira, 2016).

Comparando o POCP com o SNC-AP, destaca-se a introdução da estrutura conceptual para a contabilidade financeira, com a definição dos conceitos, aplicáveis à preparação e apresentação das DF. De facto, quer o POCP, quer os planos setoriais, evidenciam carências conceptuais, ao mencionarem apenas as DF e respetivos elementos. Ao contrário do POCP, o SNC-AP define todos elementos das DF (Ativos; Passivos; Rendimentos; Gastos; Contribuições para o património líquido; Distribuições do património líquido) apresentando os critérios de reconhecimento, respetivas bases de mensuração, e a sua relação com as divulgações. Destaca-se, igualmente, as regras de consolidação de contas mais adequadas e harmonizadas com o SNC, que facilitará a avaliação do desempenho e a posição financeira dos grupos de entidades públicas. Relativamente aos modelos de DF e de demonstrações orçamentais, verifica-se algumas alterações, nomeadamente a definição de conceitos e regras, estabelecendo modelos de demonstrações orçamentais individuais, separadas e consolidadas, componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, assegurando a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

A existência de diferentes planos setoriais, para a administração central, local, setor da saúde, da educação e da segurança social, demonstra a fragmentação que afeta a eficiência na consolidação de contas no setor público implicando ajustamentos que colocam em causa a fiabilidade da informação em sede da sua integração. Por conseguinte, com vista a resolver a inconsistência atualmente existente, consequente da referida fragmentação, e dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas adotados a nível internacional, foi aprovado o SNC-AP, através do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que entra em vigor no primeiro dia de janeiro de 2018.

Neste contexto, Nunes *et al.* (2016, 2017), realizaram um estudo de opinião dos responsáveis pela contabilidade (preparadores) do SNS sobre a aceitação do novo normativo, tendo concluído pela sua preferência em relação ao POCP.





Na continuação desse estudo, o presente trabalho, no qual se inclui uma amostra alargada às Autarquias Locais, define-se como hipótese, formulada pela positiva:

H1: Os responsáveis da contabilidade (preparadores) consideram que o SNC-AP é mais adequado que o POCP para efeitos de relato financeiro.

Diversos estudos procuram antecipar a aplicação de um novo sistema contabilístico no setor público, analisando, de forma comparativa, o POCP e as IPSAS ou o POCP e o SNC, ressaltando as suas vantagens. Refira-se Cruz (2012), que encontra pontos fortes no POCP, designadamente por apresentar virtualidades relevantes relativamente ao normativo internacional, uma vez que preconiza instrumentos de controlo orçamental mais detalhados e mais adequados ao nível do desenvolvimento de práticas contabilísticas orçamentais. Por sua vez, as IPSAS destacam-se na vertente financeira/patrimonial na qual existem significativas áreas de insuficiências no normativo português. Gonçalves (2011) conclui que existe uma perceção da necessidade de uma adaptação do POCP ao SNC para incrementar a *accountability*. Nesta linha de conclusões, Pinho (2014) refere que a adoção das IPSAS produz um impacto no relato financeiro, quer ao nível do conjunto completo de DF obrigatórias, quer na sua estrutura e conteúdo. Também Barbosa (2009), com base num inquérito realizado no seio das forças aéreas brasileiras e portuguesas, analisou as vantagens e as desvantagens da harmonização contabilística das IPSAS na contabilidade pública destes dois países, concluindo pela relevância que a padronização das DF tem em ambos os territórios como parâmetro de comparabilidade.

Na sequência do Decreto-Lei que aprovou o SNC-AP foi publicado a Portaria n.º 218/16, de 9 de agosto, homologando o *Regime Simplificado* de contabilidade pública para as entidades de menor dimensão, assim como o *Manual de Implementação* (versão 2), homologado pelo Secretário de Estado do Orçamento em junho de 2017, no qual foram estabelecidas instruções para a respetiva adoção, já que as entidades públicas sujeitas ao SNC-AP terão de preparar o balanço de abertura relativo ao exercício de 2018 de acordo com o novo normativo. Assim, este processo implica um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com os anteriores normativos de contabilidade pública.

Em virtude dos ajustamentos mencionados anteriormente, o SNC-AP, no seu artigo 14.º, n.ºs 3 e 4, estabelece que os ajustamentos resultantes da adoção do SNC-AP devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados e que as entidades públicas devem considerar ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior. Esses ajustamentos passam por:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
- Reconhecer como ativos apenas os itens que forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Neste processo de transição, as entidades deverão seguir o *Manual de Implementação* (artigo 12.º, do SNC-AP) e, em caso de lacunas, supletivamente o IPSAS 33 - *First-time Adoption of Accrual Basis International Public Sector Accounting Standards*, conforme referido no Manual de Implementação e na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1, que define as divulgações relativas ao ano de transição, isto é, no primeiro período de relato em que a entidade aplica pela primeira vez o SNC-AP.

Alguns autores, como Rodrigues (2015), Nunes *et al.* (2016, 2017), Rua (2016) e Teixeira, Mata e Nunes (2016), com enfoques e metodologias distintas, analisam os impactos em algumas rúbricas do balanço, enquanto Silva e Carvalho (2007) confrontam o reconhecimento das provisões, dos passivos contingentes e dos ativos contingentes nos dois normativos (POCP e IPSAS 19). Nesta linha de investigação, Correia e Gonçalves (2010) comparam o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis na IPSAS 17 e na *Norma Internacional de Contabilidade 16* e Carreira, Pardal e Heliodoro (2016) comparam a NCRF 7 *versus* NCP 5, enquanto Coelho (2014) destaca as diferenças em diversos aspetos entre o POC-Educação e as IPSAS correspondentes.

Assim, define-se como hipótese, formulada pela positiva:

H2: Os responsáveis da contabilidade (preparadores) consideram que a implementação do SNC-AP conduz a impactos no Balanço.

O SNC-AP baseia-se nos conceitos das normas internacionais para o SPA. Diversos estudos e artigos de opinião procuraram antecipar vantagens e desvantagens, impactos e condicionalismos associados à implementação de um novo normativo para a administração pública assente nesses princípios. Deste modo, refira-se o trabalho de revisão de literatura de França e Jesus (2014), que permite uma visão das contribuições de diversos estudos que este tema suscitou.

Jorge (2012a, 2012b) defendia que parecia instalada a ideia, *a priori*, de que as IPSAS constituíam a melhor prática a ser seguida para as contas públicas, sem

que, contudo, existissem estudos empíricos, quer sobre as consequências desta adoção, quer uma avaliação dos resultados das reformas passadas e em curso relacionadas com o POCP.

Nesta linha de preocupações, Santos e Pinho (2014) referem que é possível concluir que a implementação em Portugal das IPSAS parece inevitável, no entanto, existem poucas evidências sobre se a harmonização das normas contabilísticas nacionais com base nas IPSAS resultará na efetiva harmonização das práticas contabilísticas. Também Ferreira (2013) enfatiza o processo inacabado de implementação do POCP e, em simultâneo, chama a atenção para a necessidade de preparar os recursos humanos, técnicos e organizacionais para a adoção de um normativo baseado nas IPSAS. Outra linha de estudos preocupa-se com os utilizadores e os preparadores da informação. Gomes *et al.* (2015) concluíram existir um elevado nível de coesão entre os diferentes *stakeholders* sobre os estímulos da reforma e o seu conteúdo. Já Nogueira e Carvalho (2006) preocuparam-se em conhecer a opinião de diversos especialistas (no âmbito do POCP), designadamente docentes do ensino superior e técnicos. O seu estudo releva uma implementação insatisfatória dos planos de contabilidade pública devido, nomeadamente, à falta de meios humanos com qualificações adequadas, às dificuldades na interpretação de conceitos contabilísticos por parte do pessoal técnico e à insuficiência de recursos tecnológicos. Destaca-se ainda a elevada importância atribuída a uma estrutura concetual para a contabilidade pública.

Neste sentido, formula-se como hipótese de partida, expressa pela positiva:

H3: Os responsáveis da contabilidade (preparadores) estão aptos para a mudança de referencial contabilístico.

### 3. Estudo empírico

#### 3.1 Metodologia

O presente estudo insere-se na linha de investigação desenvolvida por Gomes *et al.* (2015), Nogueira e Carvalho (2006) e Nunes *et al.* (2016, 2017) na medida em que pretendem auscultar os recursos humanos diretamente envolvidos na implementação do novo sistema contabilístico. Tem natureza exploratória, quantitativo, suportado em dados obtidos através de um inquérito, por questionário, disponibilizado *on line*, à população objeto de estudo, com posterior tratamento estatístico, para testar as suposições sobre a população, conjeturadas nos objetivos do estudo, foram utilizadas estatísticas descritivas e testes não paramétricos e testes paramétricos para a diferença de médias.

### 3.2 Universo e amostra

O universo de estudo é constituído pelos cinquenta e três responsáveis pela contabilidade de entidades do SNS e pelos trezentos e oito relativos a municípios, conforme dados da Direção Geral das Autarquias Locais. A amostra é constituída pelos respondentes ao questionário, que totalizou 36 preparadores de entidades do SNS, correspondendo a 68% do universo e 77 preparadores das Autarquias Locais, correspondendo a 25% do universo.

Considerando como *proxy* de dimensão o número médio de trabalhadores por tipo de instituição, considerou-se de grande dimensão as entidades que apresentam um valor médio de trabalhadores superior à média nacional<sup>1</sup>, mais de 382 para as Autarquias Locais e 2.400 para entidades do SNS. Constata-se que cerca de 28% das entidades qualificam-se como de grande dimensão, sendo 10 entidades do SNS e 22 das Autarquias Locais.

Cerca de 84% dos inquiridos têm mais de 10 anos de serviço na entidade e 34% não são contabilistas certificados. Em relação às habilitações literárias apenas 5% não têm formação superior e 84% são licenciados (1.º ciclo) e 11% apresentam habilitações ao nível do segundo ciclo do ensino superior (mestrado). Quanto ao género, é maioritariamente masculino (61%) no SNS, enquanto nas Autarquias Locais não se verifica uma maioria significativa de género.

### 3.3 Instrumento de recolha de dados

O instrumento de recolha de dados depende do fenómeno a investigar (e.g., Ryan, Scapens e Theobald, 2002), pelo que, considerando o objetivo definido do presente estudo, entendeu-se que o instrumento mais adequado era o inquérito por questionário, disponibilizado numa ferramenta do Gmail (Google), e enviado por *e-mail*, não sendo necessária a presença de um entrevistador (e.g., Marconi e Lakatos, 1999).

Segundo Ferreira e Sarmiento (2009), a opção pelo questionário revela-se o método mais adequado quando o objetivo de investigação é recolher informação sobre as perceções e comportamentos de uma amostra com o intuito de generalizar os resultados para uma população. Este instrumento permite a recolha de informação sem que o investigador introduza alguma subjetividade (e.g., Barañano, 2008). Optou-se pela aplicação *online* do questionário, pois segundo Ferreira e Sarmiento (2009), facilita o preenchimento por parte dos respondentes, permitindo o aumento da taxa de resposta. A utilização do meio eletrónico

---

<sup>1</sup> Fonte: Direção Geral das Autarquias Locais no site: <http://www.portalautarquico.pt/> e [http://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2017/10/Relatorio-Social-MS-e-SNS\\_2016.pdf](http://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2017/10/Relatorio-Social-MS-e-SNS_2016.pdf)

poderá aumentar a motivação para responder ao questionário e os resultados são mais rápidos de obter e apresentam muito baixo custo, exigindo poucos conhecimentos de informática por parte do respondente.

Como se utilizou o questionário de Nunes *et al.* (2016, 2017), para assegurar a comparabilidade dos resultados, não se procedeu a qualquer pré-teste dado que o mesmo já se encontrava testado. Apesar dos inquiridos exercerem a sua atividade em entidades diferentes e com características próprias, os resultados são comparáveis porque em ambos os casos os profissionais enfrentam o mesmo desafio da implementação do SNC-AP.

O questionário é composto por três grupos:

- 7 questões de caracterização: idade, género, antiguidade nas funções, instituições onde exerce as funções, formação académica, com o objetivo de determinar se as diferenças de opinião dependeriam destas características;

- 18 itens, em escala tipo Likert (1 a 7), onde o 1 representa “pouco” e o 7 “muito”, quer do normativo ainda em vigor (POCP), quer sobre o SNC-AP, tendo como objetivo determinar a opinião dos respondentes sobre a adequação do POCP *versus* SNC-AP para as finalidades de relato financeiro e determinar como cada participante qualifica a sua preparação e dificuldade de aplicação do novo normativo;

- 10 itens, em escala tipo Likert (1 a 7), onde o 1 representa “pouco” e o 7 “muito”, relativos às alterações previsíveis nos principais agregados do balanço, com o objetivo de antecipar os impactos da transição.

No sentido de minimizar os riscos subjacentes a este instrumento de recolha de dados, mais precisamente uma incorreta interpretação das questões e a não resposta, na introdução do questionário, explicitaram-se os objetivos da investigação e garantiu-se a confidencialidade dos dados.

Procedeu-se à análise fatorial de componentes principais dos diversos itens dos grupos II e III do inquérito. Realizou-se a análise com rotação varimax, obtendo-se, para o grupo II, quatro fatores que se designou por (1) SNC-AP, (2) POCP, (3) Técnica (conhecimento técnico) e (4) Aplicação (dificuldade). Para o grupo III obtiveram-se dois fatores que se designa por (5) Impacto (impacto nas rubricas do balanço) e (6) Sinal (variação positiva ou negativa das rúbricas).

Obteve-se para o teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) = 0,881 e 0,706, respetivamente para o primeiro conjunto de fatores (SNC-AP, POCP, Técnica e Aplicação) e para o segundo conjunto (Impacto e Sinal), confirmando-se a adequação da análise.

O teste de esfericidade de Bartlett ( $\chi^2(153) = 1672,66$ ,  $p < 0,001$  e  $\chi^2(45) = 470,80$ ,  $p < 0,001$ ) indicou que as correlações entre os itens são suficientes para efeitos de análise.

Para o segundo grupo do inquérito, a análise inicial mostrou que os três primeiros fatores obedecem ao critério de Kaiser do autovalor (“eigenvalue”) maior que 1 e explicaram 69,57% da variância (1.º análise). Considerando o fator 4 (eigenvalue = 0,976) a variância explicada é de 75,46%. Para o grupo III de questões a variância explicada foi de 59,66%.

Apresentam-se no quadro 1 os coeficientes de Alfa de Cronbach, cujos valores permitem deduzir a boa consistência interna do questionário.

Quadro n.º 1 – Alfa de Cronbach

Fator	N.º itens	Alfa de Cronbach
POCP	4	0,874
SNC-AP	10	0,953
Técnica	3	0,835
Aplicação	1	----
Impacto balanço	5	0,837
Sinal variação	5	0,808

Fonte: Elaboração Própria

### 3.4 Desenho da investigação

As três hipóteses formuladas foram testadas com base nos fatores enunciados no quadro 1.

A análise foi realizada com a amostra total e por grupos definidos em função de determinados atributos. Completou-se a análise com os diversos itens do inquérito, considerando os grupos. Os grupos atendem aos seguintes atributos:

- Género: Homem *versus* mulher;
- Instituição: SNS *versus* autarquias locais;
- Idade (2 escalões: até 40 anos, inclusive, e mais de 40);
- Tempo de serviço (4 escalões: 10; 20; 30 e mais de 30 anos de serviço);
- Formação académica (não licenciado, licenciado e mestrado);
- Certificação profissional (contabilista certificado ou não);

- Dimensão da entidade (*proxy* número de trabalhadores – superior e inferior ao valor médio).

Para o teste de igualdade de médias, no caso de dois grupos, recorreu-se ao teste paramétrico t para dados emparelhados e não emparelhados, conforme o caso. Para mais de dois grupos as estatísticas utilizadas foram a ANOVA e teste de Tukey. Considerou-se o nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ).

### 3.5 Resultados e análise

Da análise estatística recolheu-se evidência que permite elaborar algumas conclusões sobre as hipóteses enunciadas e se existem diferenças significativas entre os diversos grupos, atendendo aos atributos considerados.

Adequação o POCP *versus* SNC-AP às finalidades de relato financeiro

Recolheu-se a opinião sobre a adequabilidade do POCP e do SNC-AP, cuja utilidade é ainda desconhecida por não estar em aplicação à data deste estudo. Não se confirma, em termos gerais, existir diferença significativa entre a valorização atribuída ao POCP e SNC-AP.

As respostas mostram existir uma opinião favorável sobre o POCP ( $\bar{x} = 4,973$ ;  $\sigma = 1,121$ ), com uma maior valorização na sua função relacionada com a forma legal das operações ( $\bar{x} = 5,310$ ;  $\sigma = 1,195$ ) e uma menor valorização da comparabilidade das DF ( $\bar{x} = 4,472$ ;  $\sigma = 1,715$ ).

A adequabilidade do SNC-AP apresenta uma média ligeiramente maior e desvio padrão superior ( $\bar{x} = 4,991$ ,  $\sigma = 1,352$ ), sendo que o item mais valorizado é da comparabilidade ( $\bar{x} = 5,142$ ;  $\sigma = 1,528$ ).

Comparando estes resultados com Nunes et al. (2016), onde se destacava a preferência pelo SNC-AP, mas com uma diferença significativa, confirma-se que este normativo parece manter essa preferência atenuando-se contudo as diferenças para o POCP, justificada pela preferência dos profissionais das autarquias que têm melhor opinião sobre POCP ( $\bar{x} = 5,143$ ) do que os profissionais do SNS ( $\bar{x} = 4,611$ ) para  $p < 0,05$ . Não é irrelevante referir que para grande parte das entidades do SNS são Entidades Públicas Empresariais (EPE) que, apesar de contabilizarem em POCP, divulgam em SNC para a tutela, facto que terá incentivado os responsáveis pela contabilidade destas entidades a uma atualização técnica no âmbito deste enquadramento contabilístico, diminuindo, desta forma, o seu défice de conhecimento em relação ao SNC-AP.

Contudo, numa análise em função dos diversos itens, constata-se uma maior valorização do POCP quanto ao reconhecimento das operações aten-

dendo à sua forma legal ( $p < 0,01$ ), contraposta como uma maior valorização do SNC-AP quanto à comparabilidade da informação com outras entidades públicas ( $p < 0,04$ ).

Observa-se diferenças de opinião do POCP *versus* SNC-AP considerando os atributos género e tempo de serviço.

O tempo de serviço (quadro 2) parece justificar diferenças de opinião no que concerne ao POCP e ao SNC-AP. Quanto ao POCP as grandes diferenças de opinião verificam-se entre os profissionais com menos tempo de serviço (10 anos) e os mais antigos (mais de 30 anos), sendo que os segundos valorizam mais o POCP principalmente no que diz respeito às valências da forma legal e prestação de informação adequada às necessidades dos utilizadores públicos. Simultaneamente também são estes profissionais que mais valorizam o SNC-AP, contudo não apresentam diferenças significativas considerando os outros escalões de antiguidade. Justifica-se esta preferência pelo POCP, por não anteverem melhorias significativas com a mudança de normativo, apesar de, aparentemente, não apresentarem resistência à mudança. Consideram-se que estes resultados não são totalmente concordantes com os estudos que incidem sobre a resistência à mudança, que é mais intensa naqueles que já trabalham há mais tempo e que consequentemente têm mais idade (*vide* Lima, Carrieri e Pimentel, 2007). Interpretamos esta diferença de atitude face à mudança considerando a especificidade destas entidades, onde são frequentes alterações a diversos níveis (legislativo, ciclo político, de organização, etc.) o que obriga estes profissionais a processos de adaptação constantes.

Quadro n.º 2: SNC-AP e os escalões de antiguidade

Tempo de serviço	N	POCP		SNC-AP	
		Média	Desvio Padrão	Média	Desvio padrão
Até 10 anos (inclusive)	18	<b>4,333</b>	1,2247	4,833	1,4552
10 – 20 anos	71	5,074	1,0346	5,169	1,1210
20 – 30 anos	17	4,912	1,2214	4,294	2,0005
mais de 30 anos	7	<b>5,750</b>	0,8416	<b>5,286</b>	0,9512
Total	113	4,973	1,1217	4,991	1,3529
Teste F		F = 3,499, $p < 0.05$		F = 2,172, $p < 0.05$	

Fonte: Elaboração Própria

Analisando por género, verifica-se que as mulheres consideram que o SNC-AP mais exigente que o POCP na quantidade e qualidade de informação divulgada ( $p < 0,05$ ), para a qual não se avança com qualquer justificação.

Os responsáveis pela contabilidade estão preparados para a mudança de referencial contabilístico



Quanto à percepção da preparação técnica necessária para enfrentar os desafios do SNC-AP constata-se não haver diferenças significativas entre os profissionais em função da idade, habilitações literárias, da instituição onde exercem as funções, dimensão da entidade, formação académica e certificação profissional. Relativamente ao tempo de serviço (quadro 3) verifica-se que a maturidade está relacionada inversamente com preparação. Os resultados sugerem que, face a este desafio concreto, não houve preparação prévia, o que permite associar a antiguidade a um menor domínio técnico (*vide* Lima, Carrieri e Pimentel, 2007).

Quadro n.º 3 – Tempo de serviço e domínio técnico

Antiguidade	N	Média	Desvio Padrão
10 anos	18	4,0556	,90568
20 anos	71	4,4155	1,09540
30 anos	17	3,8235	1,46779
mais de 30 anos	7	3,4286	0,73193
Total amostra	113	4,2080	1,14120
		F = 3,499, p < 0.05	

Fonte: Elaboração Própria

Também as mulheres sentem-se menos preparadas ( $\bar{x} = 3,8396$ ) do que os homens ( $\bar{x} = 4,5333$ ), sendo essa diferença significativa para  $p < 0,001$ , constando-se que as mulheres apresentam diferenças significativas em relação aos homens, manifestando menor conhecimento sobre o novo normativo e preparação para a transição. Avança-se como possíveis explicações o facto das mulheres apresentarem menor percentagem de contabilistas certificados (77% das mulheres da amostra, contra 98% dos homens), consequentemente com menor acesso à formação disponibilizada pela Ordem dos Contabilistas Certificados, e a defendida por Santos e Amâncio (2014), que demonstram que em profissões tradicionalmente masculinas as mulheres são menos proactivas.

O valor médio no item das dificuldades na aplicação do SNC-AP ( $\bar{x} = 3,5398$ ;  $\sigma = 1,56431$ ) sugere que os profissionais encaram com tranquilidade a adoção do novo normativo, não antecipando dificuldades na sua aplicação, não se encontrando diferenças significativas entre os profissionais em função da instituição onde exercem, dimensão da entidade, da idade, género, tempo de serviço, formação académica ou a certificação profissional.

Às alterações previsíveis nos principais agregados do balanço (Fatores Impacto e Variação)

Em termos médios ( $\bar{x} = 4,1221$ ;  $\sigma = 1,11817$ ) é expectável que exista impacto nos diversos agregados do balanço. Não se constatarem opiniões significativamente

expressivas quanto ao sinal desses impactos nos diversos agregados, exceto nos capitais próprios.

Quanto à natureza dos impactos (quadro 4) a maioria dos inquiridos antevê efeitos negativos nos ativos não correntes (53%) e positivos nos ativos correntes (52%), um aumento no passivo não corrente (53%) e corrente (58%), com um efeito combinado esperado de acréscimo nos capitais próprios (61%). Estes resultados sugerem que os preparadores não antecipam de forma precisa os impactos prováveis, considerando as variações esperadas e o respetivo impacto nos capitais próprios, pelo que é admissível concluir que ainda não existe o desejável domínio técnico do SNC-AP.

Quadro n.º 4 – Alterações positivas e negativas nas rubricas do balanço

Impacto do SNC-AP	Ativo não corrente		Ativo corrente		Passivo não corrente		Passivo corrente		Capital próprio	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aumento	53	47%	59	52%	60	53%	65	58%	69	61%
Diminuição	60	53%	54	48%	53	47%	48	42%	44	39%

Fonte: Elaboração Própria

Não existem diferenças de opinião nos diversos grupos da amostra (género, idade, formação académica, tempo de serviço, dimensão da entidade, certificação profissional) quanto ao impacto no balanço na adoção do novo normativo.

Contudo a perceção destes impactos não é igual entre os preparadores das Autarquias Locais e das entidades do SNS, isto é a opinião é condicionada pelo local onde se exerce a função, dominando a visão mais otimista nos profissionais das Autarquias Locais que esperam impactos positivos nos ativos correntes e não correntes e impactos negativos nos passivos, contudo com um resultado final positivo nos capitais próprios. Tal opinião poderá ter como justificação o facto de os profissionais do SNS já terem alguma experiência (apesar de contabilizar em POCP reportam para a tutela em SNC, nas entidades que tem a figura de EPE, conforme referido anteriormente), daí uma atitude mais reservada tal como referem Nunes *et al.* (2016, 2017).

## 4. Conclusões

A implementação do SNC-AP envolve uma pluralidade de sujeitos, entre outros, o poder político, os reguladores, as universidades, os dirigentes e os responsáveis (preparadores) pela contabilidade dos organismos públicos. A verdade é que as associações profissionais de contabilistas e auditores e outros *stakeholders* associados podem exercer grandes pressões sobre as mudanças contabilísticas, uma vez que a adoção do SNC-AP “vai ajudá-los



a conquistar novos clientes e a conseguir um aumento do volume de negócios” (Oulasvirta, 2014: 275).

Com o SNC-AP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, assiste-se à segunda grande reforma na contabilidade pública portuguesa, com a revogação do POCP e dos respetivos planos setoriais. Até à aprovação deste novo normativo, a contabilidade pública encontrava-se afastada da contabilidade privada, que desde 2010 segue o SNC, com terminologia, critérios de reconhecimento e de mensuração diferentes e dificuldades na consolidação dos grupos públicos.

Face às dificuldades económico-financeiras de Portugal e à evolução das economias na União Europeia, a questão do modelo de contabilidade a ser aplicado às entidades do setor público fez ganhar uma crescente relevância enquanto mecanismo que proporcione melhorias na qualidade e na transparência do relato financeiro, mormente ao facultar informação para uma gestão financeira de qualidade na tomada de decisão.

Este estudo permitiu concluir que, em geral, estes profissionais acolhem de forma positiva esta alteração e esperam que as futuras DF sejam mais úteis para os utilizadores, apesar de reconhecerem dificuldades técnicas na transição. A valorização semelhante atribuída, quer ao papel do POCP, quer ao do SNC-AP, não permite concluir de forma inequívoca que estes profissionais sejam de opinião que haja a necessidade de substituição urgente do atual normativo contabilístico. Reforçando esta ideia, estes profissionais valorizam atributos diferentes dos dois normativos (a capacidade do POCP em responder ao cumprimento da legalidade e o SNC-AP de produzir DF mais comparáveis entre entidades públicas) pelo que se conclui que esta indefinição resulta de ambos normativos serem vistos com características positivas e negativas.

A perceção destes profissionais nos impactos patrimoniais (balanço) não é igual entre os que exercem nas Autarquias Locais e nas instituições do SNS, dominando a visão mais otimista dos profissionais das Autarquias Locais que esperam impactos positivos nos ativos correntes e não correntes e menos impactos nos passivos, contudo com um resultado final positivo nos capitais próprios.

É reconhecida alguma preocupação com a transição para o novo normativo, principalmente em alguns grupos específicos onde os profissionais com mais tempo de serviço e as mulheres anteveem mais dificuldades, associa-se a antiguidade a uma menor a preparação para os desafios que se avizinham. Como estes profissionais vão ser chamados à implementação do novo normativo, é importante que entidades desenvolvam os mecanismos necessários para apoiar a implementação deste processo, designadamente formação presencial regional e tutorial, manuais práticos, entre outros meios.

Em termos gerais este estudo confirma os resultados de Nunes *et al.* (2016, 2017) apesar de acrescentar um grupo de profissionais que desenvolvem a sua atividade na administração local, o que se sugere que o local de trabalho não influencia substancialmente a opinião dos preparadores.

Este estudo representa um contributo importante para a investigação na medida em que afere a opinião dos responsáveis pela contabilidade (preparadores) do SNS e das Autarquias Locais relativamente à introdução do SNC-AP e avalia a respetiva perceção quanto aos impactos resultantes da adoção.

O presente estudo apresenta algumas limitações, tais como, a baixa taxa de resposta dos preparadores das Autarquias Locais, o que se interpreta como desinteresse pela temática em análise, motivado pela eventual perceção de que o SNC-AP não entraria em vigor em 2017 por não se ter ainda iniciado nenhum processo de formação, o que pode contribuir para algum enviesamento dos resultados.

Por fim, é de referir que se considera oportuno o acompanhamento do processo de transição para o SNC-AP, com o propósito de perceber as consequências que a sua adoção terá efetivamente tido em termos de qualidade e comparabilidade das DF (recorde-se que estes são objetivos cimeiros da introdução do novo normativo). Para além disso seria pertinente alargar a investigação a outros organismos públicos e utilizadores, esperando que estudos futuros possam seguir esta linha de investigação.

### **Agradecimentos**

Este artigo é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04020/2013.

### **Referências bibliográficas**

Barañano, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*, Lisboa: Edições Sílabo.

Barbosa, J. (2009). *A Harmonização Contábil das NICSP na Contabilidade Pública: O caso do Brasil e Portugal*, Dissertação de mestrado, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.

Carreira, F., Pardal, P. e Heliodoro, P. (2016). Ativos Fixos Tangíveis: NCRF 7 versus NCP 5, *I Congresso Internacional de contabilidade Pública*, Setúbal, Portugal, 12-12 maio. Disponível em <http://www.occ.pt/news/cicpublica2016/ci-publica2016.html>.



Carvalho, A. e Carreira, J. (2016). Considerações sobre o impacto do novo modelo contabilístico (SNC-AP) nas contas das Autarquias Locais, *XVII Encuentro AECA*, Bragança.

Carvalho, J., Silveira, O., Caiado, P. e Simões, V. (2107). *Contabilidade Orçamental Pública de acordo com o SNC-AP*, Lisboa: Áreas Editora.

Christiaens, J., Reyniers, B. e Rollé, C. (2010). Impact of IPSAS on reforming governmental financial information systems: a comparative study, *International Review of Administrative Sciences*, 76 (3), 537-554. doi:10.1177/0020852310372449.

Coelho, J. (2014). *O Sistema de Informação Financeira no Ensino Secundário Público em Portugal*, Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Correia, C. e Gonçalves, M. (2010). Activos fixos tangíveis na contabilidade pública e empresarial - IPSS 17 versus IAS 16, *Revista de Contabilidade e Empresas*, 6 (2), 19-24.

Cruz, A. (2012). *Contributo para um Novo Sistema de Normalização Contabilística para o Setor Público em Portugal*, Dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa.

Ferreira, C. (2013). *Harmonização Contabilística no Sector Público: Constrangimentos na Adopção das IPSAS*, Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Ferreira, L. e Sarmiento, M. (2009). Da investigação qualitativa em contabilidade: investigação por inquérito, em: Major, M. e Vieira, R., eds. *Contabilidade e controlo de gestão - Teoria, metodologia e prática*, Lisboa: Escolar Editora, 167-208.

França, A. e Jesus, M. (2014). Impacto das IPSAS na investigação em Contabilidade Pública nos últimos cinco anos: Financial, accountability and management, *XVI congresso AECA*, Leiria. Disponível em [www.aecal.org/xviencuentroaeca/cd/31f.pdf](http://www.aecal.org/xviencuentroaeca/cd/31f.pdf).

Gomes, P., Fernandes, M. e Carvalho, J. (2015). The International Harmonization Process of Public Sector Accounting in Portugal: The Perspective of Different Stakeholders. *International Journal of Public Administration*, 38 (4): 268-281.

Gonçalves, C. (2011). *A Accountability nos Serviços e Fundos Autónomos*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa.

Grossi, G. e Pepe, F. (2009). Consolidation in the public sector: a cross-country comparison, *Public Money and Management*, July, 251-256. doi:10.1080/09540960903035031.

Hints, J. (2007). The decision usefulness of fair value accounting: a theoretical perspective, *European Accounting Review*, 16, 323-362. doi:10.1080/09638180701390974.

Jorge, S. (2012a). Novas tendências da Contabilidade Pública: Portugal numa perspectiva internacional (I), *Revista da OTOC*, 15, 47-52.

Jorge, S. (2012b). Novas tendências da Contabilidade Pública: Portugal numa perspectiva internacional (II), *Revista da OTOC*, 153, 40-45.

Lima, M., Carrieri, A. e Pimentel, T. (2007). Resistência à mudança gerada pela implementação de sistemas de gestão integrada (erp): um estudo de caso, *Revista Gestão e Planeamento*, 8 (1), 89-105.

Marconi, M. e Lakatos, E. (1999). *Técnicas de Pesquisa* (4.ª Edição), São Paulo: Atlas.

Marques, M. e Almeida, J. (2004). Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública, *Revista Contabilidade e Finanças - USP*, 35, 84 - 95. doi:10.1590/S1519-70772004000200007.

Nogueira, S. e Carvalho, J. (2006). A contabilidade pública em Portugal: opinião de especialistas, *XIII Encuentro AECA*, Córdoba.

Nunes, C., Fernandes, J. e Gonçalves, C. (2016). A perceção dos contabilistas certificados das Unidades Hospitalares na adoção do SNC-AP, *Revista Portuguesa de Contabilidade*, 23, 446-456. Disponível em <http://rpc.informador.pt/arquivo/rpc>.

Nunes, C., Fernandes, J., Gonçalves, C. (2017). Aplicação do SNC-AP nas entidades do Serviço Nacional de Saúde. Dos Algarves: *A Multidisciplinary e-Journal*, 29, 49-63. doi: 10.18089/DAMEJ.2017.29.3.

Oulasvirta, L. (2014). The Reluctance of a Developed Country to Choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC: a Critical Case Study, *Critical Perspectives on Accounting*, 25 (3), 272-285. doi:10.1016/j.cpa.2012.12.001.

Pinho, S. (2014). *O Impacto da Adoção das IPSAS nas Universidades Portuguesas*, Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Pires, A. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística - do POC ao SNC*, Lisboa: Publisher Team.



Rodrigues, C. (2015). *A Adoção das IPSAS pela 1ª vez no Setor Público Português: Estudo de Caso - Distrito de Lisboa*, Dissertação de mestrado, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal.

Rua, S. C. (2016). O reconhecimento e a mensuração dos ativos tangíveis: do POCAL ao SNC-AP, *XXVI Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica*, Idanha-A-Nova, 3 a 6 fevereiro.

Ryan, B., Scapens, R. e Theobald, M. (2002). *Research Method e Methodology in Finance e Accounting* (2.ª Edição), Londres: Thomson. doi:10.1016/0890-8389(90)90008-6.

Santos, M. e Amâncio, L. (2014). Sobreminorias em profissões marcadas pelo género: consequências e reações, *Análise Social*, 212, xlix (3.ª Edição). Disponível em [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_212\\_d04.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_212_d04.pdf).

Santos, P. e Pinho C. (2014). A adoção das IPSAS em Portugal conduzirá necessariamente ao relato de informação financeira comparável no âmbito do Sector Público Administrativo? *XVI Congresso AECA*, Leiria. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/3759>.

Silva, J. e Carvalho, F. (2007). Estudo comparativo entre a IPSAS 19 e o Plano Oficial de Contabilidade Pública, XIV Encuentro AECA, Valência. Disponível em [www.aecal.org/xivcongresoaeaca/cd/177f.pdf](http://www.aecal.org/xivcongresoaeaca/cd/177f.pdf).

Teixeira, A., Mata, C. e Nunes, S. (2016). Uma análise evolutiva dos bens de Domínio Público nos Municípios do Distrito de Setúbal, *I Congresso Internacional de contabilidade Pública*, Setúbal, Portugal, 12-12 maio. Disponível em <http://www.occ.pt/news/cicpublica2016/cicpublica2016.html>.

Unerman, J. e Chapman, C. (2014). Academic Contributions to enhancing accounting for sustainable development, *Accounting, Organizations and Society*, 39 (6), 385-394. doi: 10.1016/j.aos.2014.07.003.







# **Caracterização do Relato de Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas**

**Pedro Miguel Moutinho da Silva**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto  
Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464 Porto, Portugal  
pedrommsilva@hotmail.com

**João Pedro Figueiredo Ferreira de Carvalho Oliveira**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto  
Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464 Porto, Portugal  
joao.oliveira@fep.up.pt





## Caracterização do Relato de Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas

### Resumo

Este artigo caracteriza o estado atual do relato de sustentabilidade nas IES (Instituições de Ensino Superior) Portuguesas, identificando e estudando os casos atuais e passados de relato e investigando os seus benefícios e barreiras.

Para identificar os casos de relato, analisaram-se os relatórios institucionais e nas IES em que foi identificado relato de sustentabilidade realizaram-se estudos de casos múltiplos. Estes relevaram que, apesar de serem desenvolvidas ações de sustentabilidade em grande parte dessas IES, a maioria revela dificuldades significativas na respetiva comunicação, concluindo-se que o relato de sustentabilidade se encontra ainda num estágio inicial.

Dada a valia dos relatórios de sustentabilidade como instrumento de gestão e comunicação, sugere-se que as IES criem funções administrativas exclusivamente ou prioritariamente dedicadas à sustentabilidade, desenvolvam ferramentas que permitam monitorizar os indicadores de sustentabilidade e promovam estratégias adequadas de comunicação com os *stakeholders*.

**Palavras-chave:** Instituições de Ensino Superior, Sustentabilidade, Relato de Sustentabilidade.

### Abstract

This article characterizes the current state of sustainability reporting in Portuguese Higher Education Institutions (HEIs), identifying and studying current or past cases of reporting, and investigating its benefits and barriers.

To identify reporting cases, institutional reports were analysed and, in the HEIs in which a sustainability report was identified, multiple case studies were conducted. The case studies revealed that although most of these HEIs develop sustainability actions, the majority has significant difficulties in communicating them. Hence, sustainability reporting is still at an early stage.

Considering the value of sustainability reports for management and communication, it is suggested that HEIs create administrative functions exclusively or primarily dedicated to sustainability, develop tools to monitor sustainability indicators and promote suitable communication strategies with stakeholders.

**Keywords:** Institutions of Higher Education, Sustainability, Sustainability Report.





## 1. Introdução

As IES exercem uma grande influência no processo de formação de atuais alunos e futuros tomadores de decisões com elevados impactos na sociedade, desempenhando um papel fundamental no esforço global necessário para o desenvolvimento sustentável (Filho, 2010; Fouto, 2002).

Assim, durante a última década, um número crescente de IES tem procurado integrar o desenvolvimento sustentável nas suas ações diárias, nomeadamente nas atividades de ensino, investigação e envolvimento com a sociedade (Velazquez *et al.*, 2006), desenvolvendo práticas que fomentam a integração do desenvolvimento sustentável (Wright, 2002).

Contudo, a comunicação destas práticas através da divulgação de relatórios de sustentabilidade tem ocorrido a um ritmo lento (Fonseca *et al.*, 2011; Lozano, 2011), quer quanto ao número de IES que publicam relatórios de sustentabilidade e à sua periodicidade, quer quanto à qualidade dos mesmos (Alonso-Almeida *et al.*, 2015).

Face à importância dos relatórios de sustentabilidade enquanto instrumento de monitorização do desempenho de sustentabilidade, e face ao reduzido número de estudos focando as IES Portuguesas, este artigo pretende caracterizar, atualmente e num passado recente, o relato de sustentabilidade desenvolvido nas IES Portuguesas.

Assim, um primeiro objetivo deste trabalho consiste em identificar que IES Portuguesas relatam, relataram ou nunca relataram sobre sustentabilidade, a forma de relato adotada e os principais temas incorporados nesse relato.

O segundo, e principal objetivo, relativamente às IES que relatam ou já relataram, consiste em identificar e explicar:

- De que forma o processo de elaboração de relatórios está sedimentado na política de sustentabilidade da instituição, compreendendo como o contexto institucional tem promovido a prática de relatórios de sustentabilidade ou como se pretende instituir este processo;
- O conteúdo e a estrutura dos relatórios, nomeadamente a sua periodicidade, áreas e indicadores escolhidos e diretrizes seguidas;
- Os fatores promotores, os benefícios e as barreiras à produção e institucionalização dos relatórios, bem como as formas de superar essas barreiras;
- Os fatores que levaram a que o relato de sustentabilidade tenha sido interrompido, em relação às IES que já relataram mas deixaram de o fazer.

O trabalho baseou-se fundamentalmente no estudo de casos múltiplos, combinando numa primeira fase a análise de documentos publicamente divulgados através de plataformas online pelas IES, seguida pela realização de entrevistas, de forma a aprofundar o conhecimento sobre os casos de relato identificados na primeira fase. Num contacto por email a todas as IES portuguesas, não foram identificados outros casos de relato de sustentabilidade para além dos descritos.

O artigo continua, na secção 2, com a revisão da literatura sobre o relato de sustentabilidade nas IES, explorando as barreiras e os benefícios desta ferramenta para a comunicação do desempenho de sustentabilidade. A secção 3 descreve a metodologia de investigação e a secção 4 analisa os relatórios e as entrevistas realizadas nas IES. A secção 5 discute os resultados empíricos, caracterizando o estado atual do relato de sustentabilidade nas IES portuguesas, bem como perspetivas e tendências futuras. A última secção apresenta as principais conclusões, contribuições e limitações, bem como sugestões para investigações futuras.

## **2. Revisão da literatura**

### **2.1 Sustentabilidade e os Relatórios de Sustentabilidade nas IES**

A sociedade está crescentemente sensível relativamente ao desenvolvimento sustentável (Lozano *et al.*, 2013) e começa a procurar informações sobre práticas sustentáveis, não apenas em empresas, mas também em organismos públicos e universidades (Alonso-Almeida *et al.*, 2015).

As IES diferenciam-se das demais organizações por possuírem um campus como infraestrutura, ensino como matéria-prima, conhecimento como produto e estudantes como clientes (Blewitt, 2014) e são vistas como modelos de sustentabilidade, como fonte de novos conhecimentos e empreendedorismo institucional (Madeira *et al.*, 2011), desempenhando um papel chave na sociedade ao preparar quadros fundamentais no futuro das mais diversas organizações (Cornelius *et al.*, 2007). Deste modo, as IES têm uma dupla missão na área da sustentabilidade: proporcionar aos estudantes competências para criar uma sociedade mais sustentável e reduzir os negativos impactos ambientais, económicos e sociais das suas próprias operações (Disterheft *et al.*, 2012).

De acordo com Alonso-Almeida *et al.* (2015), a promoção do desenvolvimento sustentável nas IES passa por incluir um compromisso explícito com a sustentabilidade na sua missão e valores, incorporando os conceitos de sustentabilidade nos programas dos cursos e incentivando as atividades de ensino e investigação na área da sustentabilidade.



Dado que as preocupações das organizações e os interesses dos *stakeholders* vão, atualmente, além da avaliação do seu desempenho económico, as organizações devem divulgar informação adicional à constante nos tradicionais relatórios financeiros (Ceulemans *et al.*, 2014). Nesta área, Lozano (2011) sugere que as IES podem inspirar-se nos relatórios de sustentabilidade emitidos pelas empresas, usando essa aprendizagem para melhorar as suas práticas quotidianas e de relato.

Em termos gerais, a publicação de relatórios de sustentabilidade consiste numa atividade voluntária (na maior parte dos países) visando essencialmente 2 objetivos: comunicar aos *stakeholders* os esforços desenvolvidos pelas organizações ao nível económico, ambiental e social e, por outro lado, permitir às organizações maior capacidade de controlar a evolução de indicadores, possibilitando a identificação de poupanças e de estratégias de melhoria do desempenho (Lozano, 2011). Por outro lado, asseguram às organizações um compromisso com a sustentabilidade e melhoram a sua reputação, imagem, transparência e responsabilidade para com os *stakeholders*, funcionando ainda como uma ferramenta de análise e *benchmarking* (Alonso-Almeida *et al.*, 2014).

Todavia, apesar de todas as vantagens mencionadas e apesar das crescentes preocupações com a sustentabilidade, o seu relato no ensino superior ainda está numa fase inicial (Alonso-Almeida *et al.*, 2015). Os poucos estudos sobre os relatórios de sustentabilidade das IES chegaram a conclusões comuns de que a sua qualidade está muito longe dos níveis desejáveis, porque os relatórios são principalmente versões piloto, com falta de informações quantitativas (Frey *et al.*, 2008) e porque os temas abordados não satisfazem plenamente as necessidades dos diferentes *stakeholders* (Daub, 2007; Lozano, 2011). A ausência de exigência legal das IES em divulgarem relatórios de sustentabilidade faz com que esta comunicação ocorra de forma voluntária. Por um lado, esta falta de obrigatoriedade pode reduzir o interesse de alguns investigadores em analisarem a difusão do relato da sustentabilidade no seio das IES (Fonseca *et al.*, 2011; Romolini *et al.*, 2015); todavia, cria claramente uma área de investigação sobre os motivos e barreiras relacionados com a produção deste relato numa base voluntária.

## 2.2 Formas de divulgação, tipologia e frequência do relato de sustentabilidade

Para Lozano *et al.* (2013), a maioria das IES continua a seguir uma abordagem ao relato de sustentabilidade caracterizada por uma visão restrita e isolada, onde qualquer mudança é difícil de implementar. Nas IES, e até mais do que nas empresas, é necessária uma consciencialização da necessidade de um compromisso contínuo (Godemann *et al.*, 2014) e de estratégias e iniciativas promotoras da sustentabilidade (Velazquez *et al.*, 2006). A elaboração de relatórios de sustentabilidade promove a mudança organizacional em direção à sustentabilidade devido ao seu potencial de aprendizagem, capaz de envolver e entusiasmar os *stakeholders* (Albrecht *et al.*, 2007).

Apesar do empenho das IES na promoção do desenvolvimento sustentável, as suas iniciativas são tipicamente divulgadas de forma fragmentada, fundamentalmente através dos seus *websites*, relatórios de gestão e folhetos universitários (Alonso-Almeida *et al.*, 2015). De facto, os *websites* institucionais representam um importante instrumento de comunicação, descrevendo o interesse, estratégias e medidas sustentáveis e desenvolvendo uma imagem positiva junto dos *stakeholders* (Ramos e Pires, 2013).

Assim, considerando o processo de difusão ainda numa fase inicial dos relatórios de sustentabilidade na maior parte dos países, não existe, como seria de esperar, um modelo de relatório único que possa servir de base para a sua elaboração (Lozano *et al.*, 2013). Esta diversidade de estruturas de relatórios é consistente com a caracterização do desenvolvimento sustentável como um paradigma ainda emergente na maioria das IES. Contudo, as IES que apresentam níveis de sustentabilidade mais avançados aplicam já estruturas de relatórios independentes (separadamente de outros relatórios), mais abrangentes e que transmitem, autonomamente, as suas práticas de sustentabilidade, abordando em conjunto as preocupações ambientais, sociais e económicas (Alonso-Almeida *et al.*, 2014; Lozano, 2006b; Lozano *et al.*, 2013). Esta tendência diverge da que ocorre, de uma forma geral, nos ambientes corporativos, onde se tende para a criação de relatórios integrados (Eccles e Krzus, 2010; Jensen e Berg, 2012), que combinam relatórios financeiros com relatórios de sustentabilidade.

Relativamente à frequência e consistência na divulgação dos relatórios, a publicação anual é pouco comum, sendo mais frequente uma periodicidade mais longa (normalmente, de três em três anos) (Richardson e Kachler, 2016), levando à descontinuidade e variabilidade temporal deste processo e à falta de consistência entre os relatórios apresentados entre as IES (Alonso-Almeida *et al.*, 2015).

## **2.3 Principais fatores explicativos do atual estado do relato de sustentabilidade nas IES**

### **2.3.1 Envolvimento dos Stakeholders**

Os conteúdos dos relatórios de sustentabilidade devem derivar dos *stakeholders* e seus interesses para refletir as suas necessidades de informação (Madeira *et al.*, 2011; White e Koester, 2012) e garantir a qualidade dos mesmos (Brinkhurst *et al.*, 2011). O envolvimento dos *stakeholders* no processo de elaboração destes relatórios é um princípio importante, mas às vezes esquecido (Kolk, 2008).

Tradicionalmente, os *stakeholders* internos das IES incluem a direção da instituição, os órgãos de apoio à gestão, os docentes e não docentes e os estudantes atuais e potenciais (Lukman e Glavič, 2007; Jabbour, 2010; Brinkhurst *et al.*, 2011). Os *stakeholders* externos integram normalmente os organismos públicos



(locais, regionais e nacionais), empresas, sobretudo as potenciais empregadoras dos futuros diplomados, outras IES, grupos de cidadãos tais como associações e a sociedade em geral (Hazelton e Haigh, 2010; Lange, 2013).

O estudo de Ceulemans *et al.* (2015) demonstrou que os *stakeholders* internos são os mais envolvidos na elaboração dos relatórios de sustentabilidade das IES (nomeadamente os estudantes e os não docentes), principalmente nos processos de recolha de dados, e que poucas IES envolvem *stakeholders* externos (nomeadamente governos e empresas). Além disso, ainda de acordo com este estudo, poucas IES afirmam assegurar um processo estruturado e aprofundado de envolvimento dos *stakeholders*, constituindo esta ausência uma das grandes barreiras à institucionalização dos relatórios de sustentabilidade.

### **2.3.2 Estratégias de comunicação internas**

A forma como a comunidade académica comunica entre si representa um dos fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento sustentável nas IES. As pessoas envolvidas, direta ou indirectamente, nos processos de desenvolvimento sustentável deverão ser ouvidas e informadas.

As estratégias de comunicação *Top-Down* e *Bottom-Up* assumem um papel importante. Uma estratégia *Top-Down* pode fomentar uma mudança planeada, com orientações a partir do topo (Ceulemans *et al.*, 2015) podendo, contudo, tornar-se um obstáculo se ocorrerem mudanças nos órgãos de gestão (Lozano, 2006a). Por outro lado, uma estratégia *bottom-up* dos estudantes ou outros *stakeholders* pode pressionar os órgãos de gestão para mudanças nas políticas e práticas e assim facilitar a institucionalização dos relatórios de sustentabilidade pela força que estes podem gerar (Kanter, 1999). Adicionalmente, Brinkhurst *et al.* (2011) mostram que, apesar das virtudes das estratégias *Top-Down* e *Bottom-Up*, o maior potencial para mudanças de longo prazo advém da proatividade dos membros do meio da hierarquia, nomeadamente o corpo docente e não docente, exigindo-se por isso atenção e apoio aos seus esforços.

### **2.3.3 Complexidade dos processos de recolha e monitorização de dados**

A dificuldade no acesso a dados sobre o desenvolvimento sustentável devido à estrutura mais rígida das IES, nomeadamente a existência de processos burocráticos e má comunicação entre os departamentos, é apontada por Ceulemans *et al.* (2015) como uma barreira significativa à adoção dos relatórios de sustentabilidade pelas IES. Nas IES analisadas no estudo deste autor, verificou-se que a recolha de dados não é realizada através de processos organizados, pois os vários departamentos não têm planos estruturados para um rápido e eficiente fornecimento dos dados.

### 2.3.4 Existência de recursos humanos e de departamentos para a área da sustentabilidade

Dispor de tempo suficiente para recolher dados e interagir com os *stakeholders* revela-se essencial. A escassez de tempo e pessoal dedicado à sustentabilidade constitui uma barreira significativa ao relato de sustentabilidade, pois obter dados atempadamente requer esforços significativos, principalmente em grandes IES (Ceulemans *et al.*, 2015).

O compromisso estratégico das IES para com a sustentabilidade, traduzido pela criação de um departamento de sustentabilidade, promove mais iniciativas nos campi e aumenta a probabilidade de a instituição emitir um relatório de sustentabilidade. Tal é evidenciado por Rosenbloom (2010) em três universidades Canadianas (British Columbia, Calgary e Carleton), tendo estas instituições um gabinete de sustentabilidade com funcionários dedicados ao desenvolvimento, coordenação e implementação de iniciativas, incluindo os relatórios de sustentabilidade, muito contribuindo para o seu estado avançado de sustentabilidade.

Por norma, as IES num nível mais avançado já possuem um funcionário a tempo integral para coordenar os esforços de sustentabilidade e divulgar o seu progresso para os órgãos hierárquicos superiores, relatando, posteriormente, essa evolução interna e externamente (Herremans e Allwright, 2000). A relevância deste fator é ainda maior considerando que nas IES estas tarefas são frequentemente atribuídas a pessoas já com outras responsabilidades, não tendo assim possibilidade de dedicar o tempo necessário a esta área (Bartolini, 2014). Deste modo, possuir um departamento dedicado à sustentabilidade aumentará fortemente a probabilidade da IES vir a produzir um relatório de sustentabilidade (Richardson e Kachler, 2016).

### 2.3.5 Subscrição de declarações para o desenvolvimento sustentável

Apesar de não ser sinónimo de mudança organizacional, a assinatura de declarações de sustentabilidade pelas IES podem funcionar como um compromisso de empenho para a institucionalização das principais ideias relacionadas com o desenvolvimento sustentável (Shriberg, 2002).

Na última década, várias IES assinaram declarações nacionais e internacionais para o desenvolvimento sustentável (Alonso-Almeida *et al.*, 2015). Ao assinar a declaração, a instituição compromete-se a incorporar o desenvolvimento sustentável nas suas atividades diárias, promover investigação na área e participar e partilhar os resultados através de plataformas internacionais de relatos de sustentabilidade (Alonso-Almeida *et al.*, 2015). Estas subscrições encorajam as IES a melhorarem as suas práticas sustentáveis (Lozano *et al.*, 2013), sendo estas IES mais propensas a divulgar relatórios de sustentabilidade devido ao seu compromisso estratégico (Richardson e Kachler, 2016).

Contudo, estas declarações não tiveram o impacto esperado quanto ao compromisso das IES com a sustentabilidade. Apesar de um número razoável de IES subscritoras, há poucos exemplos de êxito destes programas, não tendo sido implementadas medidas relevantes em conformidade com as declarações (Madeira, 2008). Para algumas IES a subscrição consistiu essencialmente numa forma de autopromoção e as declarações tornaram-se apenas documentos formais inconsequentes (Lozano *et al.*, 2013), criando falsas expectativas na comunidade e projetando um sinal negativo para o exterior (Fouto, 2002).

### 2.3.6 Diretrizes internacionais

As diretrizes internacionais fornecem um quadro sistemático para abordar múltiplas questões sobre a sustentabilidade, tendo um grande número sido desenvolvido apenas durante os últimos anos (Lozano e Huisinigh, 2011).

As diretrizes mais utilizadas a nível mundial são as propostas pela Global Reporting Initiative (GRI, 2006), cujos indicadores são considerados os mais detalhados e completos (Daub, 2007; Velazquez *et al.*, 2006). A sua estrutura sistemática afasta uma visão demasiado focada no ambiente e privilegia o relato da sustentabilidade nas suas vertentes económica, social e ambiental, visando aumentar este relato e atribuir-lhe a mesma utilidade, credibilidade e qualidade do relato financeiro (GRI, 2011).

Contudo, estes indicadores têm sido criticados por serem excessivamente gerais e numerosos, dificultando o *benchmarking* (Smith e Lenssen, 2008). Adicionalmente, estas diretrizes não foram desenvolvidas especificamente para IES (Cole, 2003), necessitando, conforme proposto por Lozano (2006b), de ser adaptadas e complementadas, para passarem a incluir a dimensão da educação.

Assim, face à escassez e limitações de diretrizes, as IES revelam desconhecer a estrutura e a informação a considerar nos relatórios de sustentabilidade (Davis e Searcy, 2010), o que constitui uma barreira significativa à sua adoção.

### 2.3.7 Dimensão das IES

O tamanho da IES (medido pelo número de estudantes e professores) pode ser relevante para explicar o seu nível de comunicação com os *stakeholders* (Gallego-Alvarez *et al.*, 2011) e consequentemente influenciar a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

As maiores instituições têm, geralmente, um impacto substancialmente superior no ambiente e na sociedade. Esta maior visibilidade promove maior consciência da sua responsabilidade social, promovendo comporta-

mentos mais sustentáveis e em última instância incentivando ao respetivo relato, potenciando uma imagem positiva e a captação de novos estudantes e recursos financeiros (Alshuwaikhat e Abubakar, 2008).

Por outro lado, a produção destes relatórios requer sistemas de informação e de recursos humanos capazes de reunir, analisar e divulgar dados de desempenho de sustentabilidade, o que pode não ser exequível em IES de menor dimensão, eventualmente com menos recursos económicos. (Richardson e Kachler, 2016).

Contudo, e de forma paradoxal, o valor da informação para os *stakeholders* pode estar inversamente relacionado com a dimensão da organização. As maiores organizações encontram-se mediaticamente mais expostas, podendo ter departamentos de comunicação com altos padrões de divulgação. Assim, um relatório de uma IES de menor dimensão pode, de facto, conter informação de valor superior para os *stakeholders* face ao relatório de uma IES de maior dimensão, cuja informação pode já ser de domínio público através de outros canais de comunicação (Richardson e Kachler, 2016).

### **2.3.8 Tipo de IES**

No contexto do sistema de ensino superior Português, distinguindo o ensino universitário do politécnico (Lei n.º 62/2007), Aleixo *et al.* (2016) concluíram que as práticas e divulgações de sustentabilidade são mais prováveis em universidades do que em politécnicos, face aos contextos e estratégias das universidades, ao maior número de investigações desenvolvidas e à maior recetividade à mudança a favor do desenvolvimento sustentável.

## **3. Metodologia de investigação**

### **3.1. Caracterização da investigação**

Numa primeira fase, pesquisaram-se os documentos públicos nos *websites* institucionais das IES Portuguesas (118, de acordo com a Direção Geral de Ensino Superior – ver anexo), nomeadamente os relatórios autónomos de sustentabilidade, relatórios e planos de atividades, planos estratégicos e relatórios de contas e de gestão.

Para os casos das IES onde a busca online não evidenciou relato de sustentabilidade, estabeleceu-se contacto, via email. Das 30% de IES que responderam, a maior parte declarou não publicar ou ter publicado qualquer relatório de

sustentabilidade. Algumas IES manifestaram a existência de algum conteúdo relacionado com a sustentabilidade mas que, ou não se enquadra no tipo de relato de sustentabilidade nas suas vertentes tradicionais (ambiental, económica e social) ou não foi possível identificar, tal relato, após nova pesquisa, no seu *website* institucional – o que, por ser limitativo da difusão e efetivo impacto do relato, levou à sua exclusão neste estudo.

Face ao reduzido número de IES que relatam / relataram sobre sustentabilidade nos seus documentos online e, por outro lado, face às respostas negativas (e reduzidas) obtidas, entendeu-se ser exequível e desejável adotar uma metodologia de investigação qualitativa, baseada em estudos de casos múltiplos, incluindo entrevistas aos responsáveis pela implementação e divulgação da sustentabilidade destas IES, para obter um conhecimento mais aprofundado destes casos, no sentido de responder ao objetivo global de caracterizar o relato da sustentabilidade das IES em Portugal.

### 3.2. Recolha e descrição dos dados

À data da investigação (Janeiro a Setembro de 2017), três IES relatam ou já relataram sobre sustentabilidade / responsabilidade social através de relatórios independentes (Tabela 1), e cinco IES elaboram relatórios incorporados (Tabela 2).

Tabela 1 – IES que divulgam / divulgaram relatórios de sustentabilidade independentes

Instituição	Descrição do documento (mais recente à data da pesquisa)				Histórico de Relato (Nº. Anos)
	Tipo de Documento	Data de Referência	Data de Publicação	Dimensão (Nº. Páginas)	
Universidade do Minho	Relatório de Sustentabilidade	2015	Dezembro 2016	70	6 anos (Desde 2010)
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Relatório de Sustentabilidade	2012	Dezembro 2013	67	7 anos (Entre 2006 e 2012)
Instituto Superior de Engenharia do Porto	Relatório de Sustentabilidade	2011	Outubro 2012	47	1 ano

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – IES que comunicam sobre sustentabilidade em relatórios incorporados

Instituição	Descrição do documento (mais recente à data da pesquisa)	Data de referência	Dimensão (Nº. Páginas sobre o tema)
Universidade de Aveiro	Plano de Atividades	2017	10
	Estratégia para o Campus Sustentável	2014-2020	10
Instituto Politécnico de Leiria	Relatório de Atividades	2015	5
	Plano de Atividades	2017	5
Universidade de Coimbra	Relatório de Gestão e Contas	2015	6
	Relatório de Atividades dos Serviços de Ação Social (Projeto Sustentabilidade na Ação Social)	2015	5
Universidade da Beira Interior	Relatório de Atividades e Contas Consolidadas	2015	6
Universidade de Lisboa	Relatório de Gestão e de Atividades	2015	7

Fonte: Elaboração própria

Apesar de na pesquisa realizada não ter sido encontrada divulgação de relato de sustentabilidade na Universidade do Porto e no Instituto Politécnico do Porto, foi encontrado relato de sustentabilidade em algumas das suas unidades orgânicas. Considerando o objetivo de estudar IES (e não necessariamente universidades ou institutos politécnicos), que há poucos casos de relato e que as unidades orgânicas em causa – FEUP e ISEP – têm dimensão considerável (em termos de estudantes e pessoal), entendeu-se pertinente considerar o processo de relato destas IES.

Na fase seguinte, contactaram-se todas as IES identificadas nas tabelas 1 e 2, contudo, não foi possível estudar todos os casos por distintos motivos nomeadamente por falta de resposta, por as direcções entenderem não dever prestar mais informações para além das publicamente divulgadas e/ou também por as pessoas disponíveis para colaborar não estarem aptas a transmitir externamente a estratégia de sustentabilidade da organização, mas apenas ao nível de um departamento ou unidade de investigação.

Assim, foram estudados os casos das três instituições que publicam ou já publicaram relatórios de sustentabilidade independentes: a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a Universidade do Minho (UMinho) e o Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP). Relativamente às IES que publicam relatórios incorporados, foram estudados os casos da Universidade de Aveiro (UA) e do Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria). Adicionalmente, apesar de nenhuma instituição privada estar, ou ter estado, a produzir relato de sustentabilidade, entendeu-se adequado envolver a Universidade Portucalense

se (UPT), por assumir publicamente o compromisso de definir indicadores de monitorização e avaliação e incluí-los num futuro relatório anual de atividades.

Entendendo-se que os seis casos mencionados permitiriam dar uma resposta adequada às questões de investigação e proporcionar uma visão representativa do estado atual do relato de sustentabilidade das IES em Portugal, prosseguiu-se a investigação com essas IES, caracterizadas na Tabela 3:

**Tabela 3 – Caracterização das IES identificadas para os estudos de caso (referente a 2015–2016)**

Instituição	Natureza / Tipo	Área Geográfica	Dimensão			
			Estudantes	Pessoal Docente	Pessoal Não Docente	Financiamento público recebido (M.€)
UMinho	Universidade / Pública	Norte	19500	1258	610	55
FEUP	Unidade Orgânica / Pública	Norte	7924	553	350	24,95
ISEP	Politécnico / Público	Norte	6376	394	117	14
UA	Universidade / Pública	Centro	14457	984	692	47
IPLeiria	Politécnico / Público	Centro	10418	826	299	24,795
UPT	Universidade / Privada	Norte	2100	143	79	Não aplicável

Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponíveis nos websites, relatórios de contas e atividades das instituições, ou obtidos através dos entrevistados, quando necessário.

Explicou-se às instituições os objetivos do trabalho, solicitando-se uma entrevista presencial com as pessoas responsáveis pela área.

Foi enviado aos entrevistados um guião com as perguntas e temas mais importantes, nomeadamente os indicados pela literatura como relevantes para explicar o nível e as práticas de relato. Incluíram-se igualmente questões sobre a sustentabilidade numa perspetiva geral, a nível ambiental, económico e social, e que pudessem explicar o estado mais ou menos avançado do relato. As perguntas foram baseadas no estudo prévio de cada IES e portanto diferiram entre cada entrevista.

As entrevistas foram semiestruturadas para permitirem maior aprofundamento, maior liberdade de resposta e maior flexibilidade na colocação das questões, reformulando-as face às respostas que iam sendo dadas. Foram entrevistadas nove pessoas (ver Tabela 4), presencialmente, e as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Tabela 4 – Caracterização das entrevistas

Instituição	Relação dos entrevistados com a área da sustentabilidade	Funções dos entrevistados	Duração (min.)	Data
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Responsável pelos relatórios de sustentabilidade e coordenador do comissariado para a Sustentabilidade	Não docente	83	06-04-2017
Universidade do Minho	Representante da sustentabilidade e responsável pelos relatórios de sustentabilidade	Não docente	63	07-04-2017
Instituto Superior de Engenharia do Porto (2 entrevistados em simultâneo)	Coordenadora do plano de ação para a sustentabilidade	Docente	65	20-04-2017
	Membro do plano de ação para a sustentabilidade	Docente		
Universidade de Aveiro	Coordenadora do grupo de missão para o desenvolvimento sustentável da UA	Docente	75	23-05-2017
Instituto Politécnico de Leiria (3 entrevistados em simultâneo)	Vice-Presidente	Docente	65	25-05-2017
	Administrador	Não docente		
	Bolsista de investigação do centro de investigação em políticas e sistemas educativos	Não docente		
Universidade Portucalense	Vice-Reitora	Docente	55	20-06-2017

Fonte: Elaboração própria

Cada entrevistado recebeu um *draft* com as transcrições e as conclusões da análise dos relatórios institucionais. Os entrevistados concordaram com o seu conteúdo, tendo apenas indicado pequenas alterações e sugestões, que foram incorporadas.

#### 4. Análise do relato de sustentabilidade nas IES portuguesas

Nesta secção apresentam-se os resultados obtidos através da análise documental dos relatórios das IES e das entrevistas realizadas, efetuando primeiro uma caracterização e em seguida identificando os principais fatores explicativos do atual estado do relato de sustentabilidade nas IES portuguesas.





## 4.1 Descrição do relato de sustentabilidade nas IES portuguesas

### 4.1.1 Caracterização dos primeiros relatórios de sustentabilidade

A UMinho produz relatórios anuais de sustentabilidade desde 2010 (com exceção de 2012 e 2013, incluídos num único relatório), constituindo-se na primeira universidade portuguesa a apresentar um relatório de sustentabilidade. Este processo contínuo deve-se à importância atribuída pela instituição à comunicação com os seus *stakeholders* porque, de acordo com o entrevistado, a universidade “*produz os relatórios por responsabilidade, enquanto instituição pública e enquanto organização com mais de vinte mil pessoas que tem obviamente impactos nas regiões onde está inserida*”. Os resultados alcançados têm permitido mostrar o peso da instituição na região noroeste de Portugal, consolidar as atividades de sustentabilidade associadas à sua missão e melhorar o reconhecimento internacional nos rankings de referência.

A FEUP foi a primeira IES em Portugal a realizar um relatório de sustentabilidade independente, fazendo-o entre 2006 e 2012. No último relatório refere-se o objetivo de “*proporcionar à comunidade FEUP (e à sociedade em geral) uma visão do seu desempenho nas diversas vertentes da sustentabilidade, permitindo olhar para o trabalho já realizado, refletir sobre a situação atual e traçar metas e objetivos para um futuro mais sustentável*” (p.7).

Em 2010, o ISEP lançou um Plano de Ação para a Sustentabilidade (PASUS), com objetivos a alcançar até 2014, nomeadamente a apresentação anual de um relatório de sustentabilidade que representasse o culminar de uma política de sustentabilidade adotada no ano anterior e se tornasse uma prática regular da instituição. Neste contexto, em 2012, o ISEP publicou o primeiro relatório de sustentabilidade independente relativo ao ano 2011. Foi ainda elaborado um segundo relatório de sustentabilidade, referente ao ano de 2012, mas que acabou por não ser publicado. O relatório de atividades de 2015 da instituição incorpora um capítulo dedicado à sustentabilidade, divulgando as práticas ligadas à sustentabilidade mas sem apresentar indicadores.

Em 2014, a UA publicou o documento de estratégia para o campus sustentável 2014-2020 com metas para 2020, salientando-se a promoção da comunicação interna e a divulgação para o exterior dos principais resultados da atividade de investigação em sustentabilidade. O plano de atividades para 2017 incorpora um capítulo dedicado ao reforço do papel da UA no desenvolvimento económico, social e cultural, e outro capítulo dedicado à promoção de medidas de sustentabilidade, apresentando metas a atingir.

O IPLeiria assume o compromisso com a sustentabilidade no plano estratégico 2020, no relatório de atividades 2015, que descreve as atividades de responsabi-

lidade social e a unidade orgânica onde se realizaram, e no plano de atividades 2017, que projecta um conjunto de atividades a serem desenvolvidas.

Na UPT não foi encontrado relato sobre sustentabilidade / responsabilidade social, contudo, a página oficial desta instituição refere o compromisso de relatar as ações de responsabilidade social, comprometendo-se a definir indicadores e a incluí-los num futuro relatório anual de atividades.

#### 4.1.2 Escolha do tipo de relatório

A UMinho privilegia a elaboração de relatórios autónomos, sendo expectável que esta opção se mantenha nos anos seguintes. De acordo com o entrevistado *“a escolha do tipo de relatório depende do ponto de vista da gestão, sendo claro que uma publicação anual e única através de um relatório integrado ou incorporado, poderá ser mais eficiente ao nível dos recursos e do ponto de vista organizacional, mas poderá ter um menor impacto comunicacional, dando a ideia de que a organização não tem uma política de sustentabilidade ativa”*. De acordo com o entrevistado a dificuldade das IES na elaboração ininterrupta dos relatórios ocorre porque *“criar um relatório desta dimensão é uma tarefa árdua, já que mesmo depois de se fazer um relatório, é complicado continuar a produzir novos relatórios nos anos seguintes, ainda que o relatório seguinte possa ser mais ‘fácil’ de produzir que o anterior.”*

No caso da UMinho *“este processo já está bastante consolidado através de um espírito muito colaborativo e porque existe uma pessoa [o próprio entrevistado] que se dedica à execução dos relatórios de sustentabilidade”*. O entrevistado refere ainda que a publicação numa base regular (anual) dos relatórios de sustentabilidade leva a que o acréscimo de valor alcançado nos relatórios seguintes seja decrescente, passando o foco dos novos relatórios a incorporar a verificação dos mesmos por entidades externas. Esta preocupação é, aliás, característica das IES com estado de relato de sustentabilidade relativamente avançado. Assim, é expectável que a UMinho continue a produzir relatórios de sustentabilidade nos próximos anos, até porque, de acordo com o entrevistado, *“as expectativas iniciais foram acima do esperado”* e porque *“o relatório de sustentabilidade transmite uma visão alargada da universidade como um todo, que qualquer outro relatório, seja ele de atividades, de contas ou de gestão, não reflete.”*

No caso da FEUP, a opção por relatórios independentes é assumida no seu relatório de sustentabilidade de 2012, que clarifica que *“apesar destes dois documentos serem complementares, a instituição tem como objetivo garantir a sua completude, permitindo dessa forma que cada um deles possa ser consultado de forma autónoma.”* (p.14). De acordo com a entrevistada, *“usualmente as IES com um grau de comprometimento elevado com o desenvolvimento sustentável relatam o seu desempenho no que se refere à sustentabilidade através de relatórios independentes*



*porque deve ser dada a devida importância ao tema. Pode-se falar e bem sobre a estratégia para a sustentabilidade em planos estratégicos, mas o tema deve ser relatado de forma independente.”*

No caso do ISEP, para que a instituição volte a produzir relatórios de sustentabilidade independentes, uma das entrevistadas realça que *“é fundamental conseguir-se monitorizar efetivamente todos os indicadores, nomeadamente aqueles que não foram divulgados no relatório publicado em 2012”*. De acordo com uma das entrevistadas *“não existe nenhum mal em os indicadores de sustentabilidade estarem incluídos nos relatórios de atividades como algo inerente à atividade da instituição, até porque é uma informação relativamente fácil de encontrar entre os vários relatórios da instituição”*.

De acordo com a entrevistada da UA, é expectável que no futuro a instituição possa vir a ter um relatório de sustentabilidade, tendo essa necessidade já sido transmitida à direção da instituição.

O IPEiria prevê continuar a incorporar informações sobre sustentabilidade nos vários documentos institucionais, como até aqui realizado. De acordo com um dos entrevistados: *“se o IPEiria entender ser mais relevante para os objetivos a atingir efetuar um relatório independente sobre as dimensões ambiental, social e económica, fá-lo-á. Até lá, não há essa necessidade.”*

A UPT, conforme já referido, compromete-se a relatar sobre responsabilidade social e sustentabilidade através de relatórios incorporados, nomeadamente nos relatórios de atividades, e não está a considerar um relatório independente sobre responsabilidade social porque já é obrigada a fazer um relatório de atividades. De acordo com a entrevistada, *“a UPT não sente ainda a necessidade de um relatório individual, uma vez que este tema será incluído no relatório geral. Ter um relatório de sustentabilidade implicará a criação de uma estrutura que terá custos, que têm de ser geridos com muito rigor. Outro problema é que um relatório de responsabilidade social pode ter o risco de repetir informações que já estão no relatório de atividades e por isso, apenas se a direção identificar muitos pontos fortes de ter um relatório individualizado é que este será produzido.”*

#### **4.1.3 Verificação externa dos relatórios de sustentabilidade**

Na UMinho, o relatório de 2016 (referente ao ano de 2015) foi o primeiro a ser objeto de verificação externa por parte da GRI porque, de acordo com o entrevistado, *“a UMinho sentiu necessidade de ter uma acreditação de que a informação constante nos relatórios é relevante e credível”*. A UMinho é a única IES portuguesa que, à data da investigação, tinha o seu relatório de sustentabilidade verificado externamente.

#### 4.1.4 Benchmarking

A UMinho procura comparar os seus relatórios com os de IES nacionais e internacionais, apesar de tal não ser uma prioridade. De acordo com o entrevistado, *“existe uma comparação normal, procurando-se acompanhar o que está a ser feito e se existem desenvolvimentos vantajosos para a UMinho, mas os relatórios não são elaborados com o objetivo de diferenciação, antes por responsabilidade.”*

Quando a FEUP decidiu produzir o primeiro relatório de sustentabilidade em 2006, analisou os relatos a nível internacional, o que foi um impulso para o início do relato, de acordo com a entrevistada, que salienta, todavia, a dificuldade de comparar os indicadores divulgados e conhecer o conteúdo considerado em cada um. Este relatório foi considerado pelo ISEP, que aquando da elaboração do seu relatório de sustentabilidade analisou os relatórios da FEUP porque *“foi importante estabelecer uma comparação e perceber as reais limitações do ISEP”*.

A entrevistada da UA sugeriu que *“a discussão do caminho para a sustentabilidade das IES em Portugal poderia ocorrer ao nível do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), à semelhança de outros países, potenciando uma base para a colaboração necessária para a identificação de sinergias e partilha de experiências que poderiam rentabilizar o processo do desenvolvimento sustentável no ensino superior português.”*

### 4.2 Principais fatores explicativos do atual estado do relato de sustentabilidade nas IES portuguesas

#### 4.2.1 Diretrizes internacionais

A UMinho optou por implementar uma nova metodologia na recolha dos dados para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade que permitiu a demonstração do desempenho para além das linhas orientadoras da GRI e procedeu à estruturação dos indicadores recomendados pela GRI nas 3 dimensões comuns, adicionando a dimensão cultural. De acordo com o entrevistado, as diretrizes da GRI não estão orientadas para as IES: *“as guidelines da GRI não são focadas nas IES, mas sim em empresas, sendo que o objetivo de uma empresa é gerar lucro e o objetivo de uma universidade é gerar conhecimento. Por isso, a UMinho teve de adaptar, analisando como a GRI definiu os objetivos das empresas e a partir daí adaptar para os seus objetivos, concluindo que as metodologias determinadas pela GRI estão bem definidas, não sendo necessário haver uma adaptação das mesmas, mas antes dos objetivos gerais”*. Os relatórios da UMinho publicados em 2015 e 2016 foram já elaborados seguindo as linhas orientadoras G4 da GRI, assumindo-se como a primeira universidade portuguesa, a segunda europeia e a sexta a nível mundial a fazer



*este relato de acordo com estas diretrizes. De acordo com o entrevistado, “antes havia pouca discriminação quanto ao relato de cada indicador, dado que antes apenas relatavam meia página de indicadores e agora necessitam de quatro páginas; estas novas diretrizes permitiram alongar de vinte e um para setenta e um indicadores, tornando-os mais completos e perceptíveis”.*

De acordo com a entrevistada da FEUP, a instituição teve dificuldades na elaboração do primeiro relatório de sustentabilidade em 2006, dada a escassa informação relativa às diretrizes para IES. Este primeiro relatório utilizou uma adaptação das *guidelines* da GRI. Contudo, verificou-se que essas *guidelines* eram “ *muito gerais e pouco ajustadas ao ensino superior, não contendo indicadores relativamente às categorias da comunidade académica e às atividades de investigação, ensino e aprendizagem*”, e para contornar estas debilidades uma dissertação de mestrado da FEUP propôs um conjunto de indicadores de sustentabilidade adequados para IES.

O ISEP foi a primeira IES a elaborar um relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes da GRI. Este relatório “*foi elaborado de acordo com o modelo da GRI e complementado com indicadores específicos, identificados por forma a reportar em pleno a atividade do ISEP, no âmbito do seu desempenho para a sustentabilidade*” (p. vii).

#### **4.2.2 Estratégias de comunicação**

O empenho da direção da UMinho tem sido um dos principais promotores dos seus relatórios de sustentabilidade. De acordo com o entrevistado “*esta é claramente uma força que parte de dentro para fora, uma abordagem top-down e constituindo hoje uma ferramenta essencial da universidade*”. Também na FEUP, o grande impulso para se começar este relato foi a sua direção e, em particular e de acordo com a entrevistada, o seu diretor. A entrevistada da UA destaca igualmente a direção como um fator impulsionador da sustentabilidade, bem como o “*movimento bottom-up, dado que se a comunidade académica estiver interessada, a própria equipa reitoral vai sentir necessidade de agir*.”

#### **4.2.3 Stakeholders**

Os relatórios de sustentabilidade da UMinho, no âmbito das diretrizes da GRI, identificam os seus *stakeholders*, descrevendo o processo de identificação e seleção, bem como as abordagens para os envolver e responder às suas principais questões e preocupações. A entrevista revelou que após a identificação, em 2013, dos *stakeholders* internos e externos, passou a dar-se mais atenção aos *stakeholders* internos. O destaque dado aos *stakeholders* externos ocorreu a um nível mais informal e num horizonte temporal futuro, pois de acordo com o entrevistado “*formalizar estas conversas poderá acontecer no futuro, porque as entidades não querem já este comprometimento e este é um subprocesso que vai com o tempo*.”

No caso da FEUP, e de acordo com a entrevistada, foram apenas estabelecidos alguns contactos com alguns *stakeholders*, não tendo, contudo, ocorrido reuniões formais.

No caso do ISEP, o relatório de sustentabilidade revela que a instituição optou por envolver apenas os *stakeholders* internos, sendo identificados os estudantes, docentes/investigadores e não docentes, pois *“são os mais afetados e os que mais podem condicionar a própria atividade da organização”* (p.16). Durante a elaboração do relatório, após a definição dos *stakeholders*, o ISEP promoveu o diálogo com os mesmos para *“fomentar o debate em torno da temática do desenvolvimento sustentável e para envolver toda a comunidade na definição dos aspetos materiais mais relevantes a considerar na sua elaboração”* (p.10). Estas conversações permitiram construir e incorporar no relatório uma matriz de materialidade, identificando os aspetos considerados materiais para o ISEP.

De acordo com um dos entrevistados do IPL, os *stakeholders* internos *“sugerem, com regularidade, práticas a adotar no quotidiano da instituição e/ou mudanças desejáveis ao nível comportamental, de forma proactiva e voluntária.”*. Outro entrevistado refere que os documentos publicados são construídos procurando envolver toda a comunidade académica dado que *“é uma prática comum do IPL e iria incentivar as comunidades interna e externa a participar ativamente na dinâmica institucional, recorrendo a diferentes formatos de auscultação e discussão.”*

De acordo com a entrevistada da UPT, não houve, até ao momento, uma preocupação com os interesses dos *stakeholders*, apesar de se esperar que todos os indicadores a serem divulgados sejam úteis para qualquer elemento da comunidade, desde estudantes, ex-estudantes, funcionários ou docentes.

#### **4.2.4 Processos de recolha e monitorização dos dados**

O grande obstáculo ao relato de sustentabilidade identificado pela UMinho é a dificuldade no processo de recolha de dados. Conforme referido pelo entrevistado, *“o levantamento de dados é extremamente difícil porque implica juntar as pessoas certas através de canais diretos. Este processo envolve vários departamentos e laboratórios, tornando-se muito demorado e árduo. Apesar de ser um processo interno, é bastante complexo.”*

Contudo, ultrapassados estes problemas, a produção de relatórios de sustentabilidade na UMinho permite um conjunto de benefícios, nomeadamente uma melhor monitorização de recursos. De acordo com o entrevistado *“os relatórios iniciam-se na UMinho porque as ações com vista à eficiência de recursos necessitavam de ser monitorizadas e como tal os relatórios têm vindo a constituir-se como uma medida de monitorização que permite delinear a evolução dos recursos como o papel, a energia, a água... Em 5 anos, a UMinho teve uma queda de 50% no consumo de papel à custa deste projeto,*



*algo impensável há 5 ou 10 anos atrás, e a forma como este processo já se encontra estruturado permite traçar objetivos anuais”. A segunda vantagem refere-se à tomada de decisão, dado que “este relatório dá uma dimensão muito alargada do que é uma instituição porque permite mostrar como as ações da equipa reitoral se repercutem na comunidade e nas regiões em redor, nomeadamente através do estudo do impacto económico na economia local e nacional e o seu contributo para o emprego local.”*

A entrevistada da FEUP relata dificuldades com a recolha dos dados para alguns indicadores, porque os dados sobre a integração da sustentabilidade no ensino e na investigação são muito difíceis de recolher por falta de preparação do sistema de informação, e porque as práticas de sustentabilidade ainda não estão suficientemente integradas no ensino e na investigação. Apesar de muitos projetos de investigação dos docentes da FEUP estarem relacionados com a sustentabilidade, a ausência de informação sistematizada sobre os mesmos torna difícil a sua divulgação; além disso, são necessários investimentos avultados para implementar os sistemas de monitorização. De acordo com a entrevistada, *“a preocupação com a sustentabilidade e o seu relato vão criar benefícios económicos; mas é preciso investimento inicial e o problema atual das IES é que não têm verbas disponíveis”*.

O ISEP desenvolveu o seu primeiro e único relatório de sustentabilidade através de uma prestação de serviços executada pelo IDAD (Instituto do Ambiente e Desenvolvimento). De acordo com a entrevistada *“como o ISEP não tinha experiência a fazer relatórios de sustentabilidade, pensou-se em encontrar alguma entidade que pudesse dar apoio a este processo”*. Assim, a principal dificuldade enfrentada pelo ISEP foi fornecer os dados ao IDAD para produzir o relatório.

No caso da UA, uma das dificuldades identificadas consiste na indisponibilidade de indicadores ambientais. De acordo com a entrevistada, *“a instituição tem trabalhado no sentido de construir e monitorizar esses indicadores, apoiada pela realização de uma dissertação de mestrado sobre os indicadores de sustentabilidade passíveis de aplicar na instituição.”* Por outro lado, a entrevistada destaca que muitas das atividades de sustentabilidade são realizadas pelos departamentos de forma isolada, sem a compilação centralizada de todas as atividades da UA, sucedendo, por vezes, que apenas os próprios departamentos têm conhecimento das mesmas.

A recolha de dados também se revela um desafio no IPLeiria. De acordo com um dos entrevistados, *“nos indicadores em que já existe histórico é mais fácil a sua recolha. Onde não existe histórico ou onde os elementos de medida não estão clarificados, é mais difícil objetivar as informações”*.

Já no caso da UPT e de acordo com a entrevistada, na instituição existem comportamentos conservadores que têm de ser alterados, sendo necessário *“mudar a cultura enraizada para as pessoas perceberem que é importante medirem.”*

#### 4.2.5 Recursos humanos para trabalhar em sustentabilidade

De forma a promover a sustentabilidade e a manter o relato anual, a entrevistada da FEUP reforça que as instituições necessitam de *“ter colaboradores com formação e conhecimentos técnicos sobre o tema”*. O grupo de sustentabilidade criado na instituição (comissariado para a sustentabilidade), cuja missão consiste em contribuir para uma sociedade melhor, incorporando os princípios do desenvolvimento sustentável nos processos de decisão da FEUP, poderia constituir um elemento diferenciador face a outras IES nacionais, contudo, a falta de disponibilidade para dedicar tempo aos relatórios apresenta-se como um obstáculo, segundo a entrevistada.

Relativamente ao ISEP, uma das entrevistadas justifica a não continuidade do relato com a falta de tempo e formação técnica dos colaboradores do PASUS, fundamentando que *“os colaboradores não têm experiência na área. No caso dos professores, a função na instituição é dar aulas, fazer investigação e apenas por último vem a preocupação com a sustentabilidade, dentro de um tempo limitado.”*

Na UA também são identificados entraves ao nível da disponibilidade de recursos humanos. De acordo com a entrevistada: *“os elementos do Grupo de Missão para o Desenvolvimento Sustentável (grupo para a sustentabilidade da UA) trabalham para além de todas as outras atividades que têm de assegurar, por vezes funcionando na base do voluntariado. A UA tem boas práticas de sustentabilidade, mas a ausência de pessoas dedicadas exclusivamente à sustentabilidade dificulta a existência de estratégias de comunicação, fazendo com que essas práticas não sejam relatadas, nem divulgadas adequadamente.”*

De acordo com a entrevistada da UPT, também não existe, até ao momento, nenhum relato de responsabilidade social e sustentabilidade devido, principalmente, à falta de uma estrutura organizacional que consiga alavancar as questões da responsabilidade social e assuma responsabilidade exclusivamente por essa área. A instituição já desenvolve atividades sobre responsabilidade social, mas o seu relato é reduzido, estando a tentar implementar-se procedimentos de formalização dos mesmos. De acordo com a entrevistada, *“os resultados nesta área não são tangíveis e por isso torna-se mais difícil provar a necessidade de recursos.”*

#### 4.2.6 Departamentos de sustentabilidade

Nos casos estudados, apenas a UMinho tem um departamento formado por colaboradores dedicados a tempo integral à sustentabilidade, tendo as restantes IES constituído equipas de trabalho formadas por colaboradores e/ou voluntários, para os quais as funções aí desempenhadas constituem uma responsabilidade secundária. Apesar de estas equipas promoverem práticas de sustentabilidade, os benefícios obtidos revelam-se muito aquém dos alcançados pelo departamento de sustentabilidade da UMinho.





## 5. Discussão

Com base nos resultados descritos na secção anterior, retira-se agora um conjunto de conclusões, a maior parte em linha com a literatura revista.

O método da análise de conteúdo baseou-se nas consultas aos *websites* das instituições, visto os meios online serem extremamente importantes para comunicar sobre sustentabilidade (Ramos e Pires, 2013). Para além dos relatórios, algumas IES também divulgam por este meio outras informações, como iniciativas ou projetos relacionados com a sustentabilidade, conforme constatado por Alonso-Almeida *et al.* (2015).

De forma a avaliar o desempenho de sustentabilidade de uma instituição perante as demais, melhorar esse desempenho e verificar se as ações executadas estão em linha com os objetivos planeados, Lozano (2011) realçou a partilha de resultados e experiências entre IES. As IES analisadas preocupam-se em estudar o que já foi feito sobre o tema e a forma como cada instituição desenvolve os seus relatórios. É contudo referido pelos entrevistados que estas comparações ocorrem de forma natural, apenas com o objetivo de obter informações adicionais sobre o que elas próprias podem acrescentar aos seus relatórios. A comparação de relatórios entre as IES é também afetada pelas dificuldades em interpretar o que significam os indicadores em cada relatório, porque nem sempre é esclarecido o seu conteúdo exato. Tal fomenta o risco de cada IES optar por reportar sobre aspetos que lhe sejam vantajosos de forma a projetar uma imagem mais favorável.

Constatou-se que as IES analisadas se encontram em diferentes estados de relato de sustentabilidade. A literatura estudada (Lozano *et al.*, 2013) indicou que, por o relato de sustentabilidade nas IES mundiais estar num estado inicial e não haver diretrizes direcionadas para as IES, não existe ainda uma estrutura organizada para estes relatórios. Os relatórios das IES Portuguesas confirmam este diagnóstico, já que possuem estruturas bastante variadas. A UMinho encontra-se num estado considerado bastante avançado, dado que efetua um relato autónomo e contínuo desde há 6 anos. A FEUP e o ISEP já relataram, no passado, através de relatórios de sustentabilidade autónomos e pretendem retomar logo que consigam as condições necessárias, sendo que o ISEP passou a incluir ligeiras informações sobre sustentabilidade nos relatórios de atividades. A UA e o IPLeiria relatam sobre sustentabilidade nos seus planos e relatórios de atividades, sendo que a UA refere o interesse em voltar a relatar, admitindo que tem atualmente um problema de comunicação; no caso do IPLeiria, não existe, atualmente, a necessidade de produzir um relatório independente, optando-se pela integração nos relatórios de gestão. Por último, foi estudada uma organização (UPT) que nunca relatou, mas que assume esforços para que um dos relatórios de atividades futuro venha a conter alguns indicadores sobre sustentabilidade.

Um dos entrevistados reconhece algumas vantagens dos relatórios incorporados, mas afirma que os relatórios independentes permitem um maior impacto comunicacional. Outros entrevistados privilegiam os relatórios incorporados, nomeadamente devido às sinergias derivadas do envolvimento de pessoas de diferentes áreas e devido ao menor risco de repetir informações.

A análise aos indicadores permitiu verificar que os relatórios independentes analisados distinguem de forma clara entre indicadores ambientais, económicos e sociais, atribuindo-lhes uma ênfase semelhante. Já as instituições com relatórios incorporados abordam uma menor quantidade de indicadores e não os separam pelas categorias tradicionais. De facto, as IES analisadas assumem a maior dificuldade na monitorização dos indicadores ambientais, apesar de estarem, atualmente, a desenvolver mecanismos que já lhes permitiram incluir alguns indicadores desta dimensão nos seus últimos relatórios. Os relatórios destas últimas IES compensam a menor quantidade de indicadores com descrições das práticas sustentáveis desenvolvidas ao longo do ano, como seminários, projetos ou campanhas de solidariedade.

A construção dos indicadores é ainda dificultada pelo problema da recolha e do tratamento dos dados. Naturalmente é importante a presença de indicadores num relatório de sustentabilidade, pois só assim é possível uma correta avaliação do desempenho. Mas ter dados implica medi-los e para os medir são necessários equipamentos e infraestruturas preparadas para a sua instalação, o que é dificultado pela escassez de recursos financeiros. Além disso, este relato implica recolher informações de vários departamentos e isso implica a colaboração dos responsáveis desses departamentos, que poderão nem sempre dar a contribuição pretendida.

As IES que conseguem ultrapassar o problema da recolha de dados passam a exercer um maior controlo sobre o seu desempenho de sustentabilidade. De facto, um dos maiores benefícios evocados pela literatura (Ceulemans *et al.*, 2015) ocorre ao nível da monitorização e controlo possibilitado pela construção de indicadores, que permite identificar as áreas com desempenhos melhores e piores, e assim perceber áreas de melhoria. Na UMinho foi identificado que a monitorização e controlo dos indicadores permitiu elevadas poupanças em determinadas áreas e que foram alcançadas melhorias que nem a própria instituição pensava serem possíveis de atingir.

Constatou-se que, em parte das IES analisadas, são inúmeras as atividades desenvolvidas no âmbito dos três pilares da sustentabilidade, mas que depois não existe a comunicação dessas práticas para a comunidade académica e muito menos para o exterior da organização. Alonso-Almeida *et al.* (2014) indicam que as políticas de sustentabilidade são imprescindíveis para uma melhor gestão destas temáticas nas IES. Todavia, apesar de a maior parte das IES



estudadas incluir a sustentabilidade nas suas missões e planos estratégicos e de existir uma preocupação clara em promover ações sobre sustentabilidade, estas acabam por ser realizadas de uma forma avulsa, não estando, por isso, nem integradas, nem estruturadas em toda a instituição e, como tal, muitas vezes apenas com o conhecimento de um pequeno grupo de elementos interno.

Esta investigação procurou também encontrar respostas para a interrupção do relato de sustentabilidade, o que, de acordo com Alonso-Almeida *et al.* (2015), Fonseca *et al.* (2011), Kemp e Volpi (2008), Lozano (2011) e Lozano *et al.* (2013), representa uma barreira à sua difusão. Numa perspetiva geral, um dos entrevistados refere que mais difícil do que produzir um relatório, pode ser produzir vários durante anos seguidos devido à perda do ímpeto inicial, sendo que este processo pode ser facilitado se for realizado sempre pela mesma pessoa ou departamento de sustentabilidade. Paralelamente, outras IES identificaram como principal causador da interrupção a falta de recursos humanos dedicados à sustentabilidade, i.e., elementos que coloquem o desenvolvimento e a comunicação das práticas sustentáveis da organização como uma prioridade das suas atividades diárias. Conforme mencionado pelos entrevistados, não existindo elementos com responsabilidade na promoção da sustentabilidade na instituição como um todo, não existirão pessoas com incentivos para compilar as atividades desenvolvidas, para que estas possam ser relatadas.

Nesta sequência, a investigação identificou o motivo para que a UMinho esteja num nível tão avançado de relato, face às restantes IES. Na linha do observado por Rosenbloom (2010) nas IES Canadianas, o facto de esta instituição ter criado um departamento para a sustentabilidade, tendo inclusivamente uma pessoa cujo foco diário é toda a área da sustentabilidade da instituição permite combater o grande obstáculo já referido: a falta de recursos, nomeadamente humanos. Obviamente que aqui assume particular relevo a questão dos custos, tendo as IES de analisar se os benefícios de ter pessoas dedicadas exclusivamente ou em larga medida à sustentabilidade (benefícios difíceis de avaliar objetiva e quantitativamente) são superiores aos seus custos.

Assim, enquanto a UMinho criou em 2010 um departamento de sustentabilidade e atribuiu a responsabilidade sobre a sustentabilidade a elementos específicos desta área, as outras IES apenas constituíram grupos com o objetivo de desenvolver ações para a consolidação dessas práticas. Estas equipas foram e são constituídas essencialmente por professores e funcionários com interesse pela sustentabilidade, mas cujas funções nucleares (ensino, investigação, serviços à comunidade ou internos) são fora desta área, podendo assumir (ou assumindo efetivamente) uma prioridade menor. De tal forma que a falta de disponibilidade de tempo leva a que as reuniões sejam poucas e espaçadas no tempo. Por outro lado, estas equipas funcionam como mão-de-obra gratuita, às quais não se exigem resultados. Estes grupos podem ser uma força adicional

para que as práticas de sustentabilidade sejam realizadas e divulgadas, mas em nada se assemelha à criação de unidades próprias de sustentabilidade. Daí que as IES estudadas destaquem a necessidade urgente de terem pessoal dedicado por inteiro, ou quase por inteiro, a este tema, destacando a importância dos departamentos de sustentabilidade referida por Richardson e Kachler (2016).

Foram ainda identificadas dificuldades acrescidas por algum amadorismo na elaboração dos relatórios e a necessidade de os responsáveis possuírem formação técnica na área. Por outro lado, esta investigação permitiu também verificar que, face à pouca disponibilidade dos grupos internos criados, a solução em algumas IES consiste em terem estudantes de cursos de pós graduação a realizar trabalhos sobre a sustentabilidade na instituição.

Este trabalho permitiu também, à semelhança do estudo de Lozano *et al.* (2013) na Universidade de Leeds, observar o reduzido envolvimento e auscultação dos *stakeholders*, como espectável, dado o estado inicial do relato. Uma maior relevância aos *stakeholders* é um passo a dar, depois de o processo de relato estar relativamente consolidado. Assim, quatro das IES analisadas não comunicaram com os *stakeholders* para identificar os seus interesses relativamente aos aspetos relatados e apenas duas demonstraram essa preocupação, tendo construído matrizes de materialidade, identificando os temas mais importantes para os seus *stakeholders* internos (estudantes, professores e funcionários) e dando maior prioridade aos respetivos indicadores.

Para além da importância atribuída aos interesses dos *stakeholders*, outro promotor relevante do desenvolvimento sustentável e seu relato, destacado por Disterheft *et al.* (2015), é o apoio à comunidade académica pelas direções das IES. Todas as IES analisadas revelaram existir este suporte, existindo a consciência da importância e do impacto que uma mudança de direção pode ter e a perceção de que, apesar do movimento *bottom-up* ser importante, mais importante será o movimento *top-down*, sem o qual nada poderá ser feito.

A literatura (Lozano, 2006b) alerta também para a ausência de diretrizes para as IES, que poderiam ser um importante incentivo ao relato sobre sustentabilidade. De facto, esta inexistência de orientações sobre como organizar o relato faz com que as IES, mesmo que o queiram fazer, não saibam o que podem e devem relatar. É considerado pelas instituições analisadas que as diretrizes existentes ainda se encontram pouco alinhadas com as IES mas que, face à falta de alternativas, tem existido um esforço suplementar em cada instituição para adaptar as diretrizes à sua realidade, tendo a UMinho já adotado no seu último relatório as diretrizes G4 da GRI.

Constatou-se também que, conforme verificado por Lozano *et al.* (2013), a assinatura de declarações internacionais de promoção da sustentabilidade não

garante um comprometimento com a prática de ações sustentáveis, mas pode ser um fator de motivação e responsabilização. Contudo, nenhuma das IES Portuguesas analisadas declarou ter assinado tais declarações, apesar de todas pertencerem a organizações direcionadas para a sustentabilidade e de todas destacarem a importância dessas parcerias para o seu desenvolvimento sustentável e respetivo relato.

Para a maior parte dos entrevistados a melhor solução para que as IES dediquem maior atenção a este tema será tornar os relatórios de sustentabilidade obrigatórios nas IES. Um dos entrevistados destaca que as IES, visando o ensino e a investigação e não o lucro, poderiam ser obrigadas a produzir relatórios não financeiros como o relatório de sustentabilidade, dadas as suas responsabilidades para além das financeiras.

Por fim, investigou-se as expectativas sobre a prática futura do relato de sustentabilidade. Apesar dos esforços desenvolvidos, não são expectáveis grandes avanços nos próximos anos, pois o processo de relato necessita de ser construído praticamente de raiz. A instituição no nível mais avançado de relato, a UMinho, planeia que a divulgação de relatórios de sustentabilidade permanecerá uma prioridade nos próximos anos porque, de acordo com o entrevistado, o processo já está bastante enraizado na instituição, assumindo a mesma importância dos relatórios obrigatórios. Todavia, nas restantes instituições os objetivos passam, ainda, por voltar a relatar sobre sustentabilidade ou melhorar o seu (reduzido) relato, estando, contudo, conscientes das dificuldades.

## **6. Conclusão, limitações, pistas para investigações futuras e recomendações**

Esta investigação evidencia que, a nível nacional, o relato de sustentabilidade encontra-se numa fase ainda inicial, encontrando-se as suas conclusões em linha com o panorama descrito na literatura. Nas IES existe já a preocupação com a sustentabilidade e a crescente necessidade de incorporar o desenvolvimento sustentável nas suas atividades diárias; porém, apesar de serem realizadas várias práticas de sustentabilidade, estas são realizadas de forma isolada e poucas vezes relatadas.

Em Portugal existe uma instituição, a UMinho, num estado mais avançado de relato de sustentabilidade, sendo a única que, atualmente, relata anualmente sobre sustentabilidade através de relatórios independentes, desde que iniciou o processo em 2010. O foco das restantes IES estudadas consiste em voltar a relatar ou em relatar pela primeira vez.

As entrevistas realizadas mostram que o processo de elaboração de relatórios nas IES é motivado por forças estratégicas comunicacionais, causadas por pressões

internas, impulsionadas por influências da comunidade académica mas também muito dependentes da vontade das direções das IES, com significativa capacidade de implementar práticas de desenvolvimento e relato de sustentabilidade.

A institucionalização dos relatórios de sustentabilidade nas IES portuguesas é limitada por fatores como a ausência de processos de envolvimento dos *stakeholders*, a rigidez e burocracia das estruturas académicas, a falta de recursos financeiros e de pessoal especializado, a ausência do tema da sustentabilidade nos planos de curso e nos projetos de investigação e a falta de diretrizes. Todavia, o obstáculo mais significativo é a escassez de recursos humanos. Os entrevistados convergem em afirmar que não é possível continuar com mão-de-obra gratuita e não especializada na área, como professores, funcionários e estudantes de pós graduação, e defendem uma estrutura com especialistas na área, que sejam avaliados e remunerados por esse trabalho. Assim, as IES devem ter objetivos de sustentabilidade assumidos através de um compromisso institucional, traduzindo-se na criação de departamentos / unidades dedicadas exclusivamente ou prioritariamente à sustentabilidade, grandes promotores do respetivo relato.

O trabalho realizado permite concluir que o caminho a percorrer pelas IES Portuguesas é ainda bastante longo, que requer a união de todos os elementos das estruturas universitárias, nomeadamente a participação da comunidade académica, o envolvimento das partes externas e a consciencialização dos órgãos de poder.

Entende-se que a investigação realizada fornece uma visão geral do relato de sustentabilidade do sistema de ensino superior em Portugal, na medida em que foram estudadas as IES que se identificou, à data da investigação, terem um maior nível de relato – mas havendo ainda um número reduzido de IES. Quando houver uma maior quantidade e qualidade de relatórios será possível realizar novas investigações quantitativas ou qualitativas sobre a institucionalização da produção desses relatórios. Apesar das suas limitações, este trabalho representa um passo inicial e pode contribuir para que as IES Portuguesas saibam como melhorar os seus desempenhos.

Os trabalhos futuros podem visar soluções para as barreiras identificadas, apresentando soluções para criar departamentos de sustentabilidade eficazes e com um custo suportável pelas IES ou criar mecanismos de maior envolvimento e diálogo com os *stakeholders* internos e externos. Poderão igualmente realizar-se estudos comparativos aprofundados sobre a implementação do relato no setor do ensino superior comparativamente com outros sectores e identificar causas das diferenças encontradas.

A finalizar, apresenta-se uma recomendação. O carácter concorrencial entre IES é muito reduzido, pelo menos quando comparado com o setor corporativo. Tal poderia potenciar que as IES Portuguesas, à semelhança do que já aconteceu em



outros países, colaborassem na partilha de informações e experiências. Tal seria um incentivo para seguir os bons exemplos do caso português identificado e de outras IES internacionais, tendo este trabalho avançado propostas sobre a operacionalização desta cooperação.

## Referências

Albrecht, P., Burandt, S. e Schaltegger, S. (2007) Do sustainability projects stimulate organizational learning in universities? *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 8(4), pp.403-415.

Aleixo, A. M., Azeiteiro, U. M. e Leal, S. (2016) Toward sustainability through higher education: Sustainable development incorporation into portuguese higher education institutions. In W. L. Filho e J. P. Davim (editores). *Challenges in Higher Education for Sustainability*, pp.159-187. Londres: Springer International Publishing.

Alonso-Almeida, M., Llach, J., e Marimon, F. (2014) A closer look at the 'Global Reporting Initiative' sustainability reporting as a tool to implement environmental and social policies: A worldwide sector analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(6), pp.318-335.

Alonso-Almeida, M., Marimon, F., Casani, F. e Rodriguez-Pomeda, F. (2015) Diffusion of sustainability reporting in universities: current situation and future perspectives. *Journal of cleaner production*, 106, pp.144-154.

Alshuwaikhat, H. M. e Abubakar, I. (2008) An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. *Journal of Cleaner Production*, 16(16), pp.1777-1785.

Bartolini, C. M. (2014) "The Incorporation of Sustainability in Higher Education: A Research Synthesis", Education Student Publications. Paper 2. Merrimack College.

Blewitt, J. (editor) (2014) *Understanding sustainable development - 2ª edição*. Londres: Routledge.

Brinkhurst, M., Rose, P., Maurice, G. e Ackerman, J. D. (2011) Achieving campus sustainability: top-down, bottom-up, or neither?. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12(4), pp.338-354.

Ceulemans, K., Lozano, R. e Alonso-Almeida, M. (2015) Sustainability reporting in higher education: Interconnecting the reporting process and or-

ganisational change management for sustainability. *Sustainability*, 7(7), pp. 8881–8903.

Ceulemans, K., Molderez, I. e Liedekerke, L. (2014) Sustainability reporting in higher education: a comprehensive review of the recent literature and paths for further research. *Journal of Cleaner Production*, 106, pp.127–143.

Cole, L. (2003) “Assessing sustainability on Canadian University campuses: development of a campus sustainability assessment framework”, Dissertação de Mestrado em Gestão do Ambiente, Royal Roads University, Victoria.

Cornelius, N., Wallace, J. e Tassabehji, R. (2007) An analysis of corporate social responsibility, corporate identity and ethics teaching in business schools. *Journal of Business Ethics*, 76(1), pp.117–135.

Daub, C. H. (2007) Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), pp.75–85.

Davis, G. e Searcy, C. (2010) A review of Canadian corporate sustainable development reports. *Journal of Global Responsibility*, 1(2), pp.316–329.

Disterheft, A., Caeiro S., Azeiteiro, U. M. e Filho, W. L. (2015) Sustainable universities – a study of critical success factors for participatory approaches. *Journal of Cleaner Production*, 106, pp.11–21.

Disterheft, A., Caeiro, S., Ramos, M. R. e Azeiteiro, U. M. (2012) Environmental Management Systems (EMS) implementation processes and practices in European higher education institutions – Top-down versus participatory approaches. *Journal of Cleaner Production*, 31, pp.80–90.

DGES (2017), *Cursos e Instituições*. Disponível em [http://www.dges.gov.pt/pt/pesquisa\\_cursos\\_instituicoes?plid=372](http://www.dges.gov.pt/pt/pesquisa_cursos_instituicoes?plid=372). Consultado em Março de 2017.

Eccles, R. G. e Krzus, M. P. (editores) (2010) *One report: Integrated reporting for a sustainable strategy*. Nova Jersey, EUA: John Wiley e Sons, Inc.

Filho, W. L. (2010) Teaching sustainable development at university level: current trends and future needs. *Journal of Baltic Science Education*, 9(4), pp.273–284.

Fonseca, A., Macdonald, A., Dandy, E. e Valenti, P. (2011) The state of sustainability reporting at Canadian universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12(1), pp.22–40.





Fouto, A. R. F. (2002) “O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais”, Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

Frey, M., Melis, M. e Vagnoni, E. (2008) “Recent developments in social and environmental reporting among Italian Universities: a critical evaluation of leading edge practices”, second Italian conference on Social and Environmental Accounting Research, Rimini, 17-19 September.

Gallego-Alvarez, I., Rodríguez-Domínguez, L. e García-Sánchez, I. M. (2011) Information disclosed online by Spanish universities: content and explanatory factors. *Online Information Review*, 35(3), pp.360-385.

Godemann, J., Haertle, J., Herzig, C. e Moon, J. (2014) United Nations supported principles for responsible management education: purpose, progress and prospects. *Journal of Cleaner Production*, 62, pp.16-23.

GRI - Global Reporting Initiative (2006), *Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade G3 - Versão 3*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>. Consultado em Março de 2017.

GRI - Global Reporting Initiative (2011), *Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade G3.1 - Versão 3.1*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>. Consultado em Março de 2017.

Hazelton, J. e Haigh, M. (2010) Incorporating sustainability into accounting curricula: lessons learnt from an action research study. *Accounting Education: an international journal*, 19 (1 e 2), pp.159-178.

Herremans, I. e Allwright, D. E. (2000) Environmental management systems at North American universities: what drives good performance?. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 1(2), pp.168-181.

Jabbour, J. C. C. (2010) Greening of business schools: a systemic view. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 11(1), pp.49-60.

Jensen, J. C. e Berg, N. (2012) Determinants of traditional sustainability reporting versus integrated reporting. An institutionalist approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), pp.299-316.

Kanter, R. M. (editor) (1999) *The change masters corporate entrepreneurs at work*. Londres: International Thomson Business Press.

Kemp, R. e Volpi M. (2008) The diffusion of clean technologies: a review with suggestions for future diffusion analysis. *Journal of Cleaner Production*, 16(5), pp.S14-S21.

Kolk, A. (2008) Sustainability, accountability and corporate governance: exploring multinationals reporting practices. *Business Strategy and the Environment*, 17(1), pp.1-15.

Lange, D. E. (2013) How do universities make progress? Stakeholder-related mechanisms affecting adoption of sustainability in University curricula. *Journal of Business Ethics*, 118(1), pp.103-116.

Lozano, R. (2006a) Incorporation and institutionalization of SD into universities: breaking through barriers to change. *Journal of cleaner production*, 14(9-11), pp.787-796.

Lozano, R. (2006b) A tool for a Graphical Assessment of Sustainability in Universities (GASU). *Journal of cleaner production*, 14(9-11), pp.963-972.

Lozano, R. (2011) The state of sustainability reporting in universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12 (1), pp.67-78.

Lozano, R. e Huisinigh, D. (2011) Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 19(2-3), pp.99-107.

Lozano, R., Llobet, J. e Tideswell, G. (2013) The process of assessing and reporting sustainability at universities: preparing the report of the University of Leeds. *Revista Internacional de Tecnología, Sostenibilidad y Humanismo*, 8, pp.85-112.

Lukman, R. e Glavič, P. (2007) What are the key elements of a sustainable university?. *Clean Technologies and Environmental Policy*, 9(2), pp.103-114.

Madeira, A. C. (2008) “Indicadores de sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior”, Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Madeira, A. C., Carravilla, M. A., Oliveira, J. F. e Costa, C. A. (2011) A methodology for sustainability evaluation and reporting in higher education institutions. *Higher Education Policy*, 24(4), pp.459-479.

Ramos, T. e Pires, S. M. (2013) Sustainability assessment: The role of indicators. In Caeiro S., Filho W. L., Jabbour C. e Azeiteiro U. M. (editores). *Sustainability Assessment Tools in Higher Education Institutions*, pp.81-99. Londres: Springer International Publishing.



Richardson, A. J. e Kachler M. D. (2016) “University Sustainability Reporting: A review of the literature and development of a model”, Handbook on Sustainability in Management Education. Universidade de Windsor, Ontário.

Romolini, A., Fissi, S. e Elena, G. (2015) Quality disclosure in sustainability reporting: Evidence from universities. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 11(44), pp.196–218.

Rosenbloom, D. (2010) Are Canadian universities taking sustainability seriously? A case study analysis of sustainability initiatives at three Canadian campuses and the lessons decision-makers can learn from these efforts. *ISEMA: Perspectives on Innovation, Science and the Environment*, 5, pp.1–24.

Shriberg, M. (2002) Institutional assessment tools for sustainability in higher education: strengths, weaknesses, and implications for practice and theory. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 3(3), pp.254–270.

Smith, N. C. e Lensen, G. (2008) Mainstreaming Corporate Responsibility: An Introduction to the Special Issue. *Journal of Business Ethics Education*, 5, pp.59–62.

Velazquez, L., Munguia, N., Platt, A. e Taddei, J. (2006) Sustainable university: what can be the matter?. *Journal of Cleaner Production*, 14(9–11), pp.810–819.

White, G. B. e Koester, R. J. (2012) STARS and GRI: tools for campus greening strategies and prioritizations. *Sustainability: The Journal of Record*, 5(2), pp.100–106.

Wright, T. (2002) “The effect of the halifax declaration on Canadian signatory universities: a tenth year anniversary retrospect. Policy, change and environmental sustainability in the university”, Tese de doutoramento, Universidade de Alberta, Edmonton.

## Legislação

Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - Diário da República n.º 174/2007.

## Relatórios das IES

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2007), *Relatório de Sustentabilidade 2006*. Disponível em [https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=259429&pct\\_parametros=p\\_pagina=259429&pct\\_grupo=46707&pct\\_grupo=46703#46703](https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=259429&pct_parametros=p_pagina=259429&pct_grupo=46707&pct_grupo=46703#46703). Consultado em Março de 2017.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2008), *Relatório de Sustentabilidade 2007*. Disponível em [https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=259429&pct\\_parametros=p\\_pagina=259429&pct\\_grupo=46707&pct\\_grupo=46703#46703](https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=259429&pct_parametros=p_pagina=259429&pct_grupo=46707&pct_grupo=46703#46703). Consultado em Março de 2017.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2009), *Relatório de Sustentabilidade 2008*. Disponível em [https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=259429&pct\\_parametros=p\\_pagina=259429&pct\\_grupo=46707&pct\\_grupo=46703#46703](https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=259429&pct_parametros=p_pagina=259429&pct_grupo=46707&pct_grupo=46703#46703). Consultado em Março de 2017.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2010), *Relatório de Sustentabilidade 2009*. Disponível em [https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=259429&pct\\_parametros=p\\_pagina=259429&pct\\_grupo=46707&pct\\_grupo=46703#46703](https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=259429&pct_parametros=p_pagina=259429&pct_grupo=46707&pct_grupo=46703#46703). Consultado em Março de 2017.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2011), *Relatório de Sustentabilidade 2010*. Disponível em [https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=259429&pct\\_parametros=p\\_pagina=259429&pct\\_grupo=46707&pct\\_grupo=46703#46703](https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=259429&pct_parametros=p_pagina=259429&pct_grupo=46707&pct_grupo=46703#46703). Consultado em Março de 2017.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2012), *Relatório de Sustentabilidade 2011*. Disponível em [https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=259429&pct\\_parametros=p\\_pagina=259429&pct\\_grupo=46707&pct\\_grupo=46703#46703](https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=259429&pct_parametros=p_pagina=259429&pct_grupo=46707&pct_grupo=46703#46703). Consultado em Março de 2017.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2013), *Relatório de Sustentabilidade 2012*. Disponível em [https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=259429&pct\\_parametros=p\\_pagina=259429&pct\\_grupo=46707&pct\\_grupo=46703#46703](https://sigarra.up.pt/feup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=259429&pct_parametros=p_pagina=259429&pct_grupo=46707&pct_grupo=46703#46703). Consultado em Março de 2017.

Instituto Politécnico de Leiria (2016), *Relatório de Atividades 2015*. Disponível em [https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relatorio-Atividades-IPL-2015\\_pos-CGeral\\_FINAL.pdf](https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relatorio-Atividades-IPL-2015_pos-CGeral_FINAL.pdf). Consultado em Março de 2017.

Instituto Politécnico de Leiria (2017), *Plano de Atividades 2017*. Disponível em [https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2017/04/IPL\\_Plano-Atividades-2017\\_CGeral-2017-04-17\\_FINAL.pdf](https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2017/04/IPL_Plano-Atividades-2017_CGeral-2017-04-17_FINAL.pdf). Consultado em Março de 2017.

Instituto Politécnico de Leiria (2017), *Plano Estratégico Politécnico de Leiria 2020*. Disponível em [https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2017/05/Plano-Estrategico-2020\\_pt\\_spreads.pdf](https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2017/05/Plano-Estrategico-2020_pt_spreads.pdf). Consultado em Março de 2017.

Instituto Superior de Engenharia do Porto (2012), *Relatório de sustentabilidade 2011*. Disponível em <http://www.isep.ipp.pt/new/viewnew/3157>. Consultado em Março 2017.



Universidade de Aveiro (2014), *Estratégia para o Campus Sustentável da UA 2014-2020*. Consultado em Março de 2017.

Universidade de Aveiro (2016), *Plano de atividades da UA para 2017*. Disponível em <https://www.ua.pt/conselho geral/page/15440>. Consultado em Março de 2017.

Universidade da Beira Interior (2016), *Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2015*. Disponível em <https://www.ubi.pt/Ficheiros/Entidades/90919/Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades%202015%20VF.pdf>. Consultado em Março de 2017.

Universidade de Coimbra (2016), *Relatório de Gestão e Contas 2015*. Disponível em [http://www.uc.pt/dpgd/doc\\_gestao/Relatorio\\_de\\_gestao\\_e\\_contas\\_2015.pdf](http://www.uc.pt/dpgd/doc_gestao/Relatorio_de_gestao_e_contas_2015.pdf). Consultado em Março de 2017.

Universidade de Coimbra - Serviços de Ação Social (2016), *Relatório de Atividades dos Serviços de Acção Social 2015*. Disponível em <https://www.uc.pt/sasuc/SobreNos/Relatorios/RA-SASUC-2015.pdf>. Consultado em Março de 2017.

Universidade de Lisboa (2016), *Relatório de Gestão e de Atividades 2015*. Disponível em [https://www.ulisboa.pt/wp-content/uploads/Relatorio\\_Atividades\\_2015\\_V2.pdf](https://www.ulisboa.pt/wp-content/uploads/Relatorio_Atividades_2015_V2.pdf). Consultado em Março de 2017.

Universidade do Minho (2013), *Plano estratégico UMinho 2020*. Disponível em <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Informacao-Institucional/Plano%20estrategico/plano-estrategico-uminho-2020.pdf>. Consultado em Março de 2017.

Universidade do Minho (2014), *Relatório de Sustentabilidade 2012-2013*. Disponível em [https://www.uminho.pt/PT/uminho/Informacao-Institucional/Relatorios/relat%C3%B3rio\\_sustentabilidade\\_2012\\_2013.pdf](https://www.uminho.pt/PT/uminho/Informacao-Institucional/Relatorios/relat%C3%B3rio_sustentabilidade_2012_2013.pdf). Consultado em Março de 2017.

Universidade do Minho (2015), *Relatório de Sustentabilidade 2014*. Disponível em [https://www.uminho.pt/PT/uminho/Informacao-Institucional/Relatorios/relat%C3%B3rio\\_sustentabilidade\\_2014.pdf](https://www.uminho.pt/PT/uminho/Informacao-Institucional/Relatorios/relat%C3%B3rio_sustentabilidade_2014.pdf). Consultado em Março de 2017.

Universidade do Minho (2016), *Relatório de Sustentabilidade 2015*. Disponível em <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Informacao-Institucional/Relatorios/Relatório%20de%20Sustentabilidade%202015.pdf>. Consultado em Maio de 2017.

## Anexo

Identificação das IES cujos documentos públicos nos seus *websites* institucionais (nomeadamente relatórios autónomos de sustentabilidade, relatórios e planos de atividades, planos estratégicos e relatórios de contas e de gestão) foram consultados com o objectivo de identificar a existência presente ou passada de relato de sustentabilidade (consulta em Março de 2017).

Universidades					
Públicas			Privadas		
Universidade da Beira Interior	Universidade de Aveiro	Universidade de Coimbra	Atlântica – Escola Universitária de Ciências Empresariais, Saúde, Tecnologias e Engenharia	Escola Superior Artística do Porto	Escola Superior Gallaecia
Universidade de Lisboa	Universidade do Minho	Instituto Universitário de Lisboa	Escola Universitária Vasco da Gama	Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada	Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Viseu
Universidade Aberta	Universidade da Madeira	Universidade de Évora	Instituto Superior de Gestão	Instituto Superior de Serviço Social do Porto	Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
Universidade do Algarve	Universidade do Porto	Universidade dos Açores	Instituto Superior Miguel Torga	Instituto Universitário da Maia – ISMAI	Instituto Universitário de Ciências da Saúde
Universidade Nova de Lisboa	Universidade de Trás os Montes e Alto Douro		Instituto Universitário Egas Moniz	ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida	Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões
			Universidade Católica Portuguesa	Universidade Europeia	Universidade Fernando Pessoa
			Universidade Católica Portuguesa	Universidade Europeia	Universidade Fernando Pessoa
			Universidade Lusíada	Universidade Lusíada – Norte	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
			Universidade Lusófona do Porto	Universidade Portucalense Infante D. Henrique	



Institutos Politécnicos					
Públicos			Privados		
Instituto Politécnico de Leiria	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	Academia Nacional Superior de Orquestra	Conservatório Superior de Música de Gaia	Escola Superior de Artes Decorativas
Escola Superior de Enfermagem do Porto	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	Escola Superior de Atividades Imobiliárias	Escola Superior de Educação de Fafe	Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
Instituto Politécnico da Guarda	Instituto Politécnico de Beja	Instituto Politécnico de Bragança	Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo	Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny	Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Instituto Politécnico de Coimbra	Instituto Politécnico de Lisboa	Escola Superior de Saúde Atlântica	Escola Superior de Saúde de Santa Maria	Escola Superior de Saúde Egas Moniz
Instituto Politécnico de Portalegre	Instituto Politécnico de Santarém	Instituto Politécnico de Setúbal	Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Vila Nova de Gaia	Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa	Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget
Instituto Politécnico de Tomar	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Instituto Politécnico de Viseu	Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa	Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa	Instituto Superior D. Dinis
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	Instituto Politécnico do Porto		Instituto Superior de Administração e Línguas	Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração	Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro
			Instituto Superior de Comunicação Empresarial	Instituto Superior de Gestão Bancária	Instituto Superior de Paços de Brandão
			Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa	Instituto Superior Politécnico Gaya	ISEC Lisboa - Instituto Superior de Educação e Ciências

Institutos Politécnicos			
Públicos		Privados	
	ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Leiria	CESPU - Instituto Politécnico de Saúde Do Norte	Escola Superior Artística de Guimarães
	Escola Superior de Artes e Design	Escola Superior de Educação de Almeida Garrett	Escola Superior de Educação de João de Deus
	Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada	Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich	Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado
	Escola Superior de Negócios Atlântico	Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa	Escola Superior de Saúde do Alcoitão
	Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve	Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu	Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches
	Escola Superior de Tecnologias de Fafe	Instituto Politécnico da Maia	Instituto Português de Administração de Marketing do Porto
	Instituto Superior de Administração e Gestão	Instituto Superior de Ciências da Administração	Instituto Superior de Ciências Educativas
	Instituto Superior de Ciências Empresariais e Do Turismo	Instituto Superior de Entre Douro e Vouga	Instituto Superior de Novas Profissões
	Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa (Porto)	Instituto Superior Politécnico do Oeste	ISAVE - Instituto Superior de Saúde
	ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia	ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém	

Instituições de Ensino Superior Público Militar e Policial					
Universidades					
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	Instituto Universitário Militar				





# **Análise Económico-financeira de uma Unidade Apícola na Serra da Gardunha**

**Ana Sofia Garcia Ramos**

Universidad de Sevilla

Pabellón de México. Paseo de las Delicias S/N. 41013. Sevilla

ramosg.sofia@gmail.com





## **Análise Económico-financeira de uma Unidade Apícola na Serra da Gardunha**

### **Resumo**

A atividade apícola, face à crescente biodiversidade do território Português, garante a sustentabilidade nas explorações agrícolas, contribui como fonte de rendimento para os agricultores e, em simultâneo, dinamiza as regiões nas quais se insere. No que se concerne ao ponto de equilíbrio entre o impacto social e ambiental das regiões é, fundamental, aumentar a produtividade através do alargamento de produtos e serviços inerente à atividade apícola. A preservação dos ecossistemas carece da ação polinizadora das abelhas e do estímulo a este tipo de atividade. Este artigo fundamentou-se, por um lado, na revisão da literatura, conceitos, legislação e normas que regulam a atividade apícola e, por outro lado, no estudo da viabilidade económico-financeira com a análise de um projeto de investimento baseada em requisitos estratégicos, técnicos, económicos e financeiros, permitindo analisar e avaliar o seu sucesso empresarial. Este artigo verifica que existem diferentes variáveis que influenciam o sucesso do projeto e a viabilidade deste tipo de unidade. Em suma, este artigo apresenta uma análise de um projeto de investimento que contribuiu para a uma aposta realista à implementação de uma unidade apícola, favorecendo a sustentação do rendimento da atividade apícola e a promoção do turismo da região.

**Palavras-chave:** Viabilidade económico-financeira; Projeto de investimento; unidade apícola

### **Abstract**

The beekeeping activity, given the growing biodiversity of the Portuguese territory, plays a fundamental role in the sustainability of the agricultural holdings and contributing as a source of income for farmers and, simultaneously, in boosting regions where they belong. Regarding the balance point between the social and environmental impact of the regions, it is fundamental to increase productivity through the expansion of products and services inherent to the beekeeping activity. The preservation of ecosystems lacks the pollinating action of bees and the encouragement of this type of activity. This study is based, by one side, on the review of the literature, concepts, legislation and standards that regulate the beekeeping activity and, on the other side, the study of economic and financial assessment with the investment project analysis based on strategic, technical, economic and financial requirements, allowing to analyze and to evaluate the firm success. This article ve-

rifies that there are different variables that influence the project's success and the viability of this type of unit. In short, this paper presents an investment project analysis, which contributes to a realistic commitment to the implementation of a beekeeping unit, favoring the sustainability of the income of the beekeeping activity and the promotion of tourism in the region.

**Keywords:** Economic-financial viability; investment project; beekeeping unit



## 1. Introdução

A apicultura é uma atividade de grande importância económica, sendo considerada como um importante complemento ao rendimento nas explorações agrícolas. Para além de ser uma atividade de fácil manutenção e de reduzido investimento inicial, esta atividade desperta muito interesse em diversos segmentos da sociedade por se tratar de uma atividade que é social, económica e ambientalmente sustentável (Bradbear, 2004).

Esta atividade económica, também, é considerada uma atividade socialmente sustentável, por desenvolver a utilização dos produtos apícolas para fins alimentares e terapêuticos, como uma das práticas mais universais e que remonta às mais antigas civilizações. Na época contemporânea e nos países ocidentais, o valor da apiterapia decaiu, sendo apenas a partir da segunda metade do século XX que a apiterapia recomeçou a suscitar um crescente interesse nas sociedades ocidentais. Em Portugal, no que respeita aos produtos apícolas, à exceção do mel, a sua oferta é reduzida, abastecendo a indústria e o comércio com produtos importados (Abreu *et al.*, 2009).

Assim, é considerada uma atividade economicamente sustentável, como forma de ocupação e de empregabilidade no setor agrícola permitindo obter um rendimento, possibilitando o incremento do mesmo e, conseqüentemente, contribuindo para o equilíbrio do ecossistema e a manutenção da biodiversidade.

Relativamente à sustentabilidade ambiental, esta atividade garante a polinização de espécies, preservação dos ecossistemas, bem como para a própria saúde do Homem, pelos benefícios existentes nos diversos produtos apícolas. Sem dúvida, que o mel e cera têm grande valor de mercado pelas inúmeras aplicações. A geleia real é uma fonte de energia para a saúde e a apitoxina é utilizada como medicamento para diversos fins terapêuticos.

Nesta medida, o presente artigo apresenta uma análise de uma unidade apícola que visa o desenvolvimento sustentável numa região periférica, na Serra da Gardunha, ao mesmo tempo que promove a gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, privilegiando a oferta de produtos não agressivos à natureza e, no global, preservando o meio ambiente. Para concretizar tal processo, desenvolveu-se, por um lado, a análise de um projeto de investimento baseada em estudos com requisitos estratégicos, ao mesmo tempo que se debate com estudos económicos e financeiros da unidade apícola, permitindo analisar a sua rentabilidade e, conseqüentemente, a sua avaliação (Barros, 2008).

Face ao exposto, o artigo estuda a viabilidade de uma unidade apícola e pretende responder à seguinte questão: *Qual é a viável económica e financeira de uma unidade apícola no concelho do Fundão?* Esta análise é subdividida em duas aná-

lises complementares: análise financeira; e análise económica. No que se refere à análise financeira, a mesma estuda, no quadro das condições atuais e futuras, os processos de investimento e financiamento que devem ser, suficientemente, remunerados e reembolsados e uma análise económica considerando que os rendimentos gerados no futuro superam os gastos realizados num determinado período de tempo.

## **2. Enquadramento Teórico**

### **2.1 Análise do projeto de investimento**

O investimento é uma ação que visa obter uma determinada rentabilidade e para tal é essencial fazer a sua avaliação, quer numa perspetiva microeconómica, quer numa perspetiva macroeconómica, dependendo da aplicabilidade dos recursos inseridos (Neves, 2000a). Num processo de elaboração de um projeto de investimento torna-se importante definir o âmbito de aplicação do investimento, a sua rentabilidade e principalmente, o objetivo final que se pretende alcançar (Neves, 2000b). Na fase de planeamento é importante analisar: a definição de sucesso e fracasso, alvos, objetivos, políticas e orientações; assim como os níveis de aceitabilidade ou de envolvimento no projeto de investimento; os aspetos comportamentais do projeto e os respetivos prémios de risco; o nível de rentabilidade, positiva e negativa, quer em termos financeiros, quer em termos económicos; os processos de gestão e relações daí resultantes para o projeto. Neste sentido é necessário seguir um fio condutor que pode ser representado por fases, as quais incluem aspetos necessários à sua implementação. Durante a elaboração de um projeto de investimento tem que se ter em conta cinco fases essenciais ao seu desenvolvimento para se conseguir obter com sucesso.

A primeira fase conhecida pela identificação do projeto, considerada a mais importante de todas formalizando as ideias que se pretende e por ser uma fase onde se efetua um levantamento das necessidades estratégicas e identificação das oportunidades de investimentos. A segunda fase diz respeito à preparação de vários estudos nomeadamente, técnicos, económicos, financeiros, jurídicos e políticos o que permite que os mesmos prossigam à fase de análise. É a partir destes estudos que se efetua o registo previsional dos rendimentos e gastos desse mesmo projeto. A terceira fase pode revelar a tomada de decisão final quanto à realização ou não do projeto. Esta análise segue duas óticas sendo a análise financeira sob o ponto de vista da rentabilidade empresarial e a análise económica sob o ponto de vista da rentabilidade para a coletividade. Na quarta fase, o projeto encontra-se pronto para a tomada de decisão, podendo ser aceite ou rejeitado dependendo da satisfação das perspetivas da entidade promotora. Esta mesma decisão tem que ser efetuada com máxima consciência, para que se for



aceite passar-se á fase seguinte de execução. Na quinta fase procede-se à revisão dos estudos realizados e efetuados do calendário de realização de projetos, sendo que nesta fase decorrem as ações necessárias para pôr em funcionamento o projeto nomeadamente: a construção civil, a montagem de equipamentos, o recrutamento e formação de pessoal, entre outros.

Face ao exposto será ainda de considerar que o processo produtivo para conseguir obter um serviço tem inúmeros fatores que podem influenciar a escolha das técnicas para atingir o resultado obtido. Entre as técnicas que se apresentam ao investidor distinguem-se as matérias, os fatores produtivos e a qualidade do produto final. Por último, não menos importante é a localização do projeto de investimento. Este deve ser considerado como um elemento importante para o seu êxito, quanto maior for a proximidade entre o produtor e o consumidor menores serão os custos de deslocação e de distribuição (Barros, 2008).

A análise de projetos de investimento pode ser feita por duas formas de avaliação. A avaliação financeira tem como objetivo a determinação dos recursos financeiros, que consistem nos capitais próprios e nos empréstimos que por sua vez podem ser recuperados e remunerados adequadamente durante o período de vida económica do projeto. A avaliação económica deve averiguar se o projeto está inserido num sector determinante para o desenvolvimento da economia e se contribuirá para o desenvolvimento do sector e se os benefícios económicos gerados serão ou não superiores aos recursos aplicados.

Segundo Ricciulli (2010), a teoria financeira apresenta um maior número de técnicas de análise de investimento e são cada vez mais sofisticadas, sendo substituídas por outras mais representativas da complexidade a sistematizar. A aceitação ou a rejeição do projeto é proveniente da comparação entre a rendibilidade obtida para o capital investido e o custo desse mesmo capital. Neste caso se o custo do capital for inferior a rendibilidade a decisão será no sentido de aceitar o projeto e, caso contrário, será de rejeitar.

Para fundamentar a decisão final são desenvolvidas análises com base nos *cash-flows* que permitem a comparação entre os fluxos financeiros atualizados associados ao projeto de investimento. O resultado é um valor final positivo, negativo ou igual a zero, aos quais correspondem a decisão de aceitar ou rejeitar o projeto. Portanto a comparação entre fluxos de entrada e saída de dinheiro ocorrem com a realização do projeto de investimento e que podem ser atualizados. O somatório dos *cash-flows* esperados em cada um dos períodos de realização do projeto comparado com o pagamento do investimento corresponde a medida de mérito para o projeto e que se designa por Valor Atual Líquido (VAL). A determinação do Valor Atual Líquido de um projeto requer as seguintes etapas: fixar a taxa de atualização; determinar o *cash-flow* investido e de exploração; atualizar todos os *cash-flows*; somar os *cash-flows* de exploração atualiza-

dos e os de investimento; subtrair o valor atual dos cash-flows de exploração ao *cash-flow* de investimento.

Segundo Pike e Neale (1999) pode associar-se ao VAL o cálculo da Taxa Interna de Rendibilidade (TIR), sendo que esta taxa de atualização torna nulo o VAL de um projeto de investimento. A TIR permite avaliar os projetos de uma forma imediata, selecionando os projetos cuja TIR se situa acima de um valor dado predefinido e eliminando aqueles cuja TIR está abaixo desse valor. De acordo com os cash-flows, também é possível calcular o prazo de recuperação do investimento, é um método que procura indicar qual o período de recuperação do capital investido.

A análise com base no risco pode afetar vários elementos de um investimento nomeadamente, o capital investido, os *cash-flows* esperados, a duração de vida do projeto, o valor residual e a taxa de atualização escolhida. Segundo Vernimmen *et al.* (2009), os critérios de análise com base no risco foram evoluindo, podendo atualmente subdividir os critérios em tradicionais e modernos.

Relativamente aos critérios tradicionais, estes permitem tomar uma decisão em face de variantes alternativas e são de aplicação fácil. Estes critérios são o prazo de recuperação do capital investido, ponto crítico, elevação da taxa de atualização, redução do período de vida do equipamento, não entrar em linha de conta com o valor residual dos equipamentos e correção dos cash-flows de investimento. Referente aos critérios modernos, estes implicam conhecimentos mais profundos, tais como a econometria e estes critérios permitem racionalizar as tomadas de decisão a fim de minimizar o risco e a incerteza envolvente.

A análise com base em modelos de simulação implica plataformas informáticas que trazem vantagens na execução de modelos matemáticos e que poderão desempenhar um papel importante no processo de decisão. Apesar das soluções que estes modelos podem implicar, comportam dificuldades que surgem da teoria para a prática, como o elevado custo de cada modelo, a perda de eficácia pela dificuldade de tratamento de dados e a exigência de extenso volume de informação.

## **2.2 Análise de viabilidade do projeto de investimento**

A análise de viabilidade do projeto de investimento implica um sistema de informação composta por vários documentos previsionais, como sejam: o plano de investimento, o plano de exploração, o plano de financiamento, o balanço e a demonstração dos resultados previsionais. O plano de investimento é onde se regista o custo do investimento a realizar, ou seja, todos os gastos necessários à implementação do projeto. O plano de exploração regista os rendimentos e os gastos da exploração corrente do projeto. O plano de financiamento evidencia a origem de fundos necessários ao projeto para a posterior aplicação. O balan-





ço previsional traduz a situação patrimonial previsional do projeto e permite analisar a solvabilidade e a liquidez do projeto. A demonstração dos resultados previsional identifica o desempenho do projeto. Estes planos são os documentos básicos necessários à avaliação financeira de projetos de investimentos, na medida em que são necessários à definição do mapa de cash-flow.

Para avaliar a rendibilidade de um projeto podem ser usadas diversas variáveis, por exemplo, o resultado líquido do período que mede o desempenho económico de uma organização. Contudo, esta variável depende dos métodos do registo contabilístico e na perspectiva de Miguel (2006: 10): *“Esta dependência dos critérios contabilísticos poderia provocar, caso se utilizasse o lucro como critério de medida da rendibilidade de um projeto, uma situação de impasse: segundo um determinado procedimento contabilístico o projeto seria aceitável e, de acordo com outros procedimentos, o mesmo projeto poderia ser inaceitável”*.

A viabilidade é a determinação de que um projeto ou plano possa ser efetuado satisfatoriamente num prazo requerido, ou seja, é utilizada em várias análises para determinar e concluir se o projeto se encontra viável dentro dos parâmetros exigidos do mesmo. Assim, Cerbasi (2003: 10) argumenta que: *“a avaliação ou valoração de empresas – o termo valoração é a correta tradução para a língua portuguesa do popular termo valuation – tem sido objeto de diversas correntes de pesquisa, que buscam no seu arcabouço teórico conceber modelos que ofereçam às negociações empresariais uma avaliação justa de quanto vale uma empresa ou quanto se deve pagar pelos resultados esperados da empresa, considerando o risco a ser assumido pelo eventual comprador”*.

Assim, a viabilidade do projeto de investimento pode ser obtida através de um estudo realizado com base nas demonstrações financeiras, onde podemos retirar todos os dados necessários para obter conclusões, têm como objetivo principal fornecer dados históricos, que permita prever o futuro na tomada de decisão de gestão. É através das demonstrações financeiras que são retiradas as informações que irão ter uma imagem transparente, verdadeira e apropriada do relato financeiro. Para a sua elaboração devemos ter em consideração a estrutura contabilística existente e da qual é retirada a informação, sendo que as rubricas que a compõem sofreram uma redenominação, reestruturação de valorimetria (mensuração) e adaptadas de acordo com a correspondência entre as atuais classes de contas.

O Balanço proporciona informação sobre a posição financeira de uma entidade, numa determinada data. Um ativo é um recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que obtenham benefícios económicos futuros. Um passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte com base nos recursos da entidade que incorporam benefícios económicos.

A demonstração dos resultados por naturezas permite avaliar o desempenho económico de uma entidade reportado a um determinado período e é composta por rendimentos e gastos que afetam positivamente e negativamente o resultado relativo ao intervalo de tempo. O mapa de cash-flow permite identificar os fluxos líquidos gerados pelo projeto que remuneraram o capital, assim como o período de tempo em que se verifica esse fluxo (Encarnação, 2009).

### 2.3 Tipologia da viabilidade de projeto de investimento

A análise de viabilidade implica conhecer muito bem a atividade que se pretende implantar, sendo necessário examinar previamente todos os vários aspetos que envolvem uma determinada atividade económica. Assim, aumenta a possibilidade de êxito do projeto e evita o fracasso. A análise engloba vários tipos de viabilidade que, por sua vez, juntas formam aspetos importantes e essenciais na elaboração do projeto de investimento. Estes tipos de viabilidade estão repartidos pela viabilidade económica, viabilidade financeira, viabilidade ambiental e viabilidade social.

A viabilidade económica do projeto pode responder as seguintes questões: O quê, quanto, como e onde será produzido? Onde será comercializado? Qual a procura do produto nos mercados-alvo? A mesma será obtida através de um estudo de mercado? O projeto gerará emprego? O capital inicial do projeto mais o resultado líquido do período será suficiente para cobrir a diferença entre rendimentos e gastos? Os preços de venda estarão compatíveis com os preços de mercado? Como será usado o resultado líquido do período? No caso de haver crédito, qual a capacidade de pagamento?

A análise de viabilidade económica é dividida em dois aspetos importantes. O primeiro aspeto é a formulação de questões sobre o projeto de investimento propriamente dito, de modo a aperfeiçoar o conhecimento sobre atividade que se pretende implantar. O segundo aspeto surge, após a formulação de questões, que corresponde à análise de sensibilidade. Assim, para o desenvolvimento de ambos os aspetos foi importante recorrer às propostas de Gotze *et al.* (2008) e Matos (2009, permitindo implementar uma análise económica de um projeto de investimento. Esta análise identificou variáveis relevantes para o mesmo, nomeadamente: Capital investido – É necessário definir, da forma mais precisa possível, os valores a investir na aquisição e instalação do ativo tangível (terrenos, edifícios, equipamentos), bem como na aquisição de ativos intangíveis necessários à implementação da organização. Assim, como quantificar os aumentos do ativo resultantes da vida útil do projeto de investimento. E, os resultados de exploração que são necessários ser estimados face à totalidade dos rendimentos e gastos em que a organização incorre e que derivam, diretamente, do projeto, tornando possível a obtenção dos mesmos.



De acordo com Madureira (2004), a preocupação com a viabilidade económica deve levar em conta o sistema produtivo como um todo. O corpo do projeto deve refletir o funcionamento deste sistema de maneira clara e objetiva. Nele devem estar explicitados o mercado alvo, a estratégia de acesso a ser adotada, como se dará a logística de comercialização e se existe capacidade organizativa correspondente para implantar estas estratégias. A viabilidade económica, entretanto, deve ser demonstrada em números. É muito importante, que o projeto aponte com detalhes todas as características relacionadas aos rendimentos e gastos envolvidos no sistema produtivo.

A análise do rendimento do projeto observa-se na relação de compatibilidade entre os preços de venda e os preços de mercado. A análise dos gastos observará primeiramente se estão contidos todos os itens necessários e se os mesmos estão bem dimensionados. As principais categorias de gastos são os gastos produtivos (material de consumo, matéria prima, remunerações, encargos, depreciação, conservação e outros) e gastos de comercialização (viagens, fretes e outros).

A análise da temporalidade do projeto implica a definição do valor residual que a empresa poder vir a concretizar, no final da vida útil do projeto, pela alienação dos seus ativos adstritos ao projeto. Ao mesmo tempo é necessário estabelecer o período de vida útil que representa o tempo que é suposto o projeto começar a ser planeando até à fase de gerar resultados de forma sustentável.

A viabilidade financeira apresenta critérios de análise de investimentos e trata da avaliação do projeto que permite suportar uma avaliação da sua decisão. Esses critérios são: valor atual líquido (VAL), a taxa interna de rendibilidade (TIR), o Índice de Rendibilidade (IR) e o Período de recuperação do investimento (ou Payback) que pode ser ou não atualizado.

## **2.4 Valorização da apicultura num projeto de investimento**

Um projeto de investimento visa a obtenção de uma determinada rentabilidade e torna essencial fazer a sua avaliação numa perspetiva económica e financeira sendo imprescindível para a sua realização o conhecimento da atividade que se pretende implantar. No entanto deve ser considerada uma proposta na aplicação de recursos que possuem aplicações de negócio, de forma a gerir rendimentos futuros durante um determinado tempo, capaz de remunerar essa própria atividade. Por consequência, em Portugal a atividade apícola é de grande importância, pois apresenta uma alternativa de ocupação e de rendimento para as famílias e de grande interesse no que diz respeito a vários segmentos da sociedade.

A valorização da cadeia produtiva da apicultura é não só propícia a criação de postos de trabalho, mas fundamentalmente à geração de fluxos de rendimen-

to, principalmente no ambiente da agricultura familiar, que é determinante na melhoria da qualidade de vida e na fixação de populações ao meio rural. Adicionalmente, a utilização dos produtos apícolas para fins alimentares e terapêuticos é uma das práticas mais universais.

No que se refere a legislação aplicada, a esta atividade que tem normas e regulamentos muito específicos, tanto na produção, como na comercialização dos produtos apícolas. Além disso, no caso dos produtos destinados ao consumo humano só podem ser comercializados se forem provenientes de unidades de produção primária ou estabelecimentos aprovados. No entanto, existe cada vez mais a preocupação na otimização dos espaços de produção e na conservação de produtos apícolas controlando as áreas alimentares, o ciclo produtivo do produto, a gestão dos espaços produtivos, a gestão de produtos e matérias-primas, dentro dos armazéns e a necessidade de controlar os resíduos, pois a legislação europeia assim o obriga.

Segundo Franco (2011: 7), a contabilidade agrícola distingue-se das restantes contabilidades por ter as seguintes características: uma atividade muito específica; com uma NCRF própria; a contabilidade depende da informação interna e depende do Justo Valor, sendo que o justo valor é quase sempre considerado fiável. A norma para a atividade agrícola é designada por NCRF - 17, tem por base a norma internacional de contabilidade IAS 41 - Agricultura, adotada pelo regulamento (CE) n.º 1725/2002 da Comissão, de 21 de setembro (CCE, 2002) com as alterações dos Regulamentos (CE) n.º 2236/2004 (CCE, 2004c), e n.º 2238/2004 (CCE, 2004d).

Esta NCRF tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico, a apresentação de demonstrações financeiras e as divulgações relativas à atividade agrícola. Esta norma deve estar relacionada com a atividade agrícola e relacionada com os ativos biológicos, produtos agrícolas no ponto da colheita e subsídios governamentais, sendo que não se aplica a terrenos relacionados com a atividade agrícola (NCRF 7 e NCRF 11) e a ativos intangíveis relacionados com a atividade agrícola (NCRF 6). Esta norma é aplicada ao produto agrícola colhido dos ativos biológicos apenas no momento da colheita, verificando-se que esta norma não trata do processamento do produto agrícola após a colheita.

Na tabela 1 verificam-se diversos exemplos de ativos biológicos, produtos agrícolas e os restantes produtos de processamento após colheita. No que diz respeito aos ativos biológicos e produtos agrícolas são regulamentados pela NCRF 17 / IAS 41, e os produtos resultantes de processamento após colheita pela NCRF 18/ IAS 2.

**Tabela 1 – Aplicação da NCRF – 17 relativo a Ativos Biológicos**

Ativos biológicos	Produtos agrícolas	Produtos resultantes de processamento após colheita
Produção Animal Abelhas	Favos	Mel
Produção Florestal Árvores	Troncos	Madeiras
Produção Vegetal Plantas	Algodão cana colhida	Fio de Algodão, roupas, açúcar

Fonte: Adaptação de Plácido e Ribeiro (2012: 87)

Segundo Cardoso (2010a: 3), “os ativos biológicos consumíveis são produtos que estejam para ser colhidos como produto agrícola ou vendidos como ativos biológicos, como por exemplo o gado destinado à produção de carne. Os ativos biológicos de produção são os que não sejam ativos biológicos consumíveis, como por exemplo, as abelhas das quais pode ser obtido o mel.”

Após a definição do conceito de ativos biológicos, e considerando que a aplicação da NCRF 17 implica na fase de reconhecimento inicial dos produtos agrícolas após a colheita, o definido na NCRF 18, tal como Mendes (2007: 34) argumenta, “o tratamento contábilístico dos ativos biológicos durante o período de crescimento, degeneração, produção e procriação, assim como a mensuração inicial de produtos agrícolas no ponto da colheita, não abrange o tratamento contábilístico depois da colheita. Sendo que após a colheita, os produtos agrícolas são tratados de acordo com uma outra norma aplicada”.

No que diz respeito ao reconhecimento de um ativo biológico ou produto agrícola, em cada data do balanço, por parte de uma entidade, segundo a NCRF 17, esta deve considerá-lo quando: a entidade controle o ativo como consequência de acontecimentos passados; seja provável que futuros benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a entidade; o justo valor ou custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

No que diz respeito a mensuração de um ativo biológico, a norma assenta no modelo do justo valor, segundo a NCRF 17, a determinação do justo valor de um ativo biológico ou produto agrícola pode ser facilitada pelo agrupamento de ativos biológicos ou de produto agrícola de acordo com atributos significativos, por exemplo, por idade ou qualidade. Uma entidade seleciona os atributos que correspondam aos atributos usados no mercado como base de apreamento.

Segundo Mendes (2007) e numa adaptação da NCRF 17, a estimação do justo valor poderá ser efetuada:

Se existir um mercado ativo para um ativo biológico ou produto agrícola, organização poderá usar um ou mais dos seguintes indicadores, quando disponíveis, na estimação do justo valor:

- O preço de mercado (cotação) é uma base apropriada para estimar o justo valor desse ativo;
- O preço de mercado (cotação) quando a organização tem acesso a diferentes mercados ativos, pelo que usará a mais relevante;
- O preço de mercado referência no setor ou cotação oficial de mercado disponibilizadas pelo Sistema de Informação de Mercados Agrícolas.

Se não existir um mercado ativo para um ativo biológico ou produto agrícola, a organização poderá usar um ou mais dos seguintes indicadores, quando disponíveis, na estimação do justo valor:

- O preço de mercado recentemente usado numa transação, desde que não tenha havido uma alteração significativa nas circunstâncias económicas entre a data dessa transação e a do balanço;
- O preço de mercado de ativos semelhantes com ajustamento para refletir diferenças;
- O preço de mercado designado por referência do setor.

Se os preços determinados pelo mercado não estiverem disponíveis para um ativo biológico na sua condição atual, a organização usará para estimar o justo valor, o valor presente dos fluxos de caixa líquidos De um ativo, descontando uma taxa pré-imposto determinada no mercado corrente.

No que diz respeito aos custos estimados no ponto de venda, na perspectiva de Rodrigues (2005), podem ser classificados como custos de comercialização e tendem a incluir comissões a negociadores, taxas de agências reguladoras, taxas de bolsa de mercadorias e taxas de transferência de direitos, mas devem ser excluídos os custos de transporte e outros necessários para colocar o ativo biológico ou o produto agrícola no respetivo mercado.

No que diz respeito à contabilização da atividade apícola, conclui-se que esta é regulada por uma norma própria para a atividade agrícola sendo designada por NCRF 17. A contabilidade agrícola está enquadrada nas especificidades da gestão agrícola efetuada por uma unidade apícola que transforma os seus ativos biológicos (abelhas e colmeias) em diversos produtos agrícolas para a sua venda.

### 3. Estudo da Viabilidade Económica de uma Unidade Apícola na Serra da Gardunha

#### 3.1. Análise das Demonstrações Financeiras

De acordo com o enquadramento adotado, o SNC refere que as demonstrações financeiras devem ser preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas, nomeadamente: decidir quando comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio; Avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão; Avaliar a capacidade de a entidade pagar e proporcionar outros benefícios aos seus empregados; Avaliar a segurança das quantias emprestadas à entidade; Determinar as políticas fiscais; Determinar os lucros e dividendos distribuíveis; Preparar e usar as estatísticas sobre o rendimento nacional.

Segundo o SNC, o objetivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação a cerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas. Desta forma, segundo SNC o conjunto de demonstrações financeiras inclui: um balanço; uma demonstração dos resultados; uma demonstração das alterações no capital próprio; uma demonstração dos fluxos de caixa; e um anexo em que se divulgam as bases de preparação.

Neste sentido, a análise económica e financeira de uma unidade apícola (Ramos, 2013) suporta-se na evolução previsional da Demonstração dos Resultados por natureza, 2016-2020, que se apresenta na Tabela 2 proporcionar informação a cerca do desempenho económico da unidade apícola e a sua análise deve ser útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas (Rodrigues, 2005).

Tabela 2 – Demonstração dos Resultados por naturezas, 2016-2020

Demonstração de Resultados	2016	2017	2018	2019	2020
Vendas e serviços prestados	133 638,73	153 628,82	179 656,65	179 656,65	179 656,65
Subsídios à exploração					
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					
Varição nos inventários da produção					
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29 064,81	25 174,93	29 027,00	29 027,00	29 027,00
Fornecimentos e serviços externos	51 970,00	53 595,00	55 840,00	55 840,00	55 840,00
Gastos com o pessoal	17 920,70	17 920,70	17 920,70	17 920,70	17 920,70
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)					
Provisões (aumento/reduções)					
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos					
Outros gastos e perdas	4 344,87	13 287,27	15 942,17	15 942,17	15 942,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	<b>30 338,35</b>	<b>43 650,92</b>	<b>60 926,78</b>	<b>60 926,78</b>	<b>60 926,78</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9 326,70	11 172,93	13 007,75	13 643,07	10 564,92
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	<b>21 011,65</b>	<b>32 477,99</b>	<b>47 919,03</b>	<b>47 283,71</b>	<b>50 361,86</b>
Juros e rendimentos similares obtidos					
Juros e gastos similares suportados					
Resultado antes de Impostos	<b>21 011,65</b>	<b>32 477,99</b>	<b>47 919,03</b>	<b>47 283,71</b>	<b>50 361,86</b>
Imposto sobre o rendimento do período	5 252,91	8 119,50	11 979,76	11 820,93	12 590,47
Resultado líquido do período	<b>15 758,74</b>	<b>24 358,49</b>	<b>35 939,27</b>	<b>35 462,78</b>	<b>37 771,40</b>

Os rendimentos apresentados na Demonstração dos Resultados apresentam aumentos nos benefícios económicos gerados em cada exercício económico. Desta forma, o rendimento apresentado na unidade apícola refere-se às vendas e as prestações de serviços durante o período previsional e foi considerado como o valor de volume de negócios que ascendeu a €133.638,73 em 2014, €153.628,82 em 2017 e €170.656,65 depois de 2018 até 2020.

Os gastos previsionais contabilizados no período previsto de 5 anos referem-se ao decurso das atividades ordinárias da empresa e ascende a €103.300,28 em 2016, €109.977,90 em 2017 e €118.729,87 depois de 2018 até 2020. Assim, o seu peso relativo ascende a 77,0% em 2016, 71,6% em 2017 e 66,1% depois de 2018 até 2020.

Por sua vez, os gastos apresentados que no decorrer do tempo previsto implicam o custo da mercadoria vendida e da matéria consumida, os fornecimentos e serviços externos, os gastos com o pessoal e os outros gastos e perdas, já explicados anteriormente o funcionamento de cada rubrica. Assim, o seu peso relativo do custo da mercadoria vendida e da matéria consumida ascende a 28,0% em 2016, 24,0% em 2017 e 28,0% depois de 2018 até 2020 do total de gastos. O peso relativo dos fornecimentos e serviços externos ascende a 50,0% em 2016, 52,0% em 2017 e 54,0% depois de 2018 até 2018. O peso relativo dos gastos com o pessoal ascende a 17,0% entre 2016 e 2020, pelos motivos já expostos. E, por último, o peso relativo dos outros gastos e perdas ascende a 4,0% em 2016, 13,0% em 2017 e 15,0% entre 2018 até 2020.

Nas rubricas dos gastos apresentadas na demonstração dos resultados por natureza referem-se ainda as depreciações de cada exercício económico e que origina uma diminuição ao valor do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos. No que se refere as atividades operacionais apresentada na demonstração dos resultados, este reflete os ganhos ou as perdas resultantes da atividade principal da empresa. Trata-se dum conceito muito importante para a análise económico-financeira da empresa na medida em que ele representa a capacidade do negócio principal da empresa para gerar excedentes, (Martins, 2007) e conclui-se que a unidade apícola apresenta capacidade suficiente para gerar os excedentes previstos.

Relativamente ao resultado antes de imposto, esta rubrica tem por objetivo evidenciar os resultados antes de deduzida a estimativa para impostos sobre o rendimento. Verificando-se, desta forma, que a unidade apícola terá um resultado de €21.338,35 tendo um aumento para €12.540,97 ou 139,6% até 2020. No que se refere ao resultado líquido do período, o apuramento de resultados no fim do período estimado, tal como se pode verificar na tabela 2, demonstra que a unidade apícola apresenta um lucro de €15.758,74 no primeiro ano 2016 aumentando para €37.771,40 por sua vez 139,6% até 2018.





Segundo o SNC, o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação a cerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas. Neste sentido, a evolução previsional do Balanço, 2016–2020 que se apresenta na Tabela 3 proporciona a informação a cerca da posição financeira da unidade apícola em estudo e será útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas. Assim, durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio (Matos, 2011).

Tabela 3 – Balanço, 2016–2020

Balanço	2016	2017	2018	2019	2020
<b>ACTIVO</b>					
<b>Activo não corrente</b>					
Activos fixos tangíveis	48 155,96	51 749,26	53 440,93	47 769,33	45 175,88
Activos intangíveis	349,02	225,44	76,35	76,35	76,35
Total do activo não corrente	48 504,98	51 974,70	53 517,29	47 845,68	45 252,23
<b>Activo Corrente</b>					
Inventários					
Activos biológicos	12 200,00	12 400,00	12 600,00	12 600,00	12 600,00
Clientes	3 531,58	5 297,38	7 596,50	7 596,50	
Caixa e depósitos bancários	2 538,61	35 496,31	75 162,69	118 371,47	121 438,45
Total do activo corrente	18 270,19	53 193,69	95 359,19	138 567,97	134 038,45
<b>Total do activo</b>	<b>66 775,17</b>	<b>105 168,39</b>	<b>148 876,48</b>	<b>186 413,65</b>	<b>179 290,68</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
<b>Capital próprio</b>					
Capital realizado	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00
Reservas legais		6 000,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00
Resultados transitados		9 758,74	34 117,23	70 056,50	105 519,29
	30 000,00	45 758,74	70 117,23	106 056,50	141 519,29
Resultado líquido do período	15 758,74	24 358,49	35 939,27	35 462,78	37 771,40
<b>Total do capital próprio</b>	<b>45 758,74</b>	<b>70 117,23</b>	<b>106 056,50</b>	<b>141 519,29</b>	<b>179 290,68</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores	5 124,53	5 159,79	7 485,44	8 205,53	
Estado e outros entes públicos	15 891,90	29 891,37	35 334,53	36 688,84	
Total do passivo corrente	21 016,43	35 051,16	42 819,97	44 894,37	0,00
<b>Total do passivo</b>	<b>21 016,43</b>	<b>35 051,16</b>	<b>42 819,97</b>	<b>44 894,37</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>66 775,17</b>	<b>105 168,39</b>	<b>148 876,47</b>	<b>186 413,66</b>	<b>179 290,68</b>

O balanço evidencia todos os elementos diretamente relacionados com a posição financeira, tal como se pode verificar na tabela 3 anterior, sendo que:

Ativos ascendem a €66.775,17, sendo considerado um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a empresa benefícios económicos futuros.

Passivos ascendem a €21.016,43, como obrigação presente da empresa proveniente de acontecimentos passados, e da qual se espera que resulte um fluxo de recursos da empresa incorporando benefícios económicos.

Capitais próprios ascendem a €45.758,74, são o interesse residual dos ativos da empresa depois de deduzir todos os seus passivos.

No que diz respeito ao ativo não corrente este refere-se os ativos fixos tangíveis e os ativos fixos intangíveis que por sua vez representam as rubricas de Investimento tal como já foi referido anteriormente no plano de investimento provisional da unidade apícola. Relativamente ao ativo corrente, existem ainda os ativos biológicos, clientes e caixa e depósitos bancários. Desta forma respeitante a uma atividade agrícola importa referir que na rubrica de ativos biológicos encontram-se os ativos de produção neste caso são as colmeias e as rainhas que segundo a NCRF 17, os ativos biológicos de produção são os que não sejam ativos biológicos consumíveis tal como já foi explicado anteriormente.

No que se refere ao capital próprio da unidade apícola apresenta o capital investido bem como os resultados provenientes desse investimento. O total do capital próprio da unidade apícola, tal como se pode observar na tabela 3, aumentou ao longo dos anos como resultado da existência de lucros que permitiram o aumento do montante em reserva legal e o restante foi distribuído para resultados transitados. Assim, a unidade apícola possui uma capacidade de autofinanciamento cada vez maior, isto é, passou de €45.717,43 em 2014 para €179.249,43 em 2020, que coincide com o autofinanciamento pois não existe dividendos.

O passivo representa o que é exigível à unidade apícola, considerando o que os credores podem exigir sobre os ativos da unidade. Desta forma tal como se pode observar no balanço (tabela 3), as rubricas que são exigíveis são os pagamentos dos fornecedores e estado e outros entes públicos, constituindo assim um valor total de passivo de €21.002,69 no ano de 2016 aumentando por sua vez nos restantes anos.

### 3.2. Análise de Indicadores

De acordo com o indicador de rentabilidade bruta das vendas este permite conhecer a margem bruta das vendas que estão a produzir. Verificando de acordo com os cálculos efetuados tal como se pode verificar na tabela 4 que o valor da rentabilidade aumenta gradualmente do primeiro ao último ano analisado sendo querendo isto referir que quanto maior se encontra o rácio maior é a contribuição de cada unidade vendida para a formação dos resultados.

Tabela 4 – Indicadores de Rentabilidade, 2016–2020

Indicadores de Rentabilidade	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Rentabilidade Bruta das Vendas</b>					
Margem Bruta / Volume de Negocios	78,3%	83,6%	83,8%	83,8%	83,8%
<b>Rentabilidade Operacional das Vendas</b>					
Resultado Operacional / Volume de Negocios	15,7%	21,1%	26,7%	26,3%	28,0%
<b>Rentabilidade Líquida das Vendas</b>					
Resultado Líquido do Período / Volume de Negócios	11,8%	15,9%	20,0%	19,7%	21,0%
<b>Rentabilidade do Ativo Líquido</b>					
Resultado Líquido do Período / Ativo Total Líquido	23,6%	23,2%	24,1%	19,0%	21,1%
<b>Rentabilidade do Capital Próprio</b>					
Resultado Líquido do Período / Capital Próprio	34,4%	34,7%	33,9%	25,1%	21,1%

Relativamente a rentabilidade operacional das vendas este indicador apresenta a informação sobre qual a capacidade dos ativos da unidade apícola utiliza para gerar resultados, sendo que servem para o investimento em ativos (máquinas, equipamento produtivo). Verifica-se de acordo com os cálculos efetuados que o indicador apresenta um valor elevado em 2016 (15,7%) e aumentando progressivamente até ao fim do projeto (28,0%), significando assim que os ativos da unidade apícola estão a ser bem utilizados e a produzir bons resultados.

A rentabilidade líquida das vendas representa a percentagem das Vendas e Prestações de Serviços que ficam à disposição da unidade apícola para remunerar os capitais próprios verificando-se que houve um aumento desde 2016 (11,8%) até 2020 (21,0%) de rentabilidade líquida das vendas concluindo desta forma que o volume de negócios remunera os seus próprios capitais próprios.

A rentabilidade do ativo líquido mede o retorno dos capitais investidos na empresa e neste caso verifica-se que a unidade apícola apresenta uma eficiente geração do retorno, de acordo com os seus ativos totais, ascende a 23,6% no primeiro ano mantendo-se até 2019 com uma ligeira descida, mas que por sua vez volta a subir para 21,1%.

A rentabilidade do capital próprio mede a eficácia com que a unidade apícola utiliza os capitais pertencentes aos sócios sendo que o valor obtido representa o equivalente à taxa máxima de remuneração obtida pelos Capitais Próprios aplicados. Relativamente ao indicador de rentabilidade do capital próprio este indicador permite medir a rentabilidade dos capitais investidos podendo desta forma ser utilizado como objetivo de gestão da unidade apícola, desta forma com base nos indicadores apresentados verifica-se que a unidade apícola apresenta uma capacidade de autofinanciamento, sendo que desde em 2016 apresentam 34,5% de rentabilidade passando em 2020 para 21,1%.

**Tabela 5 – Indicadores de Liquidez, 2016–2020**

Indicadores de Liquidez	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Liquidez Geral</b>					
Ativo Corrente / Passivo Corrente	0,87	1,52	2,23	3,09	n.d.
<b>Liquidez Reduzida</b>					
(Ativo Corrente - Inventários/ABIológicos) / Passivo Corrente	0,29	1,16	1,93	2,80	n.d.
<b>Liquidez Imediata</b>					
Meios financeiros líquidos / Passivo Corrente	0,14	0,67	0,79	0,85	n.d.

Os Indicadores de Liquidez (tabela 5) pretendem medir a capacidade da empresa para solver os seus compromissos de curto prazo, evidenciados a par-

tir do balanço de uma empresa. A liquidez geral consegue-se medir a capacidade da unidade apícola para solver os seus compromissos a curto prazo. De acordo com os resultados calculados podemos concluir que no primeiro ano a liquidez geral foi €0,87 e reflete uma ligeira dificuldade de tesouraria. Contudo, nos anos seguintes, essa tendência altera-se e a liquidez gera valores satisfatórios verificando-se que apresenta um baixo risco para os seus credores. A liquidez reduzida é obtida através da diferença do ativo corrente menos os ativos biológicos, que constituem as contas com menor grau de liquidez dentro do ciclo de exploração. Para se transformarem em meios líquidos, os Ativos Biológicos ainda estão sujeitos à respetiva venda e posterior recebimento por parte dos clientes. Desta forma verifica-se que no primeiro ano 2016 a unidade apícola irá ter dificuldades no que corresponde a solver os seus compromissos a curto prazo (€0,29). No entanto essa situação altera-se logo após um ano e mantendo-se assim dessa forma em crescendo. A liquidez mediata dá-nos o valor imediatamente disponível para fazer face ao passivo corrente e conclui-se que no primeiro ano de 2016 a unidade apícola não será capaz responder de forma rápida a um determinado imprevisto (€0,40) e altera-se o volume de disponibilidades para o maior valor com €0,85 em 2019.

A unidade apícola para que consiga fazer face aos compromissos face ao fato de liquidar a totalidade das suas dívidas a fornecedores em 2020, apresentam desta forma os depósitos bancários e caixa com alguma oscilação devido a esse mesmo motivo. E não permite a análise da liquidez em 2020. No que diz respeito aos indicadores de financiamento, estes relacionam-se exclusivamente com aspetos financeiros, tais como a solvabilidade, estrutura financeira, a autonomia financeira e capacidade de endividamento, tal como se pode verificar na tabela 6.

**Tabela 6 – Indicadores de Financiamento, 2016–2020**

Indicadores Financeiros	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Solvabilidade</b>					
Capital Próprio / Passivo Total	217,7%	200,0%	247,7%	315,2%	n.d.
<b>Estrutura Financeira</b>					
Passivo Total / Capital Próprio	45,9%	50,0%	40,4%	31,7%	n.d.
<b>Autonomia Financeira</b>					
Capital Próprio / Ativo Total Líquido	68,5%	66,7%	71,2%	75,9%	n.d.
<b>Endividamento</b>					
Passivo Total / Ativo Total Líquido	31,5%	33,3%	28,8%	24,1%	n.d.

A solvabilidade financeira da unidade apícola é um indicador considerado para avaliar a capacidade de solver os seus compromissos a médio e longo prazo. Desta forma verifica-se que a unidade apícola reflete uma situação de baixo risco para os credores da empresa, dado que os Capitais Próprios são suficientes para fazer face à ao passivo e a unidade apícola ainda detém margem de segurança mais que suficiente.



A estrutura financeira é um indicador que mostra a relação entre o passivo total e capital próprio, sendo que se observa um valor com bastantes oscilações variando entre o mínimo de 31,0% em 2020 (face à estratégia de pagamento a fornecedores e recebimento de clientes) e um máximo de 50,0% em 2017.

A autonomia financeira avalia a capacidade de a unidade apícola financiar os ativos através dos seus capitais próprios, sem necessidade de recorrer a financiamentos externos, verificando desta forma que a unidade apícola tem uma ótima autonomia financeira representada com indicadores elevados em 2020 de 75,9% como máximo e em 2017 com 66,7% de mínimo da autonomia financeira.

O indicador de endividamento evidencia o grau de dependência de recurso a capitais alheios apurando a extensão das mesmas pela forma como a empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas atividades. Assim, verifica-se que a unidade apícola apresenta um bom indicador dado que varia entre um máximo de 33,3% em 2017 e um mínimo de 24,1% em 2020, podendo recorrer a aumentos de capital alheio, sem comprometer a sua solvabilidade e autonomia financeira.

Por último, será de realçar que a unidade apícola pode realizar investimentos em ativo fixo porque a análise económico-financeira determinou que a mesma não afetou o seu desempenho financeiro, dado que aumento a autonomia financeira e reduziu o endividamento, com subsequente aumento da solvabilidade da unidade apícola, constituindo-se como uma maior capacidade em satisfazer os seus compromissos de médio e longo prazo.

### **3.3. Avaliação Financeira da Unidade Apícola**

A avaliação financeira de uma unidade apícola suporta-se na análise ao mapa de cash-flow que evidencia os fundos libertados pela atividade e as suas necessidades de financiamento. Assim, o referido mapa sustenta a decisão de investir por parte do investidor. Durante o período previsto do investimento este irá produzir fluxos financeiros decorrentes do investimento e da exploração da própria atividade. Desta forma, a avaliação financeira será mensurada através do cálculo dos *ccash-flows* que vão sendo gerados, sendo que essa avaliação tem por base os fluxos de benefícios e de custos económicos gerados pelo mesmo (Fernandez, 2001). O mapa do *cash-flow* (tabela 7) está relacionado com a avaliação de projetos e divide-se entre o cash-flow de investimento, cash-flow de exploração e o *cash-flow* líquido.

Tabela 7 – Mapa dos Cash-Flows, 2016–2020

Mapa de Cash-Flow	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Cash-Flow Exploração</b>					
Resultado líquido do período	15 758,74	24 358,49	35 939,27	35 462,78	37 771,40
Depreciação / Amortização	9 326,70	11 172,93	13 007,75	13 643,07	10 564,92
Imparidades / Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cash-Flow Exploração</b>	<b>25 085,43</b>	<b>35 531,42</b>	<b>48 947,03</b>	<b>49 105,86</b>	<b>48 336,32</b>
<b>Cash-Flow Investimento</b>					
Investimento Ativo Não Corrente	71 132,96	18 010,47	17 896,91	9 804,91	9 804,91
Investimento Necessidades Fundo Maneio	-17 484,85	-12 268,94	-5 469,69	-2 074,40	37 297,87
Valor Residual Ativo Não Corrente					45 252,23
Valor Residual Necessidade Fundo Maneio					0,00
<b>Cash-Flow Investimento</b>	<b>53 648,11</b>	<b>5 741,53</b>	<b>12 427,23</b>	<b>7 730,51</b>	<b>1 850,55</b>
<b>Cash-Flow Líquido</b>	<b>-28 562,68</b>	<b>29 789,89</b>	<b>36 519,80</b>	<b>41 375,35</b>	<b>46 485,77</b>
<b>Cash-Flow Líquido Atualizado</b>	<b>-28 562,68</b>	<b>26 113,16</b>	<b>28 061,40</b>	<b>27 868,47</b>	<b>27 446,19</b>
<b>Cash-Flow Líquido Atualizado Acumulado</b>	<b>-28 562,68</b>	<b>-2 449,52</b>	<b>25 611,88</b>	<b>53 480,35</b>	<b>80 926,54</b>
Taxa de Atualização	14,1%				
Valor Atual Líquido	80 926,54				
Taxa Interna de Rentabilidade	68,9%				

O cash-flow de investimento obtém-se através do plano global de investimento, o cash-flow de exploração através do plano de exploração previsional e o cash-flow líquido é obtido através da diferença entre cash-flow de investimento e exploração. Por sua vez o cash-flow não é considerado um conceito contabilístico tornando-se num conceito ligado a atualização do investimento e exigindo um grande conhecimento do momento do investimento (Barros, 2007).

O cash-flow de exploração regista os fluxos líquidos associados à exploração da atividade relacionada com a implementação do projeto da unidade apícola, tendo variado entre €25.085,43 em 2016 e €48.336,32 em 2020. Relativamente ao Cash-flow de Investimento nele está inserido as despesas associadas à implementação do projeto e o valor residual pela sua extinção, sendo que o seu valor indica o montante das necessidades de investimento associados ao projeto, tendo variado entre €53.661,86 em 2014 e €1.850,54 em 2020. A diferença entre o cash-flow de exploração e o de investimento constitui o valor utilizado para a determinação dos critérios de rentabilidade.

O cash-flow líquido é calculado pela diferença entre o cash-flow de exploração e o cash-flow de investimento. A unidade apícola tem um investimento totalmente financiado por capitais próprios pelo que não existem juros e gastos similares suportados com financiamento externo. Desta forma, o valor do resultado líquido do período será deduzido da depreciação e amortização decorrente da política de amortização e depreciação da empresa.

No que diz respeito a taxa de atualização, este fator é de grande importância no que se refere a determinação dos valores atualizado do projeto de investimento para a estratégia de avaliação do mesmo. A determinação da taxa de atualiza-



ção determina os fluxos que ficam disponíveis, considerado o custo de oportunidade, cujo valor reflete o custo das fontes de financiamento, quer em termos de capitais próprios, quer em termos de capitais alheios. Esta atualização é feita com base numa taxa de atualização calculada com base em alguns indicadores económicos: taxa de inflação; taxa de juro sem risco e prémio de risco inerente à realização do projeto no período de 5 anos. A taxa de atualização obtida para este projeto de investimento conjuga: Taxa de atualização =  $[ [1 + 6,12\%] * (1 + 2,8\%) * (1 + 4,57\%) - 1,00 ] = 14,1\%$

A inflação é medida com base no aumento do nível global dos preços sendo que também é o reflexo das mudanças na oferta e na procura bem como a quantidade de dinheiro existente na economia por sua vez a inflação reduz o valor do dinheiro da economia. A variação dos preços de bens e serviços de uma economia ao longo do tempo é um fenómeno habitual, sendo que normalmente essa variação é definida como o aumento generalizado do nível de preços, consequentemente a variação dos preços interfere muitas vezes na análise da evolução de variáveis macroeconómicas do país. A taxa de inflação em 2012 reflete o aumento das taxas do IVA sobre alguns bens e serviços, com destaque para as alterações introduzidas em janeiro de 2012. Sendo que houve um conjunto alargado de bens e serviços alvo de incidência das taxas reduzida (6,0%) e intermédia (13,0%) que por sua vez transitou para a taxa normal (23,0%). Adicionalmente, sobre alguns bens e serviços, passou a ser aplicada a taxa intermédia em vez da taxa reduzida. As consequências da elevada taxa de inflação são as seguintes: dá origem à perda do poder de compra das pessoas, fazendo com que estas fiquem mais pobres e as empresas tenham menos propensão para realizar investimentos a longo prazo. Assim, estabeleceu-se como pressuposto tendo por base a informação do INE (2013) cruzada com a informação da Bloomberg (2019), logo no cálculo da taxa de atualização, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou um valor de 2,8%, se excluíssemos a energia e os bens alimentares não transformados, então o valor seria mais baixo e passaria para 1,5%.

A taxa de juro sem risco é retirada informação do mercado secundário, por exemplo, as yields das Obrigações do Tesouro fecharam em janeiro com os níveis superiores e para o prazo a 5 anos ascendeu a 6,1% (Bloomberg, 2019). A análise do custo de capital corresponde à estimativa da empresa sobre qual a taxa de juro de mercado a que se irá financiar. Esta estimativa deve ser a média ponderada das taxas sem risco que a empresa estimar para as diversas formas de financiamento que estejam disponíveis.

Atualmente, verificando-se o país num contexto de elevado endividamento, a situação financeira dos particulares foi agravada pela queda da atividade económica, pela subida do desemprego, pela redução dos salários e pelos aumentos da carga fiscal. Em contraste, os particulares com crédito à habitação beneficiaram da descida das taxas de juro do mercado monetário, que teve um efei-

to favorável sobre o seu rendimento disponível. Os riscos para a estabilidade financeira associados à situação financeira mantiveram-se significativos em 2015, num contexto de elevado endividamento, sendo que o processo de ajustamento do sistema bancário português continuará a desenrolar-se num quadro macroeconómico financeiro adverso. Em particular, a deterioração das perspectivas de crescimento económico a nível global e interno deverá continuar a afetar negativamente a qualidade do crédito concedido pelos bancos, com reflexo na constituição de provisões/imparidades e, consequentemente, nos resultados do sistema. Num quadro de manutenção do baixo nível de taxas de juro interbancárias, a margem financeira deverá permanecer comprimida, com implicações para a geração de resultados. Assim, o prémio de risco mantém a descida para 4,62% à data de 11 de janeiro face aos 4,57% no fecho do mês de janeiro, segundo a Bloomberg (2019). Este prémio consiste na diferença entre a remuneração exigida pelos investidores em ações e as taxas de juro sem risco. Na prática, este diferencial espelha a remuneração adicional exigida pela tomada de risco do investimento em ações. Assumindo por sua vez um papel central na temática dos mercados financeiros e é a sua análise é igualmente importante, constituindo uma das principais ferramentas de avaliação (Fernandes, 2010).

Tal como já referido anteriormente, o prémio de risco estipulado pelo investidor para este projeto revela-se uma variável que interfere bastante com o valor do VAL sendo que permite avaliar a viabilidade de um projeto de investimento atualmente, tendo em conta a atualização dos valores a receber no futuro. Assim, o somatório dos cash-flows após atualização será comparado com o montante total do investimento, o que permite avaliar a viabilidade do projeto. Este valor será positivo e significativo, porque o projeto é viável, caso contrário não seria aconselhável a sua execução. Contudo, a identificação de fatores limitativos e os obstáculos podem fazer sobressair a relação de recursos-chave com atividades-chave (Osterwalde e Pigneur, 2011)

De acordo com os cálculos efetuados, obteve-se um VAL positivo no valor de €80.924,84, o que significa que a criação da unidade apícola proporciona uma recuperação do investimento. E, ainda, se concluiu que o Capital Próprio está a ter uma adequada remuneração, ou seja, o valor do investimento é inferior ao valor acumulado dos cash-flows atualizados. Relativamente à TIR, esta é a taxa de remuneração dos capitais a investir que iguala o valor atual dos cash-flows esperados ao cash-flow de investimento. Para se considerar um projeto viável económica e financeiramente, o valor da TIR do projeto deve ser superior à taxa de atualização. Para o projeto em análise podemos concluir que a taxa de remuneração de capitais é superior (68,9%) à rentabilidade esperada (14,1%) para os investimentos com o mesmo nível de risco, remetendo desta forma à sua viabilidade financeira.

No que se refere ao *payback* (tabela 8) este permite medir o número de anos necessários para recuperar o montante investido tendo em conta os cash-flows



esperados pelo investimento efetuados. Verifica-se desta forma que a unidade apícola para recuperar o valor do investimento realizado irá demorar dois anos cinco meses e dois dias. Conclui-se que o projeto é viável pois o *payback* apresenta um período inferior ao da vida do projeto

**Tabela 8 – Mapa do Payback, 2016–2020**

	2016	2017	2018	2019	2020
Cash-Flow Exploração	25.085,43	35.531,42	48.947,03	49.105,86	48.336,32
Cash-Flow Exploração Acumulado		60.616,86	109.563,88	158.669,74	207.006,06
Cash-Flow Investimento	53.661,86	5.727,79	12.427,22	7.730,52	1.850,54
Cash-Flow Investimento Acumulado		59.389,65	71.816,87	79.547,38	81.397,93
Payback	2 de maio de 2018				

No que diz respeito ao *payback* atualizado, tal como se pode verificar na tabela 9, corresponde ao número de anos necessário para o reembolso do investimento inicial utilizando os cash-flows atualizados. Com a utilização de uma taxa de atualização no valor de 14,1% ao ano e assim considerando o valor do dinheiro no tempo, o *payback* atualizado é igual a aproximadamente 2 anos, 6 meses e 25 dias para recuperar o dinheiro investido.

**Tabela 9 – Mapa do Payback (atualizado), 2016–2020**

	2016	2017	2018	2019	2020
Cash-Flow Exploração	25.085,43	31.146,04	37.610,30	33.075,32	28.538,73
Cash-Flow Exploração Acumulado		56.231,47	93.841,78	126.917,10	155.455,83
Cash-Flow Investimento	53.661,86	5.020,85	9.548,93	5.206,90	1.092,60
Cash-Flow Investimento Acumulado		58.682,71	68.231,63	73.438,53	74.531,13
Payback (atualizado)	25 de junho de 2018				

O *payback* atualizado é diferente do *payback* simples, sendo que o primeiro considera o valor do investimento atualizado no tempo e utiliza a taxa de atualização (14,1%) para referir o período do recebimento do investimento. Contudo apresenta alguns problemas como não considerar os cash-flows após o período de recuperação do dinheiro. Concluindo-se assim que o *payback* é considerado mais vantajoso porque avalia o reembolso do capital investido no tempo. A diferença entre metodologias não é muito relevante, mas verificando-se que se trata de um projeto de investimento considera-se os dias como um custo de oportunidade do investimento.

**Tabela 10 – Índice de rentabilidade, 2016–2020**

	2016	2017	2018	2019	2020
Resultado Líquido do período	15.758,74	24.358,49	35.939,27	35.462,79	37.771,40
Cash-Flow Investimento	53.661,86	5.727,79	12.427,22	7.730,52	1.850,54
Índice de Rentabilidade (anual)	0,29	4,2	2,8	4,59	20,41
Índice de Rentabilidade (média)	1,83				

O índice de rentabilidade apresenta a rentabilidade efetiva por unidade de capital investido obtendo o retorno do investimento (Encarnação, 2009). Assim, o índice de rentabilidade, tal como se pode verificar na tabela 10, por cada euro investido a rentabilidade prevista média é de €1,83. Desta forma que o índice de rentabilidade origina uma evolução progressiva tornando o valor um projeto de interesse financeiro. As vantagens da utilização deste índice é que utiliza o resultado líquido do período e por isso pode hierarquizar os projetos tendo por base a sua rentabilidade e é recomendável quando existem restrições financeiras para realização de novos investimentos. A desvantagem na sua utilização é a insuficiência da sua atualização, com as dificuldades de interpretação financeira.

#### 4. Conclusões

Na análise económica e financeira, os indicadores de gestão permitiram relacionar os valores do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas de forma a avaliar a sustentabilidade de uma unidade apícola. No que diz respeito à elaboração e análise das demonstrações financeiras, em particular, o balanço identificou o risco associado ao projeto, sendo de concluir que a estrutura financeira é equilibrada e a unidade apícola funcionará com normalidade, tendo capacidade para solver os seus compromissos.

Os indicadores previsionais mostraram que o projeto proposto, para o conselho do Fundão, foi financeiramente viável, com recursos próprios, dado que o período para recuperar o investimento é de 2 anos, 5 meses e dois dias. Assim, a viabilidade do projeto de investimento numa unidade apícola, registou €80.924,84 como valor atual líquido. Contudo, apresenta um orçamento de tesouraria com debilidades, negativo no valor de €-27.516,39 pelos elevados investimentos realizados, mas também obteve um volume de vendas de €133.638,73 e um resultado líquido do período de €15.758,74. Assim, o cenário para o primeiro ano da unidade apícola para além de conseguir recuperar os gastos face aos rendimentos gerados, gera ainda um lucro.



O plano de negócios apresentado pretende, num futuro próximo, servir de instrumento de implementação para um potencial investidor e para os stakeholders da unidade apícola. A conjuntura atual de Portugal impõe que o prémio de risco associado à criação de uma unidade apícola seja significativo. Desta forma, no processo de elaboração de um projeto de investimento é essencial que sejam reduzidas as omissões, as imprecisões ou os erros involuntários, que podem afetar de forma irremediável, o futuro do mesmo. Assim, este artigo centra-se na viabilidade económica e financeira que, por sua vez, permite tomar decisões, sempre se adequando ao perfil do investidor e, deste modo, aumentando a probabilidade de êxito do projeto, evitando o seu fracasso.

Para a estudar a viabilidade de uma unidade apícola foi necessário rever a bibliografia, legislação, normativos e regulamentos, quer da análise de projetos de investimentos, quer do setor de atividade económica subjacente ao mesmo – atividade apícola. Porém, é essencial perceber os condicionamentos do exercício da atividade apícola, num quadro de referência realista e sempre com a estratégia de implementação futura. Sem dúvida que, o interesse pela apicultura se justifica na exploração económica da abelha do género *Apis* e espécie *Apis mellifera*. Assim como, também, se justifica na diversidade de produtos agrícolas que podem ser obtidos, especificamente: mel, própolis, cera, geleia real, apitoxina, pólen e, em paralelo, a criação de abelhas e rainhas que representam um papel significativo na economia das explorações agrárias e, ainda, a prestação de serviços na área do turismo e do bem-estar.

Após verificar e constatar, a importância da abelha para a polinização das culturas existentes e dos ecossistemas, bem como os benefícios dos diversos produtos apícolas para a saúde e bem-estar do Homem, verificou-se que a criação de uma unidade apícola no concelho do Fundão não irá apenas dinamizar a região, mas ajudará a manter a sustentabilidade local, bem como incutir na população os benefícios do empreendedorismo de base agrícola.

Com base no projeto de investimento, conclui-se que a implementação de uma unidade apícola irá contribuir para a sustentação do rendimento da atividade apícola, a diversificação das atividades ligadas à sua exploração, a manutenção, a criação e a diversificação de empregos no concelho do Fundão, bem como ao desenvolvimento de serviços de turismo, culturais e de bem-estar por empresas do setor apícola, à conservação e a melhoria das condições naturais e do ambiente paisagístico, à dinamização de iniciativas com diferentes público-alvo, como idosos, crianças, jovens e à revitalização da Beira Interior coletivamente, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas.

## Referências

- Abreu, R; Almeida, A; Fernandes, B; Fonseca, A; Garção, H; Garcia, E; Gonçalves, E; Guedes, H; Matos, A; Mota, C; Neto, M; Ribeiro, M; Rodrigues, M e Pereira, E. (2009). *Hábitos de compra e consumo de mel*. Bragança: Escola Superior Agrária.
- Barros, C.P. (2007). *Avaliação financeira de projectos de investimento*. Lisboa: Escolar Editora.
- Barros, H. (2008). *Análise de Projectos de Investimento*. Lisboa: Edições Silabo.
- Bloomberg (2019). *Market data: World IS Analytics*. London: Bloomberg.
- Bradbear, N. (2004). *Beekeeping and sustainable livelihoods. FAO Diversification Booklet*. 1 Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Cardoso, C. (2010a). *Agricultura e ativos biológicos no âmbito do novo sistema de normalização contabilística*. Viseu: DRAAP Viseu.
- Cardoso, G.A. (2010b). *Análise Socioeconómica do distrito da Guarda. Sua Relação com os impostos sobre património. Projeto Aplicado do Mestrado*. Guarda: Escola Superior de Tecnologia e Gestão.
- Cerbasi, G.P. (2003). *Metodologias para a determinação do valor das empresas: Uma aplicação no sector de Geração de energia hidroelétrica*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC, 2020). *Sistema de Normalização Contabilístico*. Lisboa: CNC [disponível em <http://www.cnc.min-financas.pt>]
- Encarnação, C.F.G. (2009). *Indicadores Económico-financeiros: Os impactos da alteração normativa em Portugal*. Projeto de Mestrado. Lisboa: ISCTE Bussiness School – Instituto Universitário de Lisboa.
- Fernandes, D.I. (2010). *Análise da Participação dos sistemas de Produção Agrícola Característicos das grandes explorações nos programas agro-ambientais*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Fernández, P. (2001). *Valoración de Empresas*. Barcelona: Editorial Gestión 2000.
- Franco, P. (2011). *O impacto da contabilidade e fiscalidade na agricultura*. 8 junho. Santarém: Seminário CAP/OTOC.



Gotze, U., Northcott, D. e Schuster, P. (2008). *Investment Appraisal: Methods and Models*. Berlin (Alemanhã): Springer-Verlag.

Instituto Nacional de Estatística (INE, 2013). *Contas Nacionais*. Lisboa: INE.

Madureira, M.G.F.B. (2004). *Avaliação do Impacte dos cursos de jovens empresários agrícolas em Trás-os-Montes*. Dissertação de Mestrado. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança

Martins, B.R.G. (2007). *Demonstração dos resultados*. Instituto Superior de Engenharia de Coimbra – Departamento de Engenharia Civil Coimbra: IPC.

Matos, H.A.P. (2011). *A adoção do Sistema de Normalização Contabilística e os seus impactos nas demonstrações financeiras*. Dissertação de Mestrado. Porto: IPP.

Matos, R.M.G.A.T. (2009). *Un Enfoque Interdisciplinar de la Investigación Económica. Aplicación del Modelo de Fanger a la Valoración de Empresas*. Tesis Doctoral. Salamanca: Facultad de Economía y Empresa / Universidad de Salamanca.

Mendes, C. (2007). *Enquadramento normativo dos ativos biológicos e suas problemáticas: uma análise comparativa*. *Revista Revisores & Empresas*, n.º 49, abril/junho, 32-39.

Miguel, A. (2006). *Avaliação de projectos: Construção do Business Case*. Lisboa: FCA Editora.

Neves, J. (2000a). *Análise financeira. Volume I – Técnicas fundamentais*. Lisboa: Texto Editora.

Neves, J. (2000b). *Análise financeira. Volume II – Avaliação do desempenho baseado no valor*. Lisboa: Texto Editora.

Osterwalder, A. e Pigneur, Y. (2011). *Criar Modelos de Negócios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Pike, R. e Neale, B. (1999). *Corporate Finance and Investment*. London: Prentice Hall.

Plácido, C. e Ribeiro, D. (2012). *Ativos Biológicos: Aspectos Contabilísticos e Fiscais*. Formação Segmentada da OTOC. Lisboa: OTOC.

Ramos, A. (2013). *Viabilidade Económica e Financeira de uma unidade apícola*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Idanha-a-Nova.

Ricciulli, A.C. (2010). *Avaliação e decisão em projectos de investimentos*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Rodrigues, J. (2005). *Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Lisboa: Áreas Editora, Lisboa.

Vernimmen, P; Quiry, P; Dalocchio, M.; Le Fur, Y. e Salvi, A. (2009). *Corporate Finance: Theory and Practice*. Cichester: John Wiley & Sons.



## I

**Estatuto da revista «Contabilidade e Gestão»****Artigo 1.º****Natureza e objeto**

A Contabilidade & Gestão é uma revista científica nas áreas da Contabilidade e afins, cujos objetivos, estrutura e funcionamento se encontram regulados no presente estatuto.

**Artigo 2.º****Conteúdo**

Os artigos a publicar na revista terão de ser originais e serão sujeitos a pareceres de especialistas.

**Artigo 3.º****Difusão**

A revista é distribuída gratuitamente às entidades definidas pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

**Artigo 4.º****Destinatários**

A revista pretende constituir-se como uma referência e um meio de comunicação entre a comunidade científica, investigadores, docentes, estudantes, empresários e profissionais nas áreas da Contabilidade e afins.

**Artigo 5.º****Propriedade**

A revista Contabilidade & Gestão é uma publicação propriedade da Ordem dos Contabilistas Certificados.

**Artigo 6.º****Órgãos**

São órgãos da revista Contabilidade e Gestão:

- a) O Conselho Diretivo;
- b) O Conselho Editorial.

**Artigo 7.º****Conselho Diretivo**

1. O Conselho Diretivo é constituído por um diretor.
2. O director é, por inerência, o bastonário da OCC.
3. Compete ao Conselho Diretivo:
  - a) Aprovar o Regulamento Interno;
  - b) Nomear, renovar e destituir os membros do Conselho Editorial e dos especialistas (*referees*);
  - c) Aprovar a linha de orientação estratégica da revista;
  - d) Manter em sigilo os autores dos artigos recebidos até decisão de publicação do Conselho Editorial, bem como daqueles que, por decisão do Conselho, não sejam publicados;
  - e) Tomar deliberação em quaisquer assuntos que não estejam previstos neste estatuto e no regulamento.

**Artigo 8.º****Conselho Editorial**

1. Compete ao Conselho Editorial:
  - a) Sob proposta da direção, promover e executar a linha de orientação da revista;
  - b) Propor à direção as regras de publicação na revista;
  - c) Propor à direção a nomeação ou destituição dos especialistas (*referees*);





- d) Analisar o teor dos artigos para publicação e pré seleccionar os especialistas (*referees*) para emissão de parecer;
- e) Ouvir a direção quanto à indicação dos especialistas (*referees*);
- f) Devolver à direção todos os artigos que não se enquadrem nas áreas científicas da revista definidas no artigo 1.º;
- g) Devolver à direção os artigos após parecer final dos especialistas (*referees*);
- h) Definir o conteúdo da revista e promover a publicação dos artigos, de forma a salvaguardar a sua coerência e objetivos.

#### **Artigo 9.º** **Especialistas**

- 1 – Os especialistas (*referees*) são professores doutorados ou especialistas com currículo científico relevante nas áreas científicas da revista;
- 2 – Os especialistas têm autonomia científica para avaliarem os artigos que lhes são entregues pelo Conselho Editorial.

#### **Artigo 10.º** **Remuneração dos Órgãos**

Os Órgãos da Revista Contabilidade & Gestão e os especialistas que com ela colaboram na análise dos artigos, serão remunerados, nos termos e condições a definir pela direção da Ordem dos Contabilistas Certificados.

#### **Artigo 11.º** **Autonomia**

A revista Contabilidade & Gestão tem autonomia editorial face à OCC.

#### **Artigo 12.º** **Incompatibilidades**

- 1 – São incompatíveis as funções de membro do Conselho Diretivo, Conselho Editorial e especialista (*referees*).
- 2 – Não podem apresentar artigos para publicação.

**Artigo 13.º**

**Interpretação**

A resolução de quaisquer dúvidas e interpretações suscitadas com o presente estatuto são da competência do Conselho Diretivo da revista.

**Artigo 14.º**

**Publicidade**

O presente Estatuto será publicado nos meios de comunicação da Ordem dos Contabilistas Certificados e será disponibilizado permanentemente no *site* da internet.

Lisboa, 26 de junho de 2017  
A Bastonária da OCC



## II

**Notas aos Autores**  
**«Contabilidade e Gestão»*****Portuguese Journal of Accounting and Management*****Notas para os autores**

«Contabilidade e Gestão» é a revista científica da OCC, sendo publicada semestralmente com o objectivo de proporcionar discussão profunda e análise crítica de desenvolvimentos que afectam os profissionais e académicos que trabalham na área da Contabilidade e Gestão. Publica artigos escritos por académicos e investigadores mas também por destacados profissionais. A revista tem interesse na publicação de artigos baseados em trabalhos de investigação e outros assuntos relevantes para profissionais, académicos, estudantes e organismos profissionais ligados à Contabilidade e áreas afins, que serão publicados em português, espanhol ou inglês.

**Submissão de artigos**

Os artigos devem ser submetidos ao Director da Revista, para Avenida Barbosa do Bocage, 45, 1049-013 Lisboa, em quatro cópias, quando em suporte de papel, ou em suporte informático para o e-mail:

**revistacontabilidade@occ.pt**

Informações adicionais podem ser obtidas através do telefone +351 217 999 715 ou pelo faxes 21 7957 332 / 21 7959 080 / 21 7959 208

Não há taxa de submissão nem qualquer custo por página publicada.

Se após uma primeira análise o artigo parecer aceitável e de acordo com os objectivos da Contabilidade e Gestão, será enviado pelo Conselho Editorial para dois *referees* com o objectivo de obter os comentários de (*double-blind review*).

Todos os artigos serão objecto de revisão anónima por, pelo menos, dois especialistas (*referees*).

O Conselho Editorial chegará a uma decisão sobre a publicação depois de ter em conta os relatórios dos *referees*. Os autores obterão os comentários dos *referees* e a decisão sobre a publicação ou não, dentro do mais curto espaço de tempo possível.

Os artigos só serão considerados pela Contabilidade e Gestão se não tiverem

sido publicados ou não estiverem submetidos em mais nenhuma revista. Se quadros, ilustrações ou qualquer outro material sujeito a *copyright* for usado, deverá ser pedida autorização pelo(s) autor(es) e incluída no momento da submissão. Deverá aparecer uma declaração clara no texto, se qualquer material tiver sido publicado anteriormente. Qualquer agradecimento deverá ser incluído junto do material usado.

Os autores que submetam artigos com o objectivo de publicação, terão de assegurar que o trabalho não infringe qualquer *copyright* existente e concordam indemnizar a revista contra os danos que tal facto lhe provoque.

Após a aceitação do artigo pela Contabilidade e Gestão, a transferência de *copyright* será feita do(s) autor(es) para a revista, através de formulário adequado.

### **Crítérios de Avaliação**

Os principais critérios usados na avaliação dos artigos submetidos à Contabilidade e Gestão são: relevância, novidade, utilidade, clareza, concisão, ligações à literatura existente, substância, rigor e validade dos resultados.

### **Preparação do Manuscrito**

#### **Formato e estilo**

Os manuscritos devem ser em português, espanhol ou inglês e devem usar espaço-duplo com uma margem de 2,5 cm em cada parte da página, dimensão A4.

A primeira página (página do título) deverá conter o título do artigo, o nome dos autores e instituições a que pertencem. Deverá também conter a morada, o número de telefone, o número de fax e email do autor para quem serão enviadas as decisões, provas e offprints.

Os artigos devem conter informação completa sobre a afiliação de todos os autores, incluindo o nome da instituição de origem a três níveis (Ex: Universidade, Faculdade e Departamento/Centro), código postal, cidade, país e endereço de email. No caso de autores por correspondência, deverá acrescentar-se a respetiva morada completa.

Para apoiar a objectividade da avaliação o(s) autor(es), deve(em) ao longo do texto evitar qualquer referência a si próprio(os) que possibilite a sua identificação pelos *referees*.

#### **Resumo**

A segunda página deverá incluir o título do artigo, um resumo (até 200 palavras) idioma do texto do artigo e no idioma inglês e português, quando estes



não são o idioma do texto. O resumo deve ser uma representação precisa dos conteúdos do artigo. Não deverá haver nenhuma indicação sobre a identidade ou afiliações dos autores.

### Referências

As citações no texto deverão seguir o estilo de Harvard (i.e. apelido(s) do(s) autor(es) seguido pelo ano de publicação e páginas quando relevantes, tudo entre parêntesis). Quando uma fonte tiver mais de dois autores deverá ser citado o primeiro seguido de *et al.*

Para múltiplas citações do mesmo ano usar a, b, *and* c imediatamente a seguir ao ano de publicação. O(s) número(s) da(s) páginas a usar em transcrições, deve(m) ser colocado(s) depois da data separado por dois pontos (Ordelheide, (1993:87).

A secção das referências deverá apenas conter as referências citadas no texto. Deverão ser ordenadas por ordem alfabética do apelido do primeiro autor (e depois cronologicamente). Cada referência deverá conter detalhes bibliográficos completos.

### Livro

Um autor: Gray, R.H. and Helliar, C. (eds) (1992) *The British Accounting Research Register*. London: Academic Press 5th ed.

Múltiplos autores: Brums, W.J. and Kaplan, R.S (eds) (1987) *Accounting and Management: Field Study Perspectives*. Boston, MA: Harvard Business School Press.

### Artigos

Em Revista: Novin, A.M., Pearson, M.A. and Senge, S.V. (1990) Improving the curriculum for aspiring management accountants; the practitioner's point of view. *Journal of Accounting Education* 6(2) Fall, pp.207-24.

Em Livro: Walsh, A.J. (1988) The making of the chartered accountant. In D. Rowe (ed.) *The Irish Chartered Accountant*, pp.155-73. Dublin: Gill and Macmillan.

### Relatório

Fitchew, G.E. (1990) "Summing up", in Commission of the European Communities, *The Future of Harmonization of Accounting Standards Within the European Communities*. Brussels.

### Figuras e tabelas

Deverá ser dado um título claro e de suficiente dimensão (para ser reduzido caso necessário) a todas as figuras e tabelas.

As tabelas deverão ter um título numerado consecutivamente e de forma independente das figuras e referenciadas no texto.

**Agradecimentos**

Deverão aparecer no fim do artigo antes das referências.

**Notas de rodapé**

Devem ser reduzidas ao mínimo indispensável e aparecer no fim do artigo.

**Provas e *offprints***

O autor designado receberá as provas em formato PDF que deverão ser corrigidas e devolvidas no prazo de seis dias. Alterações nas provas que não estavam no manuscrito original são difíceis e caras e, por isso desencorajadas.

Será enviada uma cópia da revista aos autores após a publicação.



## III

**Versão em inglês das notas aos autores  
«Contabilidade e Gestão»*****Portuguese Journal of Accounting and Management*****Instructions for authors**

The Portuguese Journal of Accounting and Management is the Portuguese Chartered Accountants Association (OCC) refereed journal. It is published two times a year with the objective of providing in-depth discussion and critical analysis of developments, which affect academics and professionals working in all areas of accounting and business. It publishes articles by academics and researchers as well as by leading practitioners. The journal is interested to publishing research-based papers and other information on key aspects of accounting and management of relevance to practitioners, academics, students and accounting professional bodies. Papers can be written in Portuguese, Spanish or English.

**Submission of Papers**

Manuscripts should be submitted (four hard copies) to the Director, Avenida Barbosa du Bocage, 45, 1049-013 Lisboa. Authors can also submit the article by email in MS Word format using the following email address: **revistacontabilidade@occ.pt**

Additional information can be obtained by phone or fax:

Phone number: +351 217 999 719

Fax number: +351 217 958 343

There is no submission fee and no page charges

If after a first analysis the paper appears to be generally suitable and in line with the aims of the Journal, the Editor will pass it on to at least two referees to comment on the paper via a double-blind review. All articles will be double blind refereed.

The Editor will reach a decision after taking into account the reports from referees. Authors will be provided with referees' reports and publishing decisions within as short a period as possible.

Submission of a paper to the Portuguese Journal of Accounting and Management will be taken to imply that it presents original, unpublished work not under consideration to publication elsewhere. If previously published tables, illustrations or copyright material are to be included then the copyright holder's written permission should be obtained, and included with the submission. A clear statement should appear in the text if any material has been published elsewhere in a preliminary form. Any acknowledgments should be included in the material captions.

Authors submitting articles with a view to publication warrant that the work is not an infringement of any existing copyright and agree to indemnify the publisher

against any breach of such warranty.

Upon acceptance of a paper by the Portuguese Journal of Accounting and Management the author(s) will be asked to transfer copyright, via a supplied form, to the publisher.

### **Evaluative Criteria**

The main criteria by which submissions to the Portuguese Journal of Accounting and Management will be assessed are: relevance, novelty, usefulness, clarity, conciseness, linkages to existing literature, substance, rigour and validity of results.

### **Manuscript Preparation**

#### **Format and style**

Manuscripts should be in Portuguese, Spanish or English and be typed in double spacing with a margin of 2.5 cm at each edge of each page on one side only of the paper, preferably of A4 size.

The cover page (title page) should contain the title of the manuscript, authors' names, positions and institutional affiliations. The address, telephone number, faxes number, and e-mail code (if available) of the author to whom decisions, proofs and offprints should be sent should also be given.

To assist objectivity, the author should avoid any reference to himself or herself over the article, which would enable identification by referees.

#### **Abstract**

The second page should include the paper's title and an abstract (up to 200 words). The abstract should be an accurate representation of the paper's contents. There should be no indication of the identity of the author(s) or the author's (or authors) affiliations.

Up to six keywords or descriptors that clearly describe the subject matter of the paper should be provided.

#### **References**

Citations in the text should follow the Harvard system (i.e. name(s) of author(s) followed by the year of publication and page numbers where relevant, all in parenthesis). Where a source has more than two authors quote the first author's name and *et al.* If an author has two references published in the same year, add lower case letters after the date to distinguish them. Page numbers are indicated by inserting the relevant numbers after the date, separated by a colon (Ordeltcheide, 1993:87).

The reference section should only contain references quoted in the text. These should be arranged in alphabetical order by surname of the first author (then chronologically). Each reference should contain full bibliographic details.



**Book**

One author: Gray, R.H. and Helliard, C. (eds) (1992) *The British Accounting Research Register*. London: Academic Press 5th ed.

Multiple authors: Bruns, W.J. and Kaplan, R.S (eds) (1987) *Accounting and Management: Field Study Perspectives*. Boston, MA: Harvard Business School Press.

**Article**

In Journal: Novin, A.M., Pearson, M.A. and Senge, S.V. (1990) Improving the curriculum for aspiring management accountants; the practitioner's point of view. *Journal of Accounting Education* 6(2) Fall, pp.207-24.

In Book: Walsh, A.J. (1988) The making of the chartered accountant. In D. Rowe (ed.) *The Irish Chartered Accountant*, pp.155-73. Dublin: Gill and Macmillan.

**Report**

Fitchew, G.E. (1990) "Summing up", in Commission of the European Communities, *The Future of Harmonization of Accounting Standards Within the European Communities*. Brussels.

**Figures and tables**

All figures and tables should be given titles, numbered consecutively in Arabic numerals, and referred to within the text. Labelling should be clear and of sufficient size to be legible after any necessary reduction.

Tables should be titled, numbered consecutively and independently of any figures, and referred to within the text.

**Acknowledgements**

Should appear at the end of the paper before the list of references.

**Footnotes**

Should be kept to a minimum and appear at the end of the paper on a separate page.

**Proofs and offprints**

The designated author will receive proofs in PDF format, which should be corrected and returned within six days. Amendments at the page-proof stage are difficult and expensive and any alteration to the original text is strongly discouraged.

A copy of the journal will be sent by post to all corresponding authors after publication. Corresponding authors will receive the article by email as a complete PDF and are allowed to print up to 50 copies, free of charge, and to deliver between colleagues.





## IV

### Conselho Editorial

- Aldónio Ferreira, Monash University – Austrália
- Alexandra Fontes, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Amélia Pires, Instituto Politécnico de Bragança
- Ana Clara Borrego, Instituto Politécnico de Portalegre
- Ana Fialho, Universidade de Évora
- Ana Isabel Morais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa
- Ana Maria Bandeira, Instituto Politécnico do Porto
- António Dias, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Antonio Duréndez Gómez-Guillamón – Facultad de Ciencias de la Empresa
- António Martins, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra
- Augusta Ferreira, Universidade de Aveiro
- Brendan O’Connell, Deakin University – Austrália
- Brian West, Universidade de Ballarat – Austrália
- Carla Carvalho, Universidade de Aveiro
- Carlos Mallo, Universidade Carlos III, Madrid – Espanha
- Carlos Quelhas, ISVOUGA
- Cidália Lopes, Instituto Politécnico de Coimbra
- David Crowther, Montfort University, UK and London School of Commerce
- Elísio Brandão, Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Fátima David, Instituto Politécnico da Guarda

Francisco Carreira , Insituto Politécnico de Setúbal

Garry Carnegie, University of Ballarat – Austrália

Giuseppe Grossi, University of Kristianstad

Graça Azevedo, Universidade de Aveiro

Helena Coelho Inácio, Universidade de Aveiro

Hernâni Carqueja, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Irvine Lapsley, Universidade de Edimburgo – Reino Unido

Isabel Blanco Dopico, Universidade de Santiago de Compostela – Espanha

Isabel Brusca , Universidade de Zaragoza – Espanha

Isabel Maria Lourenço, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa

João Carvalho das Neves, Instituto Superior de Economia e Gestão

João Ribeiro, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Johan Christiaens, Ghent university – Bélgica

Jonas Oliveira, ISCTE-IUL

Jorge Tua Pereda, Universidade Autónoma de Madrid – Espanha

José Alberto Pinheiro Pinto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José António Lainez Gadea, Universidade de Zaragoza – Espanha

José António Moreira, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José António Gonzalo Ângulo, Universidade Alcalá de Henares – Espanha

José Rodrigues de Jesus, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José Xavier de Basto, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

Kátia Lemos, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave



Leandro Cañibano, Universidade Autónoma de Madrid – Espanha

Leonor Fernandes Ferreira, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Liliana Pereira, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Luís Lima Santos, Instituto Politécnico de Leiria

Manuel Castelo Branco, Faculdade de Economia do Porto –UP

Manuela Sarmento, Universidade Lusíada de Lisboa

Márcia Annisette, York University – Canadá

Maria Antónia García Benau, Universidade de Valência – Espanha

María Consuelo Pucheta-Martínez , Universitat Jaume I , Castelló de la Plana

Maria do Céu Alves, Universidade da Beira Interior

Maria João Major, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa

Maria José Fernandes, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Mário Marques, Universidade do Minho

Mark Christensen, ESSEC Business School

Marta Guerreiro, Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Nuno Ribeiro, Instituto Politécnico de Bragança

Patricia Gomes, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Rui Almeida, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

Rui Robalo, Instituto Politécnico de Santarém

Russell Craig, Australian National University – Austrália

Rute Abreu, Instituto Politécnico da Guarda

Santana Fernandes, Universidade do Algarve

Sérgio Pontes, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE

Susana Jorge, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

Tânia Montenegro, Universidade do Minho

Teresa Eugénio, Instituto Politécnico de Leiria

Tom Groot, Accounting Amsterdam Business Research Institute - Faculty of Economics and Business Administration

Vicente Condor, Universidade de Zaragoza - Espanha

Vicente Montesinos Julve, Universidade de Valência - Espanha

Vicente Pina Martinez, Universidade de Zaragoza - Espanha

Victor Gonçalves, Instituto Superior de Economia e Gestão



## Ficha Técnica da Revista | Journal Technical Note

### **Contabilidade & Gestão**

Portuguese Journal of Accounting and Management

### **Propriedade | Ownership**

Ordem dos Contabilistas Certificados

### **Conselho Diretivo | Board**

#### **Diretora | Director**

Paula Franco

### **Conselho Editorial | Executive Direction**

#### **Editora | Editor**

Paula Franco

### **Diretor Técnico | Managing Director**

Carlos Menezes

### **Assessor do Conselho Diretivo | Board Adviser**

João Pedro Ferreira da Silva

### **Capa e Paginação | Cover and Graphic Edition**

DCI - Departamento de Comunicação e Imagem da OCC

### **Impressão | Print**

**Tiragem:** 250

### **Depósito Legal:**

**ISSN:** 2184-0733

<http://www.occ.pt/contabilidadeegestao>

Indexada à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e à Latindex

## Contactos | Contacts

Ordem dos Contabilistas Certificados

Departamento de Comunicação e Imagem

Av. Barbosa du Bocage, 45

1049-013 Lisboa

Tel. +351 217 999 715

Fax: +351 21 7957 332 | 21 7959 080 | 21 7959 208

revistacontabilidade@occ.pt

<http://www.occ.pt/pt/a-ordem/publicacoes>

